

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A criação do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) em 2010 é parte de um processo longo histórico cujo marco é o ano de 1988, com a promulgação da nova Constituição. Neste momento, com as discussões acerca da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, sancionada no final de 1996, teve início uma série de discussões que movimentou a área.

No decorrer dos anos de 1980, a promoção de congressos, encontros, simpósios e a expansão dos cursos de pós-graduação em educação e arte-educação propiciaram um quadro novo e reflexivo para a área. Questões até então vigentes passaram por questionamentos e as novas abordagens demonstravam inquietudes em relação à formação que estava sendo ofertada, portanto, a construção dessa base discursiva foi determinante para as remodelações na Legislação. Dentro desse contexto, os cursos de pós-graduação tiveram importante papel fundamental: a criação da linha de pesquisa em arte/educação na pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo [USP], com cursos de especialização, mestrado e doutorado, inicialmente na USP e em seguida, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, movimentou a área. É importante lembrar que entre 1987 e 1993 foi realizado um trabalho conjunto entre o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo [MAC]¹ e a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, sob orientação de Mário Cortela e Paulo Freire, no qual a conhecida Proposta Triangular foi intensamente pesquisada.

Foram muitas as mudanças nas políticas educacionais durante a década de 1990 e anos seguintes. Em dezembro de 1996 ocorreu a aprovação da Lei de

¹A diretora do Museu de Arte Contemporânea da USP de 1986 até 1993 foi Ana Mae Barbosa. Ver lattes da pesquisadora: Disponível: <http://lattes.cnpq.br/1650414096296319>. Acesso em 20/03/2013.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional, atrelada ao Plano Decenal de Educação em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a elaboração dos [PCNs] Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997. O modelo utilizado pelos PCNs foi o implantado na Espanha sob a coordenação de César Coll Salvador, da Universidade de Barcelona. O pesquisador espanhol participou como assessor técnico nos debates sobre a reforma educacional brasileira e foram dessas discussões que surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais, dos quais ele foi mentor.

Um dos principais e mais citados motivos de insatisfação dos educadores de artes no período que antecedeu as mudanças citadas diz respeito ao que foi estabelecido pela Reforma Educacional de 1971. Nesta, utilizava-se o conceito de polivalência para o ensino da arte, segundo o qual, as artes plásticas, a música e as artes cênicas (teatro e dança) seriam ensinadas por um mesmo docente da primeira à oitava série do antigo primeiro grau. Em função dessa Reforma, em 1973, foram criados os cursos de Licenciatura curta em Educação Artística, com duração de dois anos, e a Licenciatura plena, que para obtê-la, o professor deveria prosseguir e escolher sua habilitação em artes plásticas, desenho, artes cênicas ou música. Em 1971, por meio, de um convênio, organizado pelo Ministério da Educação e Cultura e firmado com as Secretarias estaduais de educação e a Escolinha de Arte do Brasil, foi acordado que seria elaborado um guia curricular para cada Estado da Federação. Entretanto e com raras exceções, o trabalho não obteve resultados positivos. Na segunda metade da década de 1970, foi criado o Programa de Desenvolvimento Integrado de Arte Educação (PRODIARTE) com o objetivo de sanar a situação caótica instaurada e integrar a cultura da comunidade com a escola, aproximando o artesão do aluno. Questão que reflete o momento cultural da época com a difusão da contracultura e sua tentativa de promover uma ruptura com o *establishment* tecnocrático, que incluía dentro dos ideais da cultura hippie, tanto o trabalho informal quanto a produção artesanal. Nesse mesmo período, começam as pesquisas realizadas por Ana Mae Barbosa, que apontam dentre outras questões, para a distância entre a legislação em vigor e

a prática da arte nas escolas² e também a ausência da apreciação crítica e da história da arte nas aulas.

Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96o ensino da arte passou a ser obrigatório e as Licenciaturas em Artes foram reorganizadas por áreas específicas: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, retirando o caráter polivalente dos antigos cursos de Licenciatura em Educação Artística. Dentro desse quadro também foi alterada a denominação da área de Artes Plásticas para Artes Visuais. Tal alteração deve-se ao entendimento que o novo termo é mais abrangente por incorporar às modalidades tradicionais disciplinas novas.

Paralelo às alterações na legislação brasileira, que constituíram o ensino da arte como componente curricular obrigatório e estabeleceu a sua obrigatoriedade, outro fator importante para a criação do curso de artes da UNIR foi à adesão da instituição ao REUNI. Instituído pelo Decreto N° 6.096, de 24 de abril de 2007, o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), tem objetivo de fornecer às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior. A adesão da Universidade Federal de Rondônia ao Programa ocorreu em 19 de dezembro de 2007, com a homologação do Parecer 36, que analisou e aprovou o Plano de Providências da UNIR.

Não restam dúvidas a respeito da importância em criar cursos de licenciatura na área de artes em Rondônia, contemplando mais uma área do conhecimento dentre as demais existentes na Universidade Federal de Rondônia. Contudo, por tratar-se de um curso novo e com perfil muito diverso dos demais existentes nesta universidade, as demandas específicas exigidas para a formação do aluno desse curso ainda estão em fase de implantação. O prédio destinado a abrigar os três cursos ainda não foi concluído, além disso, o corpo docente é restrito, no caso específico de Artes Visuais, a duas professoras com

²Ver: BARBOSA, Ana Mae. *Teoria e prática da educação artística*. São Paulo, Cultrix, 1975.

formação na área, sendo que uma delas é temporária. Concursos para contratação efetiva estão ocorrendo, solicitação de laboratórios e compra de materiais permanentes para equipá-los, bem como, de corpo técnico auxiliar são algumas medidas que já foram tomadas na tentativa de reversão deste quadro.

Estas são algumas considerações iniciais sobre a situação atual de funcionamento do curso e expectativas futuras. É importante também esboçar tanto aspectos do perfil dos docentes de artes que atuam na educação básica em Porto Velho [RO] quanto do panorama artístico e cultural local para uma melhor compreensão do papel fundamental do curso de Licenciatura da Universidade Federal de Rondônia [UNIR]. Neste sentido, duas comunicações, apresentadas na *Semana Educa 2012*, evento promovido pela UNIR, são significativas, até porque a maior parte dos autores são docentes e discentes da instituição.

PERFIL DOS DOCENTES EM ARTES NO ENSINO BÁSICO EM PORTO VELHO [RO]

A comunicação *Uma reflexão sobre o papel dos gestores e do perfil do docente de artes em Porto Velho*³, relata os resultados parciais de uma pesquisa que possuía como objetivo de traçar um perfil dos docentes que ministram as disciplinas de artes na educação básica em Porto Velho. Segundo os autores, os dados coletados confirmaram o que já se presumia:

“na rede estadual de ensino de Rondônia existem apenas dois profissionais com formação na área de artes, mas a ausência destes profissionais não se restringe apenas a rede estadual, pois a realidade de todo o ensino básico não é diferente.”
(SANTOS; MIRANDA: 2012, p.1)

³ Os autores são a professora Maria do Carmo dos Santos do Departamento de Educação da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, lecionando nos Cursos de Graduação e no Programa de Mestrado em Educação e Wandes Santos Leão Miranda, aluno do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da UNIR. SANTOS, Maria do Carmo dos SANTOS; MIRANDA, Wandes Santos Leão. *Uma reflexão sobre o papel dos gestores e do perfil do docente de artes em Porto Velho*. Semana Educa: Porto Velho, 2012.

Confrontando a legislação brasileira que defende a importância do ensino das artes para o “desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana” com os dados coletados na pesquisa de campo, os autores fazem algumas indagações.

Diante da realidade onde os gestores de educação sabem que a grande maioria dos professores de artes tem formação em geografia, História, Filosofia entre outras áreas e que assumem as turmas de artes, apenas para preencher sua carga horária ou para não terem de lecionar em outra escola, como esperar que estes profissionais possam cumprir minimamente o que esta proposto como objetivo educacional pela legislação educacional brasileira para a área de artes? Como os gestores educacionais esperam professores motivados que estão atuando sem preparação para tal? Como esperar de um professor que ele desenvolva a sensibilidade artística em um aluno, se ele próprio precisa muitas vezes se tornar insensível a um sistema educacional que o está dessensibilizando? Como esperar como diria Piaget (1998) que a escola seja o espaço que auxilie o aluno a passar da heteronômica para a autonomia, com professores que são obrigados a aceitar atividades que muitas vezes vão contra seus próprios princípios? (SANTOS; MIRANDA: 2012, p.1)

CONTEXTO CULTURAL LOCAL

No segundo artigo, com o título de *Laços e possibilidades: reflexões sobre a prática e a formação em artes em Rondônia*⁴, são formuladas e desenvolvidas algumas argumentações relacionando indagações postas pelos agentes inseridos no sistema da arte no Brasil e no exterior, somando-os a percepções e experiências das autoras articuladas ao contexto artístico e educacional de Rondônia.

Um dos aspectos desenvolvidos no texto relaciona o ensino da arte e contexto social maior que dialoga e integra ensino e sociedade. Assim, sem um sistema estruturado, formado por aparelhos culturais (museus, galerias, centros

⁴As autoras da comunicação são respectivamente: Samira Margotto, professora do curso de Licenciatura em Artes Visuais da UNIR; Tiziana Cocchieri, professora do curso de Filosofia da UNIR e Clotilde Perruffo, arquiteta da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia. MARGOTTO, Samira; COCCHIERI, Tiziana; PERRUFFO, Clotilde. *Laços e possibilidades: reflexões sobre a prática e a formação em artes em Rondônia*. Semana Educa: Porto Velho, 2012.

culturais, etc.), mercado de arte e reflexão crítica, o ensino fica suspenso em uma espécie de limbo. Considerando este aspecto alguns estudos apontam as assimetrias entre o ensino superior de arte brasileiro⁵ e o desenvolvido nas universidades de referência no âmbito da arte contemporânea ocidental, especialmente as universidades americanas e inglesas, e, sua relação com um sistema das artes mais estruturado. Além de ressaltarem o incipiente mercado nacional, refletem também sobre o lugar da arte na universidade no Brasil. Se os grandes centros brasileiros ainda estão caminhando na tentativa de solidificar o sistema das artes, é necessário pensar o lugar que a região norte ocupa dentro do quadro brasileiro e localizar Porto Velho/Rondônia nesse cenário.

Para refletir sobre as peculiaridades locais é importante dialogar com estudos que trazem dados sistematizados. Neste sentido, a pesquisa realizada pelo IBRAM/MinC (Instituto Brasileiros de Museus) iniciada em 2006 e publicada em 2011, intitulada *Museus em Números* é bastante relevante. O estudo constatou que 67% dos museus estão nas regiões Sul e Sudeste, seguido do Nordeste com 21% e, com apenas 12% as regiões Norte e Centro-Oeste. (IBRAM, 2011, p. 48-49). Das 27 capitais brasileiras, Porto Velho/RO possui mais museus⁶ apenas do que Boa Vista (RR) e Palmas (TO). O estudo verificou ainda que a correspondência entre verbas orçamentárias destinadas à cultura e a quantidade de museus é convergente, assim como os locais que possuem número mais elevado de instituições museológicas também são mais equipados com bibliotecas, teatros, salas de espetáculo, etc..

“Como seria possível, então, modificar o cenário desigual no acesso a cultura e no desenvolvimento econômico e social?” é perguntado no texto (IBRAM, 2011, p. 58). A pergunta pode ser desdobrada em outras que se concatenam com a experiência vivenciadas no recente curso de Licenciatura em Artes Visuais da UNIR no contexto cultural de Rondônia. Sendo o primeiro curso superior de

⁵Ver, por exemplo: RESENDE, José. A formação do artista no Brasil. In: Revista *Ars*. São Paulo: ECA/USP, VI. 03, n. 05, 1º semestre de 2005, p. 25.

⁶ O critério adotado pelo IBRAM para definir “Museu” é bastante flexível, abarcando instituições até então referidas, por exemplo, como “Galerias”. Ressalta-se ainda que os museus citados na pesquisa não são de arte – exceção para a Casa de Cultura Ivan Marrocos – já que possuem outra tipologia de acervo (histórico, etnográfico, arqueológico, geológico, etc.).

artes em Rondônia, ele apresenta desafios parecidos, porém, muito mais amplos do que os apontados por outros estudos da área que refletem sobre o ensino da arte no Brasil. Desafios que podem ser indagados, por exemplo, em relação às outras instâncias necessárias ao desenvolvimento do ensino universitário. Portanto, as perguntas: Como desenvolver uma formação em artes para um futuro educador sem ou com acesso precário a produção contemporânea e as discussões teóricas da área? Vale lembrar que em Rondônia não existe nenhum museu de arte no sentido mais estrito do termo, nem bibliotecas com acervos que contemplem à área com publicações recentes e, mesmo o acesso à internet de banda larga, é restrito até o momento a alguns bairros privilegiados da Capital. Portanto, como atender as diretrizes propostas para os cursos de Artes Visuais em relação às competências e habilidades dispostas na Resolução 1/2009, Art. 4, II e III? Respectivamente: “desenvolver pesquisa científica e tecnológica em Artes Visuais, objetivando a criação, a compreensão, a difusão e o desenvolvimento da cultura visual” e “atuar, de forma significativa, nas manifestações da cultura visual, instituídas ou emergentes”⁷. Pergunta-se: como o aluno terá acesso à cultura visual instituída ou emergente sem a existência de museus e centros culturais melhor equipados e com acesso precário ao universo virtual? Seria possível acrescentar outras indagações as que foram postas acima, entretanto elas excedem os propósitos deste projeto. Cabe apenas ressaltar a inexistência de ações contínuas que amenizam este quadro. Entretanto, algumas ações esparsas trazem algum alento por possibilitarem intercâmbio e, conseqüentemente possibilidade de diálogos profícuos. Um exemplo são os projetos desenvolvidos pelo SESC com exposições itinerantes que percorrem o Brasil, “transformando-se muitas vezes em principal evento cultural e meio de contato do público com as artes”⁸. Outro exemplo é a Casa de Cultura Ivan Marrocos que também executou algumas ações salutares, por meio do programa “Desafios Contemporâneos 2012” da FUNARTE. Essas oficinas:

⁷ Cf: Resolução nº 1, de 16 de janeiro de 2009. Ressalta-se que esta resolução referente aos cursos de Graduação em Artes Visuais, informa que: “Para a Licenciatura, devem ser acrescidas as competências e habilidades definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais referentes à Formação de Professores para a Educação Básica.”. Ver: Parágrafo único do Art.4.

⁸ Ver: SANTOS, Antonio Oliveira. *O SESC como difusor da Cultura Nacional*. In: *O Espectador em trânsito: Vídeoinstalações*. Rio de Janeiro: SESC, 2009. (Catálogo da exposição), s/p.

“ (...) visam contribuir para a redução das desigualdades regionais, bem como colaborar com a criação de ferramentas e mecanismos para a desconcentração de infra-estrutura e dos meios de acesso cultural. Além disso, pretende criar fluxos de produção e de formação de profissionais de artes visuais e de público com a valorização da diversidade.”⁹

Ainda em fase inicial, a tentativa ampliar as referências culturais e artísticas locais esta presente na proposta que integra o projeto da nova sede da Assembléia Legislativa de Rondônia. O ponto de partida foi o projeto paisagístico, concebido com a preocupação em utilizar espécies vegetais da região, resgatando para o cenário urbano de Porto Velho, resquícios de referências cada vez mais distantes das gerações recentes. O projeto prevê também a inclusão de reflexões plásticas criando um dialogo de confluência entre natureza e produção artística, que não ficará restrito ao ambiente externo, pois a pretensão é ampliá-lo para as áreas internas do prédio. Portanto, acredita-se que apesar das arestas e caminhos áridos, algumas tentativas têm tentado apontar para possibilidades que estabeleçam e/ou fortaleçam laços mais sólidos entre formação e reflexão no ainda incipiente campo artístico de Rondônia.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Assim, ao reformular o projeto político pedagógico foi considerado o contexto local e a necessidade, de reversão de um quadro que muitas vezes parece desolador. As referências culturais locais no âmbito do patrimônio histórico é outro ponto que merece menção. Não parece existir nenhuma política consistente em relação ao patrimônio material ou imaterial. Os imóveis do centro histórico estão em processo contínuo de descaracterização e a recente “reforma” da Capela de Santo Antônio, referenciada como núcleo de nascimento da Cidade ainda por volta dos anos de 1700 em diversos textos, apesar de contestada por outros, é uma afronta ao bom senso¹⁰. A suposta

⁹Disponível: <http://www.funarte.gov.br/artes-visuais/funarte-realiza-oficina-de-artes-visuais-em-rondonia/>. Acesso em 13/12/2012.

¹⁰Segundo relato de moradores antigos, o piso existente antes era de ladrilho hidráulico, tendo sido substituído por material cerâmico. Ainda, que talvez, o piso de ladrilho hidráulico tenha sido posto em período posterior, o apagamento deste, enterra parte da História local.

recuperação¹¹ é parte da compensação cultural que a Santo Antônio Energia tem feito na cidade em função da construção da hidrelétrica. Segundo, informou Alexandre Queiroz, coordenador de sustentabilidade da empresa, pretende-se que ali seja um complexo turístico, já que além das intervenções na Capela, eles farão também uma área de convivência, com café e restaurante, biblioteca, casa de pintura e um amplo Centro de Memória dos Povos Indígenas¹².

Com o título de “Um rio em fúria”, seguido da auto-explicativa chamada “Ondas engolem casas, e peixes aparecem mortos, enquanto pescadores passam fome. A usina de Santo Antônio mudou o rio e a vida em Rondônia”, o texto escrito por Ana Aranda é uma das escassas vozes que alertam para o que o foi definido apenas como “uma falha” por Thomaz Miazaki de Toledo, coordenador de Infra-Estrutura de Energia Elétrica no Ibama. Falha porque o fenômeno não foi previsto pelo “Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da obra – elaborado por Furnas e Odebrecht, empresas responsáveis por Santo Antônio, e certificado pelo Ibama antes do licenciamento.” Após a abertura da primeira turbina, no início de 2012, segundo o mesmo texto:

O rio engoliu ainda o marco Rondon, obelisco histórico mais antigo que o próprio estado. Construído em 1911 pela equipe do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, sertanista que rasgou a floresta para ligar a primeira linha telegráfica a conectar a Amazônia. Quando as ondas alcançaram o marco, alertas circularam em abundância por todos os meios de comunicação a que o mundo têm acesso. Mas a empresa Santo Antônio Energia, responsável pela usina, negava relação com o problema. Em duas semanas, as águas cavaram a base do obelisco e o arrastaram para o fundo do rio. Depois que ficou comprovada a

¹¹ É importante observar que a palavra “intervenção” substituiu o termo “restauro” na colocação do Coordenador. Caso utilizasse o segundo termo, que seria mais adequado estaria em discordância com estudiosos da área. Ver, por exemplo: CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro*. Napoli: Liguori, 1997; CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001; JOKILEHTO, Jukka. *A history of architectural conservation*. Oxford, Butterworth, 1999.

¹²Ver: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2012/08/entorno-da-igreja-de-santo-antonio-em-porto-velho-tera-memorial-indigena.html>. Acesso: 03/04/2013.

responsabilidade da usina, a empresa tentou resgatar o obelisco, mas apenas dois blocos foram recuperados¹³.

O rio engoliu ainda o marco Rondon, obelisco histórico mais antigo que o próprio estado. Construído em 1911 pela equipe do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, sertanista que rasgou a floresta para ligar a primeira linha telegráfica a conectar a Amazônia. Quando as ondas alcançaram o marco, alertas circularam em abundância por todos os meios de comunicação a que o mundo têm acesso. Mas a empresa Santo Antônio Energia, responsável pela usina, negava relação com o problema. Em duas semanas, as águas cavaram a base do obelisco e o arrastaram para o fundo do rio. Depois que ficou comprovada a responsabilidade da usina, a empresa tentou resgatar o obelisco, mas apenas dois blocos foram recuperados¹⁴.

É considerando esse quadro que o papel da universidade torna-se ainda mais fundamental. Fundamental, tanto para suprir a necessidade de docentes na área nas instituições formais de ensino quanto para atuar também como pesquisadores, mediadores e difusores de informação na área de artes, tanto no âmbito da produção contemporânea quanto nas questões que envolvem aspectos do patrimônio histórico e cidadania. Assim, da estrutura curricular proposta à solicitação de laboratórios, este projeto político pedagógico procurou dialogar com a realidade na qual a universidade está inserida.

Sob os mais diversos aspectos, entre os quais, a importância da tríade ensino, pesquisa e extensão é que também será aqui abordada a necessidade da escolha adequada para o local de funcionamento dos cursos de Artes, tanto para atender o item da acessibilidade quanto para divulgar a questão artística dentro de seus múltiplos vieses. Além das questões apontadas, é importante

¹³ ARANDA, Ana. Um rio em fúria. Disponível: <http://www.apublica.org/amazoniapublica/madeira/um-rio-em-furia/>. Acesso: 03/04/2013.

¹⁴ ARANDA, Ana. Um rio em fúria. Disponível: <http://www.apublica.org/amazoniapublica/madeira/um-rio-em-furia/>. Acesso: 03/04/2013.

lembrar ainda a inexistência de setor educativo em todas as instituições culturais existentes em Porto Velho.

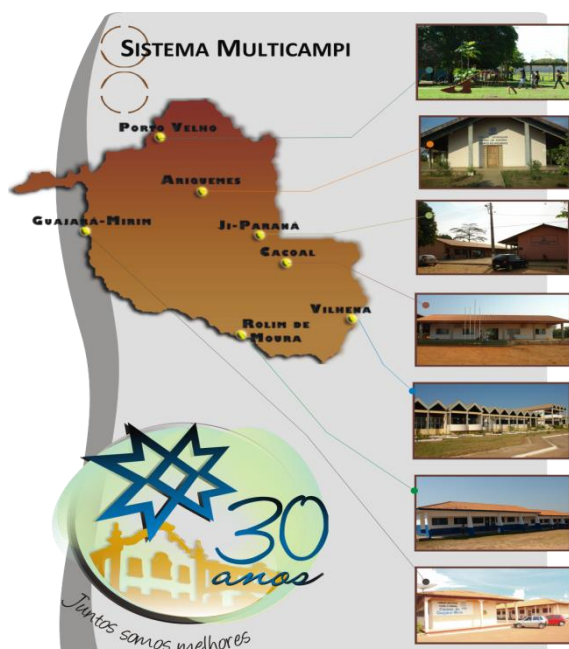
Enfim, em cenário cultural tão carente é fundamental que a Universidade seja referência. Os aspectos expostos na Resolução nº1, de 16 de janeiro de 2009, que aprovou as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Artes Visuais traz no seu artigo 3º, a importância de ensinar, como perfil do formando, capacitação para a produção, a pesquisa, a crítica e o ensino. Para desenvolvê-los, é fundamental a existência de ambiente adequado, visando o desenvolvimento da percepção, da reflexão e do potencial criativo, de modo:

a privilegiar a apropriação do pensamento reflexivo, da sensibilidade artística, da utilização de técnicas e procedimentos tradicionais e experimentais e da sensibilidade estética através do conhecimento de estilos, tendências, obras e outras criações visuais, revelando habilidades e aptidões indispensáveis à atuação profissional na sociedade, nas dimensões artísticas, culturais, sociais, científicas e tecnológicas, inerentes à área das Artes Visuais. (Resolução 1/2009, Art. 3)

2 | CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) é formada por sete Campi em Rondônia localizados nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Rolim de Moura e Vilhena. A UNIR foi criada pela Lei nº 7.011, de 08 de julho de 1982, publicada no DOU de 9 de julho de 1982, após a criação do Estado de Rondônia, pela Lei Complementar nº 47, de 22 de dezembro de 1981.



Fonte: www.proplan.unir.br/downloads/1553_1434_unir_relatorio_gestao_2011.pdf

A sede administrativa fica no centro de Porto Velho, Av. Presidente Dutra, 2965, Centro, Porto Velho, CEP: 76.801-059, onde estão a Reitoria e as Pró-Reitorias de Administração (PRAD) e de Planejamento (PROPLAN). As Pró-Reitorias de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), de Graduação (PROGRAD) e de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ) localizam-se no Campus José Ribeiro Filho, situado à BR 364, Km 9,5, CEP 76801-059, Porto Velho/RO.

A UNIR possui 57 (cinquenta e sete) cursos de graduação, 09 (nove) mestrados e 01 (um) doutorado institucionais. Além disso, 04 (quatro) cursos de educação à distância (EAD/UAB) distribuídos entre 08 (oito) pólos. Segundo consta no relatório de Gestão do exercício de 2011¹⁵ a instituição possui 8.228 alunos matriculados nos cursos de graduação presencial. No ano de 2012, mais um curso de Mestrado institucional foi criado, além disso, a instituição possui 06 (seis) mestrados (MINTER) e 07 (sete) doutorados (DINTER) em convênio com outras IFES, além de manter regularmente o PIBIC e inúmeros projetos de pesquisa institucionais. Abaixo quadro informativo da universidade.

NOME E SIGLA	Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR		
CNPJ	04.418.943/0001-90		
NATUREZA JURÍDICA	Fundação pública com personalidade jurídica de direito público		
VINCULAÇÃO MINISTERIAL	Ministério da Educação		
ENDEREÇO	Campus Universitário José Ribeiro Filho, BR 364; Km 9,5. Sede Adm. Av. Presidente Dutra, 2965 - Centro. CEP: 78.900.550		
TELEFONES/FAX	(069)21822020; (069)2182-2018 (069) 2182-2016		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	www.unir.br		
UNIDADE GESTORA NO SIAFI	154055		
LEGISLAÇÃO DE CRIAÇÃO E FINALIDADE	Criada pela Lei n.º 7011, de 08 de julho de 1982, é uma instituição oficial que integra o Sistema Federal de Ensino, nos termos da Lei 9.394/96, tendo sede na cidade de Porto Velho e atuação em todo o Estado de Rondônia. Regendo-se pela legislação vigente, por Estatuto, pelo Regimento Geral e pelas resoluções e normas emanadas dos Conselhos Universitários: CONSUN, de Ensino Pesquisa e Extensão - CONSEA e o de Administração – CONSAD. A UNIR tem como função pública o livre exercício da docência, pesquisa e da extensão, que deve ser mantida dentro do contexto das exigências da comunidade, tendo sempre como foco o desenvolvimento regional. A Estrutura Organizacional em vigor é a constante da Portaria n.º 242, de 19 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 21 de março de 2007. As alterações do Estatuto, constante do Processo de N.23001.000.3859/98-13, do Ministério da Educação, o qual aprovou as alterações do Estatuto da Fundação Universidade Federal de Rondônia, através da Portaria N.º 1.777 de 16 de Dezembro e publicado no Diário Oficial da União em 17 de dezembro do mesmo ano.		
MANUAIS E PUBLICAÇÕES RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES DA UNIDADE JURISDICIONADA	Resolução n.º 090/CONSAD, de 18 de dezembro de 2009, aprova o Plano de Tecnologia, Informação e Comunicação – TIC; Resolução n.º. 083/CONSAD, de 21 de setembro de 2009.		
CÓDIGO SIAFI DA UNIDADE GESTORA	154055	CÓDIGO SIAFI DA GESTÃO	15254

Quadro 1: Informativos da UNIR

Breve Histórico da Fundação Universidade Federal de Rondônia

¹⁵Disponível: www.proplan.unir.br/downloads/1553_1434_unir_relatorio_gestao_2011.pdf, acesso: 13/03/2013.

A Fundação Universidade Federal de Rondônia, criada através da Lei 7.011/82, iniciou suas atividades acadêmicas em 1982 com três cursos de Bacharelado (Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas), com a estrutura herdada da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia – FUNDACENTRO, vinculada à Prefeitura Municipal de Porto Velho.

Adotando uma política de interiorização e de regionalização de suas atividades acadêmicas durante o quadriênio 1986-1989, a UNIR, através do 1.º Projeto Norte de Interiorização (1988), atendeu as necessidades emergenciais da comunidade rondoniense e também ao Art. 60, parágrafo único, do ato das disposições transitórias da Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, que determinava: “Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição (...) as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino às cidades de maior densidade populacional”. A partir desse dispositivo constitucional, criaram-se os *Campi* de Vilhena e Ji-Paraná (1988), com os cursos de Ciências e, em 1989, foram criados os *Campi* de Guajará-Mirim, Cacoal e Rolim de Moura, oferecendo os cursos de Letras, Pedagogia e Ciências Contábeis. Esses cursos, de caráter permanente, são destinados ao atendimento de demandas contínuas das principais cidades do interior do Estado.

A partir de 1992, o processo de interiorização é intensificado com a criação dos “Cursos Parcelados”, e a UNIR passa a ter 1.580 alunos, sendo 1.100 no interior e 480, na capital. Os cursos parcelados são cursos de graduação, ministrados nas férias letivas, viabilizados por convênios com a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia e com as Prefeituras dos Municípios beneficiados.

No ano de 2000, iniciam, novamente através de convênios (Prefeitura, Estado e posteriormente SINTERO), as turmas do Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos – PROHACAP, cujas turmas foram graduadas, entre 2004 e 2007.

Em 2007, com a aprovação do Projeto REUNI, pela Resolução 09/CONSUN, de 24 de outubro de 2007, foram criados dezessete Cursos, possibilitando o aumento de 715 vagas discentes, nesse ano, totalizando 2.860 vagas até o quarto ano, bem como possibilitou a contratação de 236 professores, até 2010.

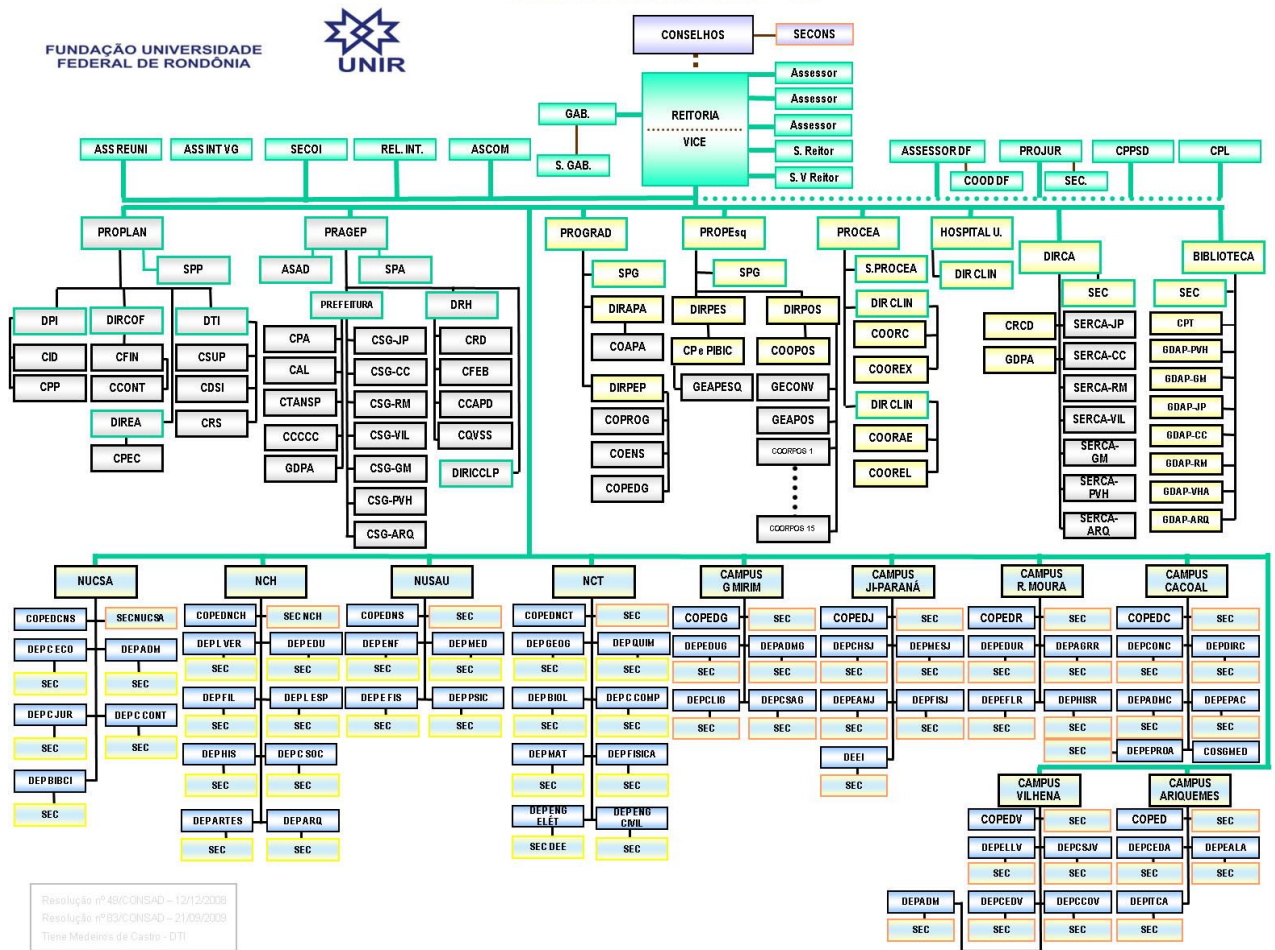
Ainda, em 2007, em Convênio com o governo federal, são criados os Pólos de Educação a Distância, que atendiam, em 2010, um total de 1.488 alunos.

Em 2010, são criados os Cursos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

A UNIR atua na extensão com o PROEXT e PIBEX, e diversos programas de assistência e apoio estudantil, entre os quais Transporte, Alimentação, Moradia, Trabalho, Conexão de Saberes, Esporte e Cultura, e Indígena, além do apoio a eventos de natureza cultural e esportiva.

Os quadros a seguir explicitam um panorama da UNIR em números, mostrando como ela se apresenta em relação ao organograma funcional, quantidade de discentes, funcionários técnicos administrativos e docentes do quadro.

ORGANOGRAMA UNIR - RO



Resolução nº 49/CONSAD - 12/12/2009
 Resolução nº 53/CONSAD - 21/09/2009
 Tieme Medeiros de Castro - DTI

Quadro 2: Organograma funcional UNIR

Fonte: <http://www.unir.br/index.php?pag=submenu&id=262&titulo=Estrutura>

Discriminação	Quantitativos
GRADUAÇÃO	
Alunos Matriculados Graduação Regular(2011/1)	7.831
Alunos Matriculados Graduação Regular(2011/2)	8.228
Média de Alunos Matriculados na Graduação em 2011	8.029,1
Alunos Matriculados na Pós – Graduação	353
Alunos Ingressantes 2011	2.470
Alunos concluintes 2011/1 + 2010/2	730
TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	
40 Horas	289
30 Horas	-
20 Horas	4
Total	293

Quadro 3: Alunos e técnicos administrativos
Fonte: Relatório de Gestão 2011

DOCENTES DO QUADRO			
Dedicação		Titulação	
DOCENTES D.E	541	Graduados	9
DOCENTES T-20	37	Especializados	85
DOCENTES T-40	27	Mestres	296
		Doutores	215
Total	605	Total	605

Quadro 4: Docentes
Fonte: Relatório de Gestão 2011

MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES

A UNIR é uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, tendo como finalidade precípua a promoção do saber científico e, atuando em sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão, possui os seguintes objetivos que se caracterizam por:

I - promover a produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - formar profissionais que atendam aos interesses da região amazônica;

III - estimular e proporcionar os meios para criação e a divulgação científica, técnica, cultural e artística, respeitando a identidade regional e nacional;

IV - estimular os estudos sobre a realidade brasileira e amazônica, em busca de soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social da região;

V - manter intercâmbio com universidades e instituições educacionais, científicas, técnicas e culturais nacionais ou internacionais, desde que não afetem sua autonomia, obedecidas as normas legais superiores.

2.2 –CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE ECONÔMICA E SOCIAL DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CAMPUS

O Estado de Rondônia possui, segundo o censo de 2012, em torno de 1.590.011 habitantes e ocupa uma área territorial de 237.576,167 Km². Sua densidade demográfica é de 6,58 hab/km², taxa de urbanização de 73,22%, índice de desenvolvimento urbano de 0,78% (BC, 2007), PIB per capita de R\$ 13.465,00 (IBGE/SEPLAN, 2009) e uma taxa de analfabetismo de 8,70% da população. Apesar de ser o terceiro estado mais populoso da macroregião, superado pelo Pará e Amazonas, apenas os municípios de Porto Velho e Ji-Paraná possuem população superior aos 100 mil habitantes. Por ser um estado criado no início da década de 1980, a população é formada por imigrantes de diversas partes do Brasil. Em relação as etnias, segundo o PNAD, por meio de pesquisa de autodeclaração realizada em 2006, a população era formada por 53,8% de pardos, 36,8% brancos, 7,3% de negros e 2,2% de amarelos ou indígenas. Ainda considerando a mesma pesquisa 53,3% dos habitantes residentes eram nascidos no Estado¹⁶, com o súbito aumento populacional nos anos seguintes, o fluxo migratório foi estendido. Rondônia passou a ocupar ao lado do Distrito Federal e Roraima, os menores percentuais de população natural, acarretando um maior número de migrantes na composição de suas populações residentes.¹⁷Sua economia é baseada na pecuária, agricultura e extrativismo de madeira, minerais e da borracha.

¹⁶ Disponível:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2007/indic_sociais2007.pdf. Acesso: 16/03/2013.

¹⁷ Disponível:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS_2010.pdf. Acesso: 16/03/2013.

As principais contribuições, para a constituição do PIB, são: administração, saúde e educação públicas: 25%; comércio e serviços de manutenção e reparação: 13,2%; pecuária e pesca: 10,9%; agricultura silvicultura e exploração vegetal: 10,1%; atividades imobiliárias e de aluguel: 6,6%; indústria de transformação: 5,7%.

O desenvolvimento agrícola da região começou no final da década de 1970, com a decisão do governo federal de abrir nova fronteira agrícola no então Território Federal de Rondônia, com o objetivo de ocupar e desenvolver a região segundo os princípios da segurança nacional vigentes. Além de aliviar tensões fundiárias principalmente nos estados do sul, por meio da transferência de grandes contingentes populacionais, quase 1 milhão de pessoas migrou para Rondônia, e Porto Velho, sua capital passou de 90.000 para 300.000 habitantes.

Ressalta-se ainda, que Porto Velho é a capital brasileira com maior área territorial, são 34.096 km² sendo ainda, a cidade mais populosa do Estado. O crescimento populacional da cidade foi intenso e acompanhou o descrito acima para o Estado. Em 1991 contava com 287.534 habitantes, em 2007 369.345 e atualmente com aproximadamente 428.527 habitantes. Em termos econômicos, a cidade detém o terceiro maior PIB da Região Norte, além de ser a capital que mais cresce economicamente no país, segundo pesquisa do IBGE de 2009.

Entretanto, ao contrário das demais capitais brasileiras, que possuem melhor nível de desenvolvimento socioeconômico que as demais cidades dos seus estados, Porto Velho é a única capital a ostentar um dado alarmante: o percentual de crianças de 10 anos de idade que não sabem ler ou escrever é maior do que no conjunto do estado¹⁸

Em relação ao número de docentes por série, Porto Velho conta com 3.124 professores no ensino fundamental e 761 no ensino médio. São 247 escolas de ensino fundamental e 45 de ensino médio. Em relação ao número de alunos, o

¹⁸BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Indicadores sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011, p.62

ensino fundamental possui 78.697, enquanto o ensino médio tem 13.132 alunos. O ensino superior possui um total de 33.954 alunos matriculados, dos quais, 24.159 alunos estão no ensino superior privado¹⁹. Porto Velho possui as seguintes faculdades particulares: Faculdade São Lucas, Faculdade de Rondônia (FARO), Faculdade de Ciências da Administração e de Tecnologia (FATEC), Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA), Faculdade Porto Velho (FIP), Faculdade Católica de Rondônia, Faculdade Interamericana de Porto Velho (UNIRON), Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho (ULBRA) e o Instituto Metodista da Amazônia (IMAm). Ressalta-se que nenhuma oferece curso superior de artes, seja licenciado ou bacharel, ou para qualquer outra área artística.²⁰

Com as alterações na legislação educacional brasileira desde a criação da Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, tornando obrigatório o ensino de Artes em todos os níveis da educação básica, tornou-se necessário a criação de cursos superiores na área. Assim, os egressos do curso de Licenciatura em Artes Visuais contribuirão para colaborar de maneira concreta, eficaz e imprescindível para o início de um trabalho que pode e deve ser um divisor de águas na transformação social e cultural da comunidade de Porto Velho e sua abrangência. Foi considerando os dados e questões até agora apresentados que os objetivos do curso foram traçados. Ou seja, há necessidade no contexto local de profissionais tanto para atuarem no campo do ensino e instituições culturais quanto na produção e na mediação no campo de abrangência das artes visuais.

¹⁹Fonte: BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2009.

²⁰Fonte: http://www.portovelho.ro.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=18. Acesso em 12/03/2013.

3] ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 - OBJETIVOS

3.1.1 | OBJETIVO GERAL

- Formar profissionais aptos a produzirem e mediar, de maneira crítica e reflexiva, conhecimentos na área de Artes Visuais podendo exercer suas atividades em instituições formais e não formais de ensino e cultura e também atuarem como pesquisadores, artistas, agentes culturais e outras especificidades do campo das artes visuais.

3.1.2 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Formar professores/pesquisadores que exerçam ações educacionais no contexto do Ensino da Arte na Educação Básica, integrando Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Formar um profissional comprometido com a realidade local correspondendo aos pressupostos contemporâneos de arte e da educação;
- Propiciar a construção do conhecimento e o exercício de uma prática atualizada e relacionada à experiência da visualidade junto à rede escolar, às instituições culturais, a grupos artísticos e à sociedade como um todo;
- Fornecer um currículo que ofereça um ensino de qualidade na área proposta com profundidade nos conteúdos artísticos e pedagógicos; bem como, da continuidade e articulação entre as disciplinas teóricas e práticas.
- Formar um professor de artes que atue na sociedade e esteja capacitado a exercer processos criativos, de modo a desenvolver pesquisas teóricas e práticas diversificando as linguagens artísticas.
- Atender a demanda a nível municipal e estadual de professores na Educação Básica, conforme prevê a Legislação educacional em vigor.

3.2 – CONCEPÇÃO DO CURSO

O formato deste documento obedece os itens propostos pela resolução nº 278/CONSEA, de 04 de junho de 2012, que regulamenta os parâmetros para a elaboração de Projetos Político-Pedagógicos de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondônia. Em relação à concepção do curso, foi considerado o contexto local, estudos sobre a formação do artista, as alterações de paradigmas da área na contemporaneidade e as demandas da legislação que regulamentam a formação de professores articulada às diretrizes da área de Artes Visuais. A resolução CNE/CES nº1 de 16 de janeiro de 2009 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e constituiu a Licenciatura em Artes Visuais concebeu a licenciatura em interlocução com a formação do bacharelado, acrescida as competências e habilidades definidas nas DCN referentes à formação de professores para a Educação Básica. Atentou-se também para o texto da CNE/CES 0146/2002, que afirma que a graduação é “uma etapa de formação inicial no processo contínuo de educação permanente”.

O desenho curricular e as ementas demonstram que a maior preocupação é com o desenvolvimento do caráter reflexivo do aluno, questão presente na maneira de conceber o ementário. A carga horária das atividades formativas e da integralização do curso, as formas de realização da interdisciplinaridade e a integração entre teoria e prática também poderão ser observadas. As formas de avaliação do ensino e da aprendizagem aparecem de forma implícita ou explícita neste projeto, bem como o incentivo à iniciação à pesquisa artística, científica e mesmo tecnológica, complementando e integrando à atividade de ensino.

Foram examinados projetos pedagógicos curriculares de diversas universidades brasileiras, bem como de outras IES da Região Norte e os elaborados dentro da própria Universidade Federal de Rondônia. Outras referências também foram utilizadas e estão implícitas nos itens que permeiam determinados posicionamentos, entre as quais, estudos que refletem sobre o ensino da arte nas universidades brasileiras, tanto aqueles voltados para uma

abordagem histórica quanto os que tratam da atualidade²¹. Estudos que analisam a maneira como foi sistematizado o ensino das artes no Ocidente também foram utilizados²². As mudanças profundas na produção artística desde os anos de 1990, presentes em diversas análises²³ também foram consideradas. O estudo seminal de MiwonKwon²⁴, no qual, a autora expõe as alterações e desenvolvimentos das proposições *site-specifica* partir dos anos de 1960 até o começo do século atual, esmiuçando as mudanças conceituais pelas quais o termo passou— das abordagens de lugar específico que possuía um componente físico para significações de contexto social e de identidade— são questões que foram consideradas. Entretanto, foi o livro “*ArtSchool: propositions for the 21st Century*” organizado por Steven Henry Madoff que, por ater-se a formação do artista na atualidade e expor indagações de diversos profissionais da área, entre os quais, professores, artista, curadores, teóricos, historiadores da arte, etc. uma base salutar. O livro é resultado dos sete simpósios organizados pela *Anaphiel Foundation* junto com o *National Endowment for the Arts*, ocorridos em 2005, nas cidades de Nova Iorque, Londres, Miami e Aspen com o objetivo de discutir as diretrizes para a implantação de um programa educacional voltado para artistas, no âmbito universitário. Do conjunto diversificado de proposições que emergiu o que sobressai nos textos são as argumentações que não descartam a importância tanto do legado da tradição quanto às inquietações e transitoriedades do

²¹Alguns exemplos são: BARBOSA, Ana Mae; FERRARA, Lucrecia D’Alessio; VERNASCHI, Elvira (Orgs.) *O Ensino das Artes nas Universidades*. São Paulo: EDUSP, 1993.

ZÍLIO, Carlos. “Artista, formação do artista, arte moderna”. In: **Revista Arte & Ensaios nº2**. Rio de Janeiro: PPGAV/EBA/UFRJ, 1998. FAVARETTO, Celso. A Arte contemporânea e a educação. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 53, 2010; RESENDE, José. A formação do artista no Brasil. In: Revista **Arts**. São Paulo: ECA/USP, VI. 03, n 05, 1º semestre de 2005; BUTI, Marco. A Arte na Universidade, A Universidade na Arte. São Paulo: **ARS**, vol.7 no.14, 2009.

²²Alguns exemplos são: PEVSNER, Nikolaus. **Academias de arte: passado e presente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; DE DUVE, Thierry. “Quando a forma se transformou em atitude – e além”. In: FERREIRA, Glória, VENÂNCIO, Paulo (org.). **Revista Arte & Ensaios**. n.10, Rio de Janeiro: PPGAV/EBA/UFRJ, 2003.

²³Ver, por exemplo: BISHOP, Claire (ed.). *Participation*. Cambridge: Massachusetts: MIT Press, 2006; BOURRIAUD, Nicolas (1998). *Estética relacional*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Martins, 2009; FINKELPEARL, Tom. *What We Made: Conversations on Art and Social Cooperation*. Durham, N.C.: Duke University Press, 2013; KESTER, Grant H.. *The One and the Many: Contemporary Collaborative Art in a Global Context*. Durham, NC: Duke University Press, 2012; HOLMES, Brian. Investigações extradisciplinares: para uma nova crítica das instituições *Concinnitas*, ano. 9, volume 1, número 12, Julho de 2008.

²⁴KWON, Miwon. *One place after another: site-specificity art and locational identity*. Cambridge: The MIT Press, 2004.

presente em conjunto com a necessidade de um sistema artístico estruturado solidamente. É Madoff quem assina o capítulo *States of Exception* [Estados de exceção], neste, o autor compara e analisa a relação avaliativa realizada pelas escolas e pelo mercado de arte. Enquanto, na escola a avaliação é “escorregadia”, funcionando, no seu ideal liberal “como um laboratório livre das restrições do mundo” (MADOFF, 2009, p. 274), com certa tolerância para a expressão do temperamento artístico — questão tributária do lugar destinado à noção de que a criatividade não pode ser tolhida —, no mercado a situação é diversa. Os instintos criativos são confrontados com um mundo competitivo, ávido pelas seduções do espetáculo, interesses comerciais e direcionamentos críticos que filtram aspectos que lhe convém sendo “incapaz de analisar graus finos de qualidade” (MADOFF: 2009, 274). Por isso, o título do texto é “estado de exceção”²⁵, termo referente tanto as escolas de arte quanto ao lugar atribuído à arte nos “círculos legais e pelo governo constitucional” (2009, p. 274). A escola, salvaguardada por suas próprias normas, suas regras de produção resguarda “os seus estudantes-cidadãos fora do reino do cotidiano” (2009, p. 275). Porém há pressões externas, que Madoff associa principalmente ao domínio do mercado, mas também aos meios de comunicação e comunidades culturais e cívicas. Pressões que incluem ainda as normas e burocracias de um sistema universitário diametralmente diverso do ideal artístico autônomo (MADOFF, 2009, p. 276). Se o contexto do qual partem os autores citados é bastante diverso do brasileiro, da Região Norte e, em particular, da cidade de Porto Velho, algumas das questões apontadas, entre as quais, o lugar da arte dentro do ensino universitário, parece aproximar realidades tão distintas.

É importante ressaltar ainda, em relação à concepção do curso, que a estrutura curricular do projeto anterior a este foi mantida dentro do possível, tendo sido considerado ainda a previsão de contratação de professores, de implantação da estrutura de funcionamento e realidade financeira disponível.

²⁵Ressalta-se que Madoff insinua que esse “estado de exceção” é uma ficção. Ver: MADOFF, Steven Henry. *States of Exception*. In: MADOFF, Steven Henry (Ed.). **Art School: Propositions for the 21st Century**. Cambridge, Mass: The MIT Press, 2009, p.276.

3.3 JUSTIFICATIVA

O curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal de Rondônia preencherá com urgência e muitos anos de atraso uma demanda por uma formação sólida na área.

Junto ao diminuto número de profissionais que possui formação superior em artes atuando nas escolas locais, os esparsos investimentos na área cultural de uma forma geral, e, em especial, no âmbito das artes visuais, outra questão ajudará na argumentação que justifica a importância do curso. Trata-se de uma série de relatos de curadores que visitaram Porto Velho e descreveram o panorama artístico local. Três relatos, feitos por curadores do projeto Rumos Artes Visuais do Itaú Cultural, programa que desde 1999, organiza edições para mapear a produção da arte contemporânea emergente brasileira chamaram a atenção. Em 2001, o curador adjunto Sérgio Vieira Cardoso, responsável pela área integrada pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, assim descreveu o quadro que encontrou:

“As características essenciais da produção desses Estados decorrem da inexistência de cursos superiores de artes visuais na região. Arquitetura, comunicação social e educação artística são os únicos cursos que propiciam informações básicas sobre as artes dentro do ambiente universitário. Afora isso, são realizadas oficinas livres que têm como professores artistas plásticos autodidatas ou eventualmente graduados fora da região. Daí decorre que a grande maioria dos artistas locais não possui uma formação sistemática, desconhecendo, muitas vezes, os princípios básicos da história da arte moderna e as questões da produção contemporânea. Em consequência, a dinâmica da arte local é permeada pelos modismos que chegam com aura de novidade essencial, funcionando como ganchos de pseudo-integração ao circuito nacional ainda insipiente da arte contemporânea. Na maioria das situações verificadas, entre os artistas e suas obras, nota-se a falta de pesquisa ou de objetivos definidos, ocorrendo apenas a formatação do que foi consagrado pelas folhas ilustradas do país. Essa situação agrava-se, ainda mais, devido à total inexistência de bibliotecas com obras especializadas em artes visuais, principalmente sobre suas manifestações contemporâneas. Não existem críticos de arte especializados assim como profissionais nas áreas de curadoria e montagem de exposições. Essas funções são exercidas por colonistas de cadernos diários especializados em difusão cultural, sociedade e lazer; por profissionais de decoração, que influenciam as

escolhas estéticas das casas da alta classe média: moldurarias enquanto galerias; artesanato misturado com os quadros.”²⁶

Na edição de 2001/2003, o quadro encontrado não foi diferente:

“A Região Norte, onde se incluem os Estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, necessita ações imediatas que possibilitem uma aproximação mais rápida do conceito de arte contemporânea. Na maioria das cidades visitadas, constatou-se não só a falta de vários segmentos em termos de acompanhamento no desenvolvimento das artes visuais, mas também o vazio na interpretação e construção do olhar e fazer contemporâneo.”²⁷

Alguns anos depois, em 2005, o relatório traça o seguinte perfil do ambiente artístico de Porto Velho:

“O movimento artístico em Porto Velho é bastante desarticulado. Não há curso superior de arte. Há quatro jornais em circulação e nenhuma escrita especializada em arte e cultura. Tudo está ainda por fazer, justamente pelo fato de Porto Velho ser uma capital nova. A efervescência maior estaria localizada no interior, em Ji-Paraná, cidade mais efervescente e menos corroída pelo ciclo exploratório da borracha e do ouro que trouxe mais de 300.000 pessoas em busca de fortuna. Mas se na área de artes visuais as iniciativas, produção e espaços estão ainda dando seus primeiros passos, sente-se já um potencial desejo de articulação com outros centros, o que pode ser confirmado pelos dois eventos citados, o Festival de Cinema e o Salão de Artes Plásticas da Amazônia.”²⁸

Nos três relatórios citados, de forma direta ou indireta, a ausência de cursos superiores na área de artes é associada aos problemas encontrados na produção artística local, sendo que no último dos relatórios citados, são lembrados também os ciclos exploratórios que a capital passou. Os vários ciclos econômicos pelos quais Rondônia, de uma maneira geral, e Porto Velho, especificamente, viveu e tem passado intensificam, de tempos em tempos, a migração de pessoas das mais diversas partes do país. Este fator aliado à

²⁶ *Rumos Artes Visuais Itaú Cultural 1999/2000*. Relatório da área integrada pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. São Paulo: Itaú Cultural, 2000, p. 14.

²⁷ *Rumos Artes Visuais Itaú Cultural 2001/2003*. Relatório região Norte e São Paulo. São Paulo: Itaú Cultural, 2003, p. 16.

²⁸ *Rumos Artes Visuais Itaú Cultural 2005/2006*. Relatório Rondônia Porto Velho. São Paulo: Itaú Cultural, 2006, p. 51.

desvalorização cultural, a falta de políticas públicas continuadas, acabou por gerar uma grande perda das manifestações populares que mantinham os vínculos com as raízes e tradições do povo que aqui inicialmente se assentou e fundou Porto Velho.

A Universidade, sendo o lugar por excelência, da reflexão, do debate, da investigação, da crítica, e do aporte às mudanças sociais tem por obrigação contribuir de forma efetiva para a reversão desse quadro. Portanto, a importância deste curso para Porto Velho e para Rondônia, justifica-se pela ausência de outros cursos de artes no Estado e também pela carência vivenciada pelo setor cultural local. Portanto, a importância aproximar o curso da comunidade local de forma efetiva e não somente por ações que se revelam muitas vezes inócuas por serem executadas em local inacessível ao público em que são destinadas. Ressalta-se novamente, considerando o que foi exposto, a importância do curso de Artes Visuais em conjunto com os outros cursos de artes da UNIR (Teatro e Música) estarem juntos e próximos de local real de circulação de pessoas. Nos três cursos, muitas das atividades de finalização das disciplinas práticas estão voltadas para execução de produção prática, o que contribuiria desenvolvendo moradores, escolas

3.4- LEGISLAÇÃO

Seguindo a resolução nº 278/CONSEA, de 04 de junho de 2012, que regulamenta os parâmetros para a elaboração de Projetos Político-Pedagógicos de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondônia, foi listada a seguir a legislação utilizada ou citada na construção do projeto.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes e Bases de 1º e 2º graus*. Lei 5.962, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 5.962, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI N. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara Superior de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design*. Parecer CES/CNE 0146/2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Artes Visuais*. Resolução N°1, de 16 de janeiro de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena*. Parecer CNE/CP n° 9, de 08 de maio de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena*. Resolução CNE/CP n° 1, de 18 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena*. Resolução CNE/CP n° 2, de 18 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n° 27, de 02 de outubro de 2001, que altera a definição do estágio.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n° 28, de 02 de outubro de 2001, que dá nova redação ao Parecer 21 que institui carga horária e duração dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES n° 213, de 1º de outubro de 2003, que responde a consulta da UFPA sobre Resoluções CNE/CP n°1 e 2, sobre cargas horárias das Licenciaturas.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES n° 15, de 02 de fevereiro de 2005, que responde a consulta do Governo do Estado da Bahia e da Universidade do Sudoeste da Bahia, sobre prática como componente curricular e regras de transição das Licenciaturas.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação*. Parecer CNE/CES n° 67, de 11 de março de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação*. Parecer CNE/CES nº 583/2001

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Enem: Documento Básico*. Brasília: INEP, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte: ensino fundamental*. Brasília: MEC / SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC / SEMTEC, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Dispõe sobre o estágio de estudantes. LEI Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil/Sub-chefia para assuntos jurídicos. LEI 12.287/2010, de 13 de julho de 2010.

3.5 – PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal de Rondônia deverá formar profissionais aptos a produzirem e mediarem, de forma reflexiva e crítica, conhecimentos dentro das especificidades da área, possuindo, dentre outras as competências e habilidades previstas na resolução N º 1 de 16/01/2009. Assim, formará um aluno capaz de:

- Desenvolver e aplicar as competências artísticas, pedagógicas, intelectuais, sociais e políticas inerentes à sua formação;
- Articular o amplo repertório na área com práticas emergentes;
- interagir com as manifestações culturais da sociedade na qual se situa, demonstrando sensibilidade e excelência na criação, transmissão e recepção do fenômeno visual;

- desenvolver pesquisa científica e tecnológica em Artes Visuais, objetivando acriação, a compreensão, a difusão e o desenvolvimento da cultura visual;
- atuar, de forma significativa, nas manifestações da cultura visual, instituídas ou emergentes;
- atuar nos diferentes espaços culturais, especialmente em articulação com instituições de ensino específico de Artes Visuais;
- estimular criações visuais e sua divulgação como manifestação do potencial artístico, objetivando o aprimoramento da sensibilidade estética dos diversos atores sociais.

3.6- PERFIL DO CURSO

3.6.1 –Contextualização e funcionamento do curso (*Nome, endereço de funcionamento, histórico do curso e Ato de Criação*)

O curso de Artes Visuais (Licenciatura) da Universidade Federal de Rondônia, segundo proposta da instituição, deverá situar-se no Campus Universitário José Ribeiro Filho. BR 364, Km 9,5, sentido Rio Branco/Acre. Atualmente, a sala de administração do curso e um espaço utilizado tanto para aulas quanto atividades de extensão está localizado na Av. Presidente Dutra, 2965, Centro, Porto Velho.

Criado em 20 de agosto de 2009, no Ato Decisório nº108/CONSEA, onde, considerando a Resolução 214/CONSEA, o Processo 23118.000840/2209-05 e o Memorando 118/NED de 14/08/2009, o Presidente do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA) altera em parte a Resolução 214/CONSEA que aprova o Projeto Político Pedagógico dos cursos de Artes, Música e Teatro, e o curso de Artes Visuais passa a ter a nomenclatura Licenciatura em Artes Visuais.

Número de vagas autorizadas, turno de funcionamento, carga horária total e tempo de integralização

O curso oferecerá anualmente à comunidade vinte (20) vagas, em turno matutino, com a duração de uma hora cada aula, conforme estabelecido pela resolução nº 02/CNE/CP, de 19 de fevereiro de 2002. A carga horária total do curso é de 2.860 horas.

Com duração mínima de três anos e meio e máxima de seis anos, o curso deverá seguir o calendário escolar e horário estabelecido pela UNIR, conforme resolução CNE-CP2, de 19 de fevereiro de 2002, artigo 1 inciso IV parágrafo único que enuncia: os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Os laboratórios que deverão ser criados, cujas especificações encontram-se no corpo deste Projeto, serão os pólos aglutinadores do conhecimento que permeia de forma transversal o ensino, a pesquisa e a extensão, e retroalimenta cada um destes processos. Nestes laboratórios, definidos por linha de pesquisa, ocorrerão as aulas práticas, o desenvolvimento das pesquisas e dos projetos de extensão. As criações artísticas, bem como as práticas pedagógico-artísticas devem envolver os alunos da graduação, de maneira que atuem quer como pesquisadores, através da iniciação científica, como alunos experienciadores das práticas dos laboratórios, ou ainda nos inúmeros projetos existentes e outros que podem e devem ser criados a fim de transpor os muros da universidade, estendendo para a comunidade a vida acadêmica. Além das questões elencadas, pretende-se implantar outras ações, entre as quais: desenvolver e ampliar grupos de estudo e pesquisa; organizar publicações de âmbito acadêmico; promover intercâmbios nacionais e internacionais e implantar um Espaço Cultural.

Esta integração deve envolver o aluno, de maneira a optar por uma linha de pesquisa do seu interesse e aprofundar-se na vivência das práticas e da pesquisa em laboratório, sedimentando seu conhecimento, fortalecendo seus laços com a missão acadêmica e criando subsídios para o desenvolvimento de sua autonomia intelectual.

O curso de Artes Visuais (Licenciatura) em conjunto com os outros dois cursos que compõem o Departamento de Artes da UNIR, Música e Teatro (Licenciatura) conta atualmente com as seguintes atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão no diálogo entre áreas:

- Projeto: *Desdobramentos* (processos criativos na junção de diferentes linguagens artísticas). O projeto já apresentou os seguintes resultados: Exposição na Galeria de Arte do Sesc(2011) e apresentação de comunicação e da Vídeo-instalação *Suspiros* no Seminário Iberoamericano sobre o Processo de Criação nas Artes, promovido pelo LEENA - Laboratório de Extensão e Pesquisa em Artes e pelo Programa de Pós-graduação em Artes da UFES, em parcerias com a Universidade de BuenosAires, Universidad de Granada e Universidade de Lisboa (2012).
- 1 – Nome do Coordenador do Projeto: Samira Margotto
- Colaboradores: Cristiano Sousa dos Santos e Éder Rodrigues da Silva (professores), Melissa Barbosa e Amanda Daniele Norbiatto (alunas), Andréa Mello (comunidade) e Andrea Favilla Lobo (docente UFAC)
- 2 – Área temática: Cultura
- 3 – Linha: produção cultural e artística
- 4 – Certidão de extensão PROCEA/UNIR: N° 002/2013
- Projeto: Cia Peripécias de Teatro Universitário que já apresentou três espetáculos oriundos dos processos de pesquisa e criação, sendo eles: *“A nudez nossa de cada dia”*, *“Teu resto é meu coração”* e *“Diários de In-Sônias”*.
 - Projeto *“Informática na Música”*
 - Projeto *“Iniciação Musical através do teclado”*
 - Projeto Laboratório de Performance no século XXI – Grupo de Pesquisa UNISOM

Titulação conferida aos egressos

A titulação conferida aos egressos do curso é de Licenciado em Artes Visuais.

Modos e períodos de ingresso, regime de oferta e matrícula

O Curso de Graduação em Artes Visuais – Licenciatura não dispõe de formas de ingresso diferenciadas em relação a maioria dos outros cursos da UNIR. Aboliu-se, portanto a prova de habilidades específicas prevista no projeto anterior.

De acordo com o Ato Decisório nº 160/CONSEA, de 29 de agosto de 2011 e o Ato Decisório nº108/CONSEA, de 20 de agosto de 2009, o acesso ao curso de Artes Visuais dar-se-á via Vestibular, que, atualmente, utiliza os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A oferta do curso é anual e seu período de ingresso, bem como a matrícula inicial, ocorre no segundo semestre do ano letivo. Anualmente são ofertadas vinte vagas. Havendo vagas remanescentes do processo seletivo via ENEM e provas de habilidade específica, a UNIR, com vistas ao preenchimento destas vagas, oferece também outras formas de ingresso no curso, conforme estabelecido pelo Regimento Geral, a saber: Processo Seletivo Complementar (Vestibulinho); processo Seletivo Simplificado; portador de diploma.

Há ainda a possibilidade de ingresso no curso mediante transferência *ex-officio* conforme regulamentado pelo Regimento Jurídico Único (RJU).

Calendário acadêmico e distribuição de carga horária

O calendário acadêmico é regido conforme orientação do calendário aprovado pelos conselhos superiores. O curso deverá contar com, no mínimo, uma semana de evento acadêmico-científico específico da área, com oficinas e exposições semestrais, e eventos artísticos culturais, que visem o intercâmbio e enriquecimento artístico dos discentes.

A distribuição da carga horária está estabelecida de acordo com a Resolução CNE/CES 2/2007, que estabelece o mínimo de duas mil e oitocentas (2.800) horas, distribuídas nas seguintes dimensões:

I – 400 (quatrocentas horas) de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II – 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III – 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

IV – 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmicos-científicos-culturais.

Desta maneira, a carga horária estrutura-se da seguinte maneira, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP 2/2002) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para do Curso de Graduação em Artes Visuais (Resolução CNE/CES 1/2009).

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	2260h
DE NÚCLEO COMUM	460h
DE NÚCLEO ESPECÍFICO	1200h
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	480h
TCC	200h
OPTATIVAS (Livres e Eletivas)	320h
ATIVIDADES ACADÊMICOS-CIENTÍF.-CULTURAIS	200h
CARGA HORÁRIA TOTAL	2860h

3.7. Estrutura Curricular

O curso de Artes Visuais (Licenciatura) foi criado em 20 de agosto de 2009 concomitantemente aos cursos de Teatro e Música, sendo os três cursos concebidos a partir de componentes curriculares com conteúdos básicos, específicos e teórico-práticos, conforme a legislação educacional brasileira da área. Tal concepção visava dimensionar o curso com base em um núcleo comum que atendia as três áreas, e um núcleo específico.

Esta reformulação, ciente da resolução CNE/CES 1/2009, procurou pautar a estrutura curricular de maneira a atender uma concepção especificamente voltada para a formação do educador de artes visuais, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores em Artes Visuais a fim de permitir uma formação de excelência. A reformulação estrutura o currículo em disciplinas obrigatórias de núcleo comum, obrigatórias específicas e optativas.

3.7.1 COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

Obrigatórias de Núcleo Comum

Manteve-se a ideia germe de núcleo comum, objetivando fomentar a integração através do convívio com os discentes dos demais cursos de Artes - Licenciatura em Teatro e em Música - fazendo parte da grade curricular obrigatória. As disciplinas de núcleo comum mantidas foram: Metodologia (60h), Legislação (60h), Antropologia (60h), Didática (60h), Filosofia (60h), Psicologia da Educação (60h). Foram somadas as disciplinas acima Libras (40h), atendendo ao Artigo 3º e seus incisos, do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e a disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (60h) conforme explicitado no Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004, e na Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de Junho de 2004. Ao todo as disciplinas obrigatórias de núcleo comum perfazem um total de 460h.

Obrigatórias do Núcleo Específico

Em relação às disciplinas que compõem o núcleo específico foram realizadas algumas alterações no sentido de fornecer maior autonomia ao aluno na construção do currículo, se adequar as condições materiais reais da IFES e também atualizar o currículo com conteúdos mais contemporâneos. Neste sentido, ampliou-se o número de disciplinas optativas, excluiu-se aquelas que exigiriam laboratórios custosos e muito específicos e incluiu-se disciplinas de caráter experimental e em diálogo com outras linguagens artísticas. Princípios oriundos de matrizes acadêmicas, modernistas ou mesmo tecnicistas do

ensino da arte foram substituídos pelos da arte como linguagem, produção de conhecimento e síntese cultural. Considerou-se a ideia da transdisciplinaridade, desenvolvendo e estimulando uma compreensão da realidade articulando elementos entre, além e por meio das disciplinas. Assim, o conhecimento ultrapassa o circunscrito dentro dos processos artísticos tradicionais sem, no entanto ignorá-los ou se deixar seduzir pelas ferramentas de caráter tecnológico das novas mídias. Portanto, foi associada aos fundamentos basilares do Desenho, da Pintura e da Tridimensionalidade, a ampliação e revisão dos conteúdos da História da Arte com outros que tratam de processos associados ao desenvolvimento tecnológico. Optou-se também por mesclar no decorrer dos períodos os conteúdos associados à relação entre arte e educação que na proposta anterior apareciam a partir da segunda metade do curso.

A carga horária para o Estágio Supervisionado foi ampliada de 400h para 480h e a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso teve um acréscimo de 40 horas, passando de 160 horas para 200 horas.

Estágio Supervisionado, TCC e Práticas Pedagógicas

A Lei 9394/96 estabeleceu um mínimo de trezentas horas (Art. 65) destinadas às práticas pedagógicas. Tal exigência foi ampliada pela Resolução do CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que instituiu quatrocentas (400h) de prática e quatrocentas horas (400h) de estágio supervisionado.

Desta forma, a presente reformulação curricular optou por manter a disciplina Estágio Supervisionado ampliando sua carga horária para 480h, distribuída em quatro períodos de 120h cada. Enquanto a disciplina Trabalho de Qualificação Profissional foi mantida por dois períodos, com ampliação de carga horária de 80h para 100h e com modificação da sua nomenclatura, passando a chamar-se Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II, conforme definido em lei.

As DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais) para a Formação de Professores da Educação Básica determinam que “a prática, na matriz curricular, não poderá

ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso” (Art. 12, § 1º). Segundo esta determinação as 400h de prática como componente curricular devem ser vivenciadas ao longo do curso, e o Parecer CNE/CES nº 213/2003, de 1º de outubro de 2003, esclarece que as referidas 400 horas de prática devem estar presentes no interior das disciplinas.

Desta forma para o cômputo da carga horária de práticas pedagógicas, além da disciplina Teoria e Prática da Arte na Educação (80h), oferecida no primeiro período, também podem ser destinados 20% da carga horária de cada disciplina, a critério do professor, como atividades prático-pedagógicas relacionadas ao conteúdo programático.

3.7.2 COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES – OPTATIVAS

A segunda mudança estrutural está pautada no princípio de flexibilização e integralização do curso, bem como na construção da autonomia intelectual do aluno. Relaciona-se à oferta de disciplinas optativas, com o cumprimento obrigatório de carga horária mínima, que dá ao aluno a oportunidade de construir um perfil profissional de acordo com suas aptidões e interesses. Assim, enquanto a matriz curricular anterior possui apenas uma disciplina optativa, nesta nova proposta o aluno terá a oportunidade de fazer quatro disciplinas optativas ao longo do curso, cada uma com carga horária de 80h.

Considerando que a atual lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) Lei nº 9.394/96, não define claramente a diferença entre optativa e eletiva, neste projeto, sob a nomenclatura de OPTATIVA, inclui-se as livres (livre escolha) e eletivas (ofertadas pelo curso e em congruência com a área de formação escolhida). Assim, caberá ao aluno escolher o que cursará, desde que cumpra as 400h previstas.

2.7.3 Educação Ambiental

De acordo com a lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que regulamenta a Educação Ambiental no Brasil, a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas (Art. 11, capítulo II).

Um dos fundamentos da Educação Ambiental (EA) é a visão socioambiental, que afirma que o meio ambiente é um espaço de relações, é um campo de interações culturais, sociais e naturais (a dimensão física e biológica dos processos vitais). O processo educativo proposto pela EA objetiva a formação de sujeitos capazes de compreender a sua realidade e agir nela de forma consciente.

A Educação em Artes tem por essência, o desenvolvimento da sensibilidade do ser, não só artístico, mas do ser em sua completude, pois que o artista não pode estar dissociado de seu tempo, e não pode, enquanto cidadão deixar de ser agente de transformação, sobretudo o artista-professor. Desta maneira, o Curso de Artes Visuais (Licenciatura) deve propor, apoiar e colaborar com todas as iniciativas da universidade que objetivem ações concretas para a implementação de atitudes sustentáveis, de formação de consciência cidadã e ecológica, com atenção especial para todos as questões voltadas para a região amazônica, na qual nos inserimos e temos por obrigação atender.

3.7.4- MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ARTES VISUAIS

MATRIZ CURRICULAR –ARTES VISUAIS (LICENCIATURA)						
1ª FASE						
	Código	Disciplinas	Tipo	CH	Créd	Pré- Requisitos
NC	ART30017	LIBRAS	OB	60	3	
NE	ART30006	LABORATÓRIO DE DESENHO I	OB	80	4	
	ART30008	TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL	OB	80	4	
	ART30001	HISTÓRIA DA ARTE I	OB	80	4	
		TEORIA E PRÁTICA DA ARTE NA EDUCAÇÃO	OB	80	4	
CARGA HORÁRIA					380 horas	
2ª FASE						
	Código	Disciplinas	Tipo	CH	Créd	Pré- Requisitos
NC	ART30038	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	OB	60	3	
	ART30037	LEGISLAÇÃO	OB	60	3	
NE	ART30015	LABORATÓRIO DE DESENHO II	OB	80	4	LABORATÓRIO DE DESENHO I
		FORMA, COR E COMPOSIÇÃO	OB	80	4	
	ART30012	HISTÓRIA DA ARTE II	OB	80	4	HISTÓRIA DA ARTE I
CARGA HORÁRIA					360 horas	
3ª FASE						
	Código	Disciplinas	Tipo	CH	Créd	Pré- Requisitos
NC	ART30036	DIDÁTICA	OB	60	3	
		METODOLOGIA	OB	40	2	
NE		TRIDIMENSIONALIDADE	OB	80	4	
	ART30033	PINTURA	OB	80	4	
		HISTÓRIA DA ARTE III	OB	80	4	HISTÓRIA DA ARTE II
CARGA HORÁRIA					340 horas	
4ª FASE						
	Código	Disciplinas	Tipo	CH	Créd	Pré- Requisitos
NC		HISTÓRIA E CULTURA AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA	OB	60	3	
NE	ART30027	FOTOGRAFIA	OB	80	4	
		HISTÓRIA DO ENSINO DAS ARTES NO BRASIL	OB	80	4	
	ART30049	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	OB	120	6	TEORIA E PRÁTICA DA ARTE NA EDUCAÇÃO E DIDÁTICA
OP	ART30073	OPTATIVA I	OP	80	4	
CARGA HORÁRIA					420 horas	
5ª FASE						
	Código	Disciplinas	Tipo	CH	Créd	Pré- Requisitos
NC	ART30011	ANTROPOLOGIA	OB	60	3	
	ART30002	FILOSOFIA	OB	60	3	
NE		PROCESSO GRÁFICO	OB	80	4	TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL
	ART30056	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	OB	120	6	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I
OP		OPTATIVA II	OP	80	4	OPTATIVA I
CARGA HORÁRIA					400 horas	

6ª FASE						
	Código	Disciplinas	Tipo	CH	Créd.	Pré- Requisitos
NE		TÓPICOS ESPECIAIS I	OB	80	4	
	ART30064	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	OB	120	6	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II
	ART30059	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	OB	100	5	METODOLOGIA,
OP		OPTATIVA III	OP	80	4	OPTATIVA II
CARGA HORÁRIA						380 horas
7ª FASE						
	Código	Disciplinas	Tipo	CH	Créd.	Pré- Requisitos
NE		TÓPICOS ESPECIAIS II	OB	80	4	
	ART30074	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	OB	120	6	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III
	ART30071	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	OB	100	5	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I
OP		OPTATIVA IV	OP	80	4	OPTATIVA III
CARGA HORÁRIA						380 horas

Nota 1: As disciplinas que não possuem código serão registradas no setor responsável da UNIR

Nota 2 - NC – Núcleo comum; **NE** – Núcleo específico; **OP** – Optativas, **OB** - Obrigatórias.

Nota 3 – As optativas terão 200h de livre escolha e 200h de eletivas.

3.7.4 REQUISITOS PARA INTEGRALIZAÇÃO DE CURRÍCULO

Para integralização do currículo, o discente deverá cumprir os seguintes requisitos:

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	2260h
DE NÚCLEO COMUM	460h
DE NÚCLEO ESPECÍFICO	1200h
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	480h
TCC	200h
OPTATIVAS (Livres e Eletivas)	320h
ATIVIDADES ACADÊMICOS-CIENTÍF.-CULTURAIS	200h
CARGA HORÁRIA TOTAL	2860h

O aluno será responsável pela correta matrícula nas disciplinas. Caberá ao Departamento de Artes acompanhar o desenvolvimento dos alunos, orientando-os, caso solicitado, na hora da matrícula.

O aluno deverá respeitar os seguintes prazos para a integralização de seu currículo:

Prazo mínimo: 3, 5 anos
Prazo máximo 6 anos

Na consideração do prazo mínimo para a integralização curricular, ficam excluídos os possíveis casos de retorno de graduados ou transferências, já que o aluno pode ter cursado muitas disciplinas em outras instituições, e o

aproveitamento destas diminuirá sua necessidade de permanência. A duração mínima não impede, ainda, que alunos com aproveitamento diferenciado completem o curso em prazos menores, pois a própria LDB deixa clara a possibilidade de diminuição do período de permanência do aluno no curso desde que seu aproveitamento seja adequado.

Após seis anos sem ter se formado, o aluno será desligado do curso, conforme resoluções e normas relativas ao assunto.

Ressalta-se que o ENADE é considerado componente curricular obrigatório e a ele o discente deve ser submetido, considerando a legislação em vigor, conforme ciclo avaliativo definido pelo INEP.

3.7.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

A Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e carga horária dos cursos de Licenciatura, determina no inciso IV do art. 1º a inclusão de 200 horas para “outras atividades acadêmico-científico-culturais”: AACCs. Assim, as 200 horas (traduzidas em 200 pontos) de atividades complementares a serem cumpridas para a integralização curricular do Curso de Artes Visuais (Licenciatura) devem ser adequadas à distribuição quantitativa abaixo. As situações não elencadas ou que gerem dúvidas serão dirimidas pelo CONDEP.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	HORAS/Nº DE CRÉDITOS	PONTOS	LIMITE
Ministrante de cursos de extensão ligados à área de Artes	Hora ministrada	05	30
Participação em projetos de pesquisa	Por projeto, por semestre	10	40
Atividades de ensino voluntário	Por hora	0,25	40
Participação em projetos de extensão comunitária	Por participação	5	30
Representação estudantil (DCE ou Centro acadêmico)	Por participação	5	15
Atividades de voluntariado em movimentos sociais e práticas comunitárias institucionalizadas	Por participação	5	10
Atuação como representante de turma	Por semestre	5	15
Participação em eventos acadêmicos na área	Por hora	0,25	40
Participação em eventos acadêmicos fora da	Por hora	0,25	20

área			
Organização de eventos na área	Por evento	5	20
Premiação em concursos relacionados à área de ciências humanas	Por prêmio	20	40
Apresentação de trabalho em evento na área	Por trabalho	10	40
Apresentação de trabalho em eventos fora da área	Por trabalho	5	20
Publicação de trabalhos completos em anais de eventos na área	Por trabalho	10	60
Publicação de resumos em anais de eventos na área	Por trabalho	10	60
Publicação em periódico científico	Por trabalho	15	60
Publicação em periódico não científico	Por trabalho	5	40
Realização de exposição individual	Por Exposição	20	60
Integrante de exposição coletiva	Por exposição	10	60
Curadoria de exposição	Por exposição	30	60
Concepção e coordenação de ação-educativa	Por projeto	30	60
Mediador em projeto de ação-educativa	Por projeto	10	40

O registro das cargas horárias a serem lançadas no histórico escolar dos discentes de Artes visuais, bem como a definição dos professores responsáveis por declararem o reconhecimento e cálculo das respectivas cargas quando estas não estiverem validadas por documento próprio ou em ações previstas, deve observar o abaixo disposto:

Atividades como bolsista ou voluntário:

- de monitoria - prof. orientador da monitoria
- de iniciação científica - prof. responsável pelo projeto
- de programas ou projetos de extensão- prof. responsável pelo programa ou projeto

Disciplinas e cursos:

- disciplinas cursadas a distância e não constantes da matriz curricular do curso - prof. responsável por disciplina afim ou Coordenador do Curso
- disciplinas cursadas em convênio com outra IES - prof. responsável por disciplina afim ou Coordenador do Curso
- cursos de extensão de outra IES - prof. responsável por disciplina afim ou Coordenador do Curso

Eventos acadêmicos e artístico-culturais:

- organização e/ou participação em congressos, seminários, simpósios, encontros, palestras, feiras, festivais, peças teatrais, concertos, recitais, gravações, composições, exposições, projetos de preservação cultural - prof. com projeto de pesquisa afim, professores ministrantes de Prática Instrumental ou Instrumento.

Publicações:

- capítulo de livro ou artigo em periódico - prof. ministrante de disciplina afim
- resumo de trabalho – prof. Ministrante de disciplina afim
- comunicação em anais e outras publicações especializadas - prof. ministrante de disciplina afim

Estágios curriculares não obrigatórios:

- prof. orientador do estágio curricular supervisionado ou Coordenador do Curso.

Atuação profissional:

- prof. ministrante de disciplina afim

Representação estudantil:

- Coordenador do Curso

Grupos de estudo:

- prof. orientador do grupo de estudo

Somente serão consideradas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais aquelas realizadas após ingresso no curso.

3.7.6 INTEGRALIZAÇÃO

Por se tratar de cursos de licenciatura em Artes Visuais a relação com os espaços culturais as redes públicas de Educação deverá acontecer ao longo do curso, uma vez que os egressos de licenciatura em artes têm como um de seus principais objetivos atuarem na educação e na cultura.

O curso deverá promover, através de projetos de pesquisa e de extensão e programas de disciplinas específicas, a integração do aluno com as redes públicas de educação e espaços culturais locais. Essa relação ocorre, por um lado, por meio da extensão, com projetos, oficinas e atividades culturais realizadas em escolas públicas e espaços culturais, e por outro, através da promoção de atividades na Universidade abertas para alunos da rede pública.

Nas disciplinas de estágio supervisionado I, II, III e IV estão previstas essa participação efetiva do aluno e do professor no diálogo com as redes públicas e outras instituições culturais e sociais. Através de projetos e convênios entre as diversas redes de ensino, torna-se responsabilidade da Universidade, Departamento, Professor e Aluno firmar a integração e diálogo entre parceiros e redes de Educação. Desse modo, o aluno poderá contribuir com a sociedade, ao mesmo tempo em que essa participação efetiva nas redes públicas de ensino irá auxiliá-lo na sua formação enquanto educador em artes.

É importante ressaltar que diversas disciplinas do curso prevêm, em seus programas, o diálogo com a educação, uma vez que é objetivo preparar um licenciado, e as atividades pedagógicas já devem ocorrer ao longo do curso. Portanto, a carga horária relativa as atividades pedagógicas que deverão ser desenvolvidas ao longo de todo curso serão intensificadas paulatinamente até sua finalização.

A Universidade, por meio da Pró-reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA) desenvolve projetos integrados que possibilitam convênios com redes públicas de Educação, instituições culturais, sociais entre outros. Por meio dos Projetos de Extensão (Pibex) e Programas Escola Aberta e Conexões de Saberes (diálogos entre a Universidade e Comunidades Populares) torna-se fundamental a participação docente e discente, integrando a pesquisa, o ensino e a extensão. O professor deve submeter projetos e pleitear bolsas para que os discentes realizem suas práticas na Comunidade/Escola.

O Curso de Artes Visuais (Licenciatura) da UNIR está sendo implementado em um momento fundamental para o ensino das artes no país, onde, por meio da Lei 12.287/2010 que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte, foi proposto que mudasse o §2º do artigo 26 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A primeira redação dizia que o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. Na nova redação é afirmado que o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. Ressalta-se que a ênfase nas expressões regionais é fundamental na recuperação das culturais locais como conhecimento a ser sistematizado e ensinado nas escolas, porém, como afirmou Rosa Iavelberg:

Mas não é necessário restringir-se às produções regionais no desenho curricular, pode-se associar seu ensino ao dos conteúdos universais, por exemplo: ensinar sobre a arte de diferentes povos, culturas, tempos e lugares²⁹.

Ressalta-se que Rosa Iavelberg é professora de arte da graduação e pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e foi uma das autoras dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) na área de artes.

Em relação ao regulamento do estágio supervisionado é importante enfatizar que ele atenderá ao disposto na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e será contemplado com carga horária de 480h. Além disso, traz como prerrogativa um mínimo obrigatório de 200h desta carga horária a ser realizado em escolas da rede pública, uma vez que este será um dos mais importantes e relevantes campos de trabalho dos egressos do curso. O curso também tem por meta desenvolver projetos que sejam contemplados pelas instituições de

²⁹Trecho de entrevista com Rosa Iavelberg. Disponível:

<http://www.revistapontocom.org.br/edicoes-anteriores-entrevistas/o-ensino-da-arte-nas-escolas-do-seculo-xxi>. Acesso: 23/03/2013.

incentivo à docência, como o programa PIBID, e convênios com organizações não governamentais que têm por objetivo fornecer materiais artísticos-pedagógicos para as redes públicas de ensino, como suporte ao processo ensino-aprendizagem.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

São as seguintes as disciplinas de Estágio Supervisionado do Curso de Artes Visuais (licenciatura):

Estágio Supervisionado I (ART30049) – 120 horas

Propõe estágio de atuação em espaços da Educação Infantil.

Estágio Supervisionado II (ART30056) – 120 horas

Propõe estágio de atuação em escolas do Ensino Fundamental.

Estágio Supervisionado III (ART30064) –120 horas

Propõe estágio de atuação em escolas do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Estágio Supervisionado IV (ART30074) –120 horas

Propõe estágio de atuação em instituições culturais (Museus, Galerias, Centros Culturais, Fundações Culturais), eventos especiais (Festivais, Salões, Exposições), Escolas de Arte, Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades associativas, cooperativas, remanescentes quilombolas, ribeirinhos e indígenas.

Ressalta-se que, conforme é previsto na Lei N° 11.788/2008 (Art. 1°, parágrafo 3) Atividades de extensão, de monitoria e de pesquisa podem ser aproveitadas dentro da carga horária do estágio, desde que possua uma relação direta com o conteúdo trabalhado na disciplina em questão. Além disso, atividades desenvolvidas nos laboratórios e outros ambientes da própria universidade podem ser aproveitados como estágio, em conformidade com a Resolução CNE/CES n°. 1, de 16 de janeiro de 2009 (Art. 7°, parágrafo 2).

LEGISLAÇÃO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O regulamento do Estágio Supervisionado fundamenta-se na seguinte legislação:

- Lei n°. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio dos

estudantes.

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº. 9394/96.

Art. 61. Em seus incisos I e II deixa claro a necessidade de associar teorias e práticas, podendo também ser aproveitadas experiências realizadas em instituições de ensino.

Art. 65. Determina um mínimo de trezentas horas (300) para a realização de estágio, nos curso de Licenciatura.

Art. 82. Diz que os sistemas devem estabelecer as normas para a realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados.

- Resolução CNE/CS nº. 2, de 19/02/2002 - Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, determinando um total de 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir da segunda metade do curso.

- Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais - Resolução CNE/CES nº. 01 de 16 de janeiro de 2009.

FINALIDADESE OBJETIVOS

FINALIDADES

Considera-se estágio supervisionado as atividades de aprendizagem profissional proporcionadas ao estudante, pela sua participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio. Trata-se de um componente curricular para enriquecimento didático, curricular, científico e cultural.

Os estágios constituem-se em instrumentos de integração, vinculando a teoria com a prática pedagógica, oportunizando desta forma uma aproximação do ambiente acadêmico com as práticas escolares, refletindo sobre elas e interagindo nelas de forma a garantir um aperfeiçoamento profissional e de relacionamento humano previsto nas diretrizes do curso:

Os estágios, como necessária qualificação para o discente, devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados, em conformidade com os currículos

plenos, constituindo-se em instrumentos de integração, de aperfeiçoamento humano e técnico-científico do aluno.

OBJETIVOS

- Possibilitar ao aluno a compreensão necessária de sua função social junto à comunidade e interagindo com ela por meio da experimentação do referencial teórico/prático construído durante o curso, por meio do ensino, pesquisa e extensão.
- Experienciar situações concretas da prática docente em espaços educativos formais e em espaços não formais de educação;
- Interagir com a comunidade escolar por meio de vivências que exijam reflexão do referencial teórico-metodológico adquirido no curso;
- Ampliar o desenvolvimento de suas habilidades pedagógicas e técnicas, agindo com ética, responsabilidade e competência durante a execução do estágio;
- Refletir sobre seu compromisso como educador, posicionando-se coerentemente entre fundamentação teórica e prática pedagógica, articulando saberes e necessidades dos alunos com objetivos e finalidades da série ou disciplina – objeto do estágio;
- Propor ações e trabalhos pedagógicos inovadores que introduzam mudanças na prática educativa, visando à transformação da sociedade.

ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

De acordo com o Parecer 138/2002 CES/CNE, este deverá ser realizado de maneira supervisionada, a partir da leitura da realidade, oferecendo ao futuro professor um conhecimento do real em situação de trabalho, constatando as possibilidades de realização das competências exigidas na prática profissional.

Para que os acadêmicos realizem o estágio supervisionado com qualidade, prevê-se a criação de uma **Comissão Geral de Estágios Curriculares** para gerenciar suas atividades, a qual será gerida por um **Coordenador** e fiscalizadas e orientadas por quantos colaboradores se fizerem necessário, que funcionaram como **Supervisores de Campo** divididos nas categorias: **Supervisor Acadêmico** – obrigatoriamente professor do DEF – UNIR, e **Supervisor Local** – obrigatoriamente atuante no local de desenvolvimento do estágio.

Ao Coordenador Geral do Estágio caberá a operacionalização das rotinas administrativas e pedagógicas necessárias para a realização do estágio, atuando de maneira integrada com os supervisores de campo, sendo suas atribuições:

- a) Acompanhar juntamente com os demais integrantes da Comissão Geral de Estágios Curriculares, a dinamização das propostas de estágio de cada curso;
- b) Elaborar as diretrizes funcionais dos estágios supervisionados de ensino nos cursos formadores, as quais, após deferimento no Conselho Departamental, serão repassadas aos estagiários no início do semestre;
- c) Efetuar levantamento de vagas para o estágio curricular e demandas de campo de estágio;
- d) Manter intercâmbio com as coordenadorias de Educação do Sistema Estadual, Secretarias Municipais de Educação e instituições privadas de Educação Básica;
- e) Agilizar a obtenção de recursos para o desenvolvimento das atividades de supervisão, providenciando aos supervisores do curso e de campo, o material necessário para o acompanhamento do estagiário;
- f) Apoiar as atividades de estágio, visando o atendimento das diferentes áreas;

- g) Realizar reuniões sistemáticas com a Comissão Geral de Estágios Curriculares, agendadas em cronograma semestral;
- h) Desenvolver dinâmicas de integração e mediação entre os supervisores de campo e os estagiários, promovendo uma ação formadora compartilhada;
- i) Organizar ao final do semestre, a partilha das informações e experiências adquiridas em tal prática, através de Seminário específico.

Ao **Supervisor Acadêmico** caberá a responsabilidade pela orientação, acompanhamento sistemático obrigatório das atividades de estágio e avaliação do projeto de estágio, das ações desenvolvidas e do aluno estagiário, em trabalho articulado com o Coordenador Geral. São suas atribuições:

- a) Participação das atividades referentes aos estágios curriculares, desde o planejamento dos estágios no curso e dos projetos de estágios dos alunos à avaliação final, bem como, os seminários de integração;
- b) Promover as dinâmicas da docência compartilhada, na integração com o Supervisor de Campo e o Estagiário no desenvolvimento de suas atividades do estágio;
- c) Orientar o aluno estagiário na elaboração dos projetos de estágio;
- d) Realizar visitas rotineiras de supervisão nos campos de estágio de sua competência;
- e) Elaborar o relatório final, encaminhando-o à Coordenação Geral de Estágios Curriculares;
- f) Desempenhar outras atividades pertinentes à função de Supervisor;
- g) Promover a articulação entre as práticas e os objetivos estabelecidos na disciplina para a formação profissional do aluno;
- h) Supervisionar o desempenho do estagiário, através de reuniões semanais;
- i) Realizar as supervisões acadêmicas em conformidade com o estabelecido nas diretrizes e normas de estágio e com os objetivos determinados na disciplina para a formação profissional do aluno;

Ao **Supervisor Local** caberá a responsabilidade pela orientação, acompanhamento sistemático obrigatório das atividades de estágio e avaliação do

projeto de estágio, das ações desenvolvidas e do aluno estagiário em trabalho articulado com o Supervisor Acadêmico. São suas atribuições:

- a) Acompanhar diretamente o desempenho do aluno nas atividades realizadas no local de estágio;
- b) Realizar as supervisões nos locais de estágio, em conformidade com as normas estabelecidas por cada instituição e com os objetivos estabelecidos na Disciplina Estágio Supervisionado;
- c) Fornecer informações sobre o desempenho do aluno para fins de acompanhamento pela supervisão e de avaliação do mesmo.

Aos alunos **Estagiários** quando em regência caberão as seguintes atribuições:

- a) Encaminhar as tratativas junto ao campo de estágio indicado, por meio de contatos com Comissão Geral de Estágios Curriculares e Supervisor de Campo, definindo as necessidades administrativas e pedagógicas para a realização do estágio;
- b) Elaborar o projeto de estágio que principia por uma leitura da realidade do campo que irá atuar, visando conhecê-lo quanto às necessidades e demandas de intervenção, culminando com uma proposta de docência compartilhada, que contemple todas as atividades necessárias para os objetivos e metas propostos;
- c) Encaminhar a supervisão de estágio do Curso as informações relativas à Instituição onde vai realizar o estágio, para facilitar o encaminhamento do seu projeto de estágio (planejamento e ação reflexiva a partir da realidade constatada);
- d) Planejar e desenvolver as atividades de estágio, a partir da proposta apresentada;
- e) Elaborar semestralmente o relatório do estágio, bem como, produções que revelem o conhecimento construído a partir de sua prática reflexiva;
- f) Cumprir com todas as tratativas determinadas pela Coordenação de Estágio e pelos supervisores locais e acadêmicos, dentro dos prazos estabelecidos;

Habilitação para a Realização

O aluno regularmente matriculado e tendo cumprido com aprovação os requisitos acadêmicos constante neste projeto, deverá inscrever-se junto a Comissão Geral de Estágios Curriculares para formalizar seu desejo de realização de estágio no semestre seguinte, de forma a facilitar a organização da abertura do número de vagas necessárias a demanda.

A matrícula do Estágio Curricular será realizada junto às demais disciplinas, em época hábil, estando os créditos de estágio inseridos no semestre em que for efetuada a matrícula.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual, desenvolvida na dinâmica ação-reflexão-ação, cujos instrumentos de acompanhamento e avaliação fornecerão informações para (re) orientar a práxis pedagógica. Assim, o estágio como proposta de uma docência compartilhada supõe uma relação pedagógica entre profissionais reconhecidos em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário, sendo uma atividade articulada com a prática de ensino e com as atividades de trabalho acadêmico dos núcleos dinamizadores da proposta.

O processo de avaliação englobará aspectos de conhecimento teórico, desempenho profissional e habilidades técnicas, o qual será de responsabilidade do Supervisor Acadêmico subsidiado pelas informações fornecidas pelo Supervisor Local, devendo ser expresso através de um parecer descritivo individual que deverá conter dados substanciais sobre seu desempenho, em fichas próprias, com créditos explicitados na proposta de estágio de cada curso, considerando as competências e saberes para o perfil profissional desejado.

Servirão como subsídios para a Avaliação Acadêmica:

- a) A produção apresentada pelo aluno, na forma de módulos, sendo parte integrante destes, a avaliação do Supervisor Local;
- b) A avaliação do Supervisor Local, que deve abordar aspectos do desempenho, habilidades técnicas e comportamento ético-acadêmico do aluno;
- c) O desempenho do aluno nas reuniões de supervisão acadêmica (pontualidade, assiduidade, participação, relacionamento, etc.)

- d) Outros aspectos da postura e comprometimento para com os compromissos assumidos (entrega de trabalhos, relação que estabelece com supervisões, etc.).

As notas a serem conferidas durante o Estágio seguem o crédito acadêmico, de zero (0) a cem (100) pontos, ficando como nota mínima para aprovação, o valor de sessenta (60) pontos, com uma frequência mínima de 75%. Caso o aluno não alcance o grau mínimo necessário (60 pontos), será considerado reprovado, ou seja, sem condições para continuidade do estágio, devendo repeti-lo.

3.7.7 EMENTÁRIO

1º SEMESTRE

LIBRAS (40H)

EMENTA: Noções básicas dos fundamentos lingüísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) com vistas à aquisição e desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em LIBRAS no âmbito escolar.

OBJETIVO: Ensinar como se constitui e funciona a LIBRAS, identificando e reconhecendo aspectos de variação lingüística, reconhecendo a estrutura fonológica, morfológica e sintática, com objetivo de utilizar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em seu contexto de atuação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. LIBRAS em Contexto. Brasília: SEESP, 1998

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Língua Brasileira de Sinais. Brasília: SEESP, 1997

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O Mundo do Surdo em Libras. São Paulo, SP: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; 2004 a. v.1. [Sinais das Libras e o universo da educação; e Como avaliar o desenvolvimento da competência de leitura de

palavras (processos de reconhecimento e decodificação) em escolares surdos do Ensino Fundamental ao Médio].

CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, V. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe– Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. (vol. I e II). São Paulo: EDUSP, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos – A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação especial. Falando com as Mãos: LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.

VASCONCELLOS, Maria. L.B de & QUADROS, Ronice. M. de. Questões Teóricas das Pesquisas em Língua de Sinais - 9º Theoretical Issues In Sign Language Research Conference. Florianópolis. Editora Arara Azul. 2006.

SITES:

CEFET/SC - NEPES

<http://hendrix.sj.cefetsc.edu.br/%7Enepes/>

FENEIS

<http://www.feneis.org.br/page/index.asp>

DICIONÁRIO DE LIBRAS

www.dicionariolibras.com.br

www.acessobrasil.org.br

LABORATÓRIO DE DESENHO I (80h)

EMENTA: Da observação à representação e síntese: estudo e aplicação dos recursos técnicos e possibilidades expressivas do desenho, espaço e gesto: desenvolvimento da capacidade de apreensão e representação visual por meio do registro gráfico com materiais e suportes diferenciados

OBJETIVO: Ensinar, aperfeiçoar, exercitar e desenvolver a percepção visual e sua representação por meio do desenho de observação educando e desenvolvendo a percepção e o gesto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARNHEIM, Rudolf. *Arte e Percepção Visual*. São Paulo: Editora Pioneira, 2000.
BERGER, John. *Modos de Ver*. Lisboa. Edições 70. 1987.
EDWARDS, Betty. *Desenhando com o lado direito do cérebro*. 12ª.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1984.
OSTROWER, Fayga. *Universos da Arte*. 7ª ed. São Paulo: Campus, 1991.
WONG, W. *Princípios de Forma e Desenho*. São Paulo: Martins Fontes. 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARCHER, Michael. *Arte contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
CHIPP, H.B. *Teorias da arte moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
DIAS, Lincoln Guimarães. *Desenho I*. Vitória: UFES, Núcleo de educação aberta e a distância, 2010.
O'DOHERTY, Brian. *No interior do cubo branco: a ideologia do espaço da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
PEVSNER, Nikolaus. *Academias de arte: passado e presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL (80h)

EMENTA: Apresentação geral das principais técnicas de multiplicação de originais e a sua aplicação no campo artístico visando o desenvolvimento de um projeto poético com a técnica da xilogravura (projeto, preparação da matriz, entintagem e impressão) e matrizes alternativas.

OBJETIVO: Ensinar questões conceituais e poéticas das principais técnicas de reprodução artística da imagem, ampliando a experiência estética, educando o gesto e desenvolvendo a percepção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JORGE, Alice. *Técnicas da Gravura artística*. Portugal: Livros horizonte: 2a Edição, 2000.

HERKOVITS, Anico. *Xilogravura, arte e técnica*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

MACAMBIRA, Yvoty. *Evandro Carlos Jardim*. São Paulo: EDUSP, 1999.

SALLES, Cecília Almeida. *Gesto Inacabado: processo de criação artística*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1998.

ZIELINSKY, Mônica. *Iberê Camargo: catálogo raisonné, vol. I/Gravuras*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

FRANKLIN, Jeová. *Xilogravura popular na literatura de cordel*. Brasília: LGE, 2007.

KOSSOVITCH, L.; LAUDANNIA, M. *Gravura arte brasileira do século XX*. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica em Obras escolhidas I – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RUFINONI, Priscila Rossinetti. *Oswaldo Goeldi: iluminação, ilustração*. São Paulo: Cosac & Naify e FAPESP, 2006.

SILVEIRA, Paulo. *A página violada: da ternura à injúria na construção do livro de artista*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

HISTÓRIA DA ARTE I (80 H)

EMENTA: Apresentação geral dos conteúdos e dos métodos pertinentes aos limites cronológicos da História da Arte. Enfatizando as manifestações artísticas do Renascimento, estabelecendo suas ligações e rupturas com a visualidade da Idade Média e examinando suas relações com a cultura clássica da Antiguidade.

OBJETIVO: Apresentar conceitos, métodos, características e especificidades da História da Arte, nas suas diferentes abordagens teórico-metodológicas e estudar de forma introdutória o Renascimento, a Idade Média e a cultura clássica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARGAN, Giulio Carlo. FAGIOLO, Maurizio. Guia da História da Arte. Lisboa: Estampa, 1994.

BELTING, H. O Fim da História da Arte: uma revisão dez anos depois. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

CASTELNUOVO, Enrico. *De que estamos falando quando falamos em história da arte?* In: Retrato e Sociedade na Arte Italiana. Ensaios de história social da arte. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FULLERTON, Mark D. Arte grega. São Paulo: Odysseus, 2002.

HAUSER, Arnold. História social da arte e literatura. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARGAN, Giulio Carlo. História da Arte como História da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BAZIN, Germain. História da História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

PANOFSKY, Erwin. Significado nas Artes Visuais. São Paulo: Perspectiva, 2002.

TEORIA E PRÁTICA DA ARTE NA EDUCAÇÃO (60H)

EMENTA: Ensino dos princípios fundamentais da teoria e das práticas pedagógicas na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e em espaços culturais. Incluindo ainda, reflexões contemporâneas sobre princípios e funções da arte na educação e as características, especificidades e campo de trabalho do profissional do ensino de arte.

OBJETIVO: A disciplina visa introduzir sobre conceitos e práticas, perspectivas, métodos, campo de atuação e funções do futuro profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HERNÁNDEZ, Fernando & VENTURA, Montserrat. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LARAIA, R. “Teorias modernas sobre cultura” e “A cultura condiciona a visão de mundo do homem”. In: Cultura: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p.60-76.

MARTINS, R. “Valor educacional da arte”. In: Porto Arte – Revista do Instituto de Artes da UFRGS, Nº 1, Ano 1, Maio 1990, p.62-65.

READ, H. O Professor. In: A Educação pela Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1982, p. 343-354.

ROSSI, M. H. “A Compreensão do Desenvolvimento Estético”. In: A Educação do Olhar no Ensino das Artes. Analice Dutra Pillar (Org.) Porto Alegre: Editora Mediação, 1999, p. 25-35.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANCLINI, N.G. “Relatividade Da Arte E Fundamentação Do Juízo Estético”. In: A Socialização Da Arte. São Paulo: Cultrix, 1984, p.77-82.

TOURINHO, I. “Temas Sobre Arte-Educação”. In: Educação e Filosofia. Uberlândia: UFU, V.9, N.18, Jul/Dez.1995, p.105-115.

SOUICY, D. “Não existe expressão sem conteúdo”. In: O Ensino da Arte e sua História.(A. M. Barbosa e H. M Sales, org.). São Paulo: MAC/USP, p.87-95.

2° SEMESTRE

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO (60H)

EMENTA: Psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento (em seus aspectos ligados à educação), com ênfase na relação ensino-aprendizagem conforme teorias da psicologia. O desenvolvimento da linguagem.

OBJETIVO: Discutir, refletir e questionar sobre a produção histórica das concepções subjacentes às abordagens do desenvolvimento humano, seus

aspectos políticos e psicossociais associados aos fenômenos ligados à aprendizagem humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NEWCOMBE, Nora. *Desenvolvimento Infantil. Abordagem de Mussen*. Porto Alegre, Artmed, 1999.

PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança. Imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Rio de Janeiro: Guanabara e Koogan, 1973.

NEWCOMBE, Nora. *Desenvolvimento Infantil. Abordagem de Mussen*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança. Imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Rio de Janeiro: Guanabara e Koogan, 1973.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROGERS, Carl R. *Tornar-se pessoa*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

TYSON, Phyllis. TYSON, Robert. *Teorias psicanalíticas do desenvolvimento. Uma integração*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

LEGISLAÇÃO (60H)

EMENTA: Aspectos históricos da legislação educacional, as reformas educacionais no contexto atual e suas implicações na estrutura, funcionamento do ensino e na organização do trabalho docente dentro do sistema escolar.

OBJETIVO: Realizar uma abordagem histórica e crítica da política educacional brasileira por meio da Legislação, enfatizando a referente ao ensino de arte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Ministério da Educação. LEI 9.394/96. (Nova LDB)

_____. LEI 9.424/96 (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
SAVIANI, D. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra
política educacional. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1998

_____. A nova lei da educação (LDB): trajetória, limites e perspectivas. São
Paulo: Cortez/Autores Associados, 1997

DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. São Paulo. Cortez. 1997.

FÁVERO, O. A Educação nas Constituições Brasileiras. Campinas-SP:
AutoresAssociados, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental.
Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte: ensino fundamental. Brasília: MEC /
SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e
Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC /
SEMTEC, 1999.

BREZINSKI, I. (Org.) LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São
Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da Escola Pública. São Paulo: Loyola, 1985.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais –
Arte/Secretaria de Educação Fundamental. RJ: DP&A, 2000.

LABORATÓRIO DE DESENHO II (80H)

EMENTA: Da síntese à construção do juízo crítico: a estruturação do desenho
como pensamento visual, seus sistemas de representação, interpretações
poéticas e construção de repertório subjetivo.

OBJETIVO: Ensinar questões conceituais, materiais e técnicas e contribuir para
o desenvolvimento do processo de criação do aluno articulado com análise e
reflexão crítica da produção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

EDWARDS, Beth. *Desenhando com o lado direito do cérebro*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

PEVSNER, Nikolaus. *Academias de arte: passado e presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KANDINSKY, Wassily. *Ponto e linha sobre plano*. Lisboa. 12ª edição. Edições 70. 1992.

MIRÓ, Joan. *A cor dos meus sonhos: entrevistas com Georges Raillard*. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.

SANTOS NETO, Fernando Augusto. *Desenho II*. Vitória: UFES, Núcleo de educação aberta e a distância, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARNHEIM, Rudolf. *Arte e Percepção Visual*. São Paulo: Editora Pioneira, 2000.

CHIPP, H.B. *Teorias da arte moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

DONDIS, D. *Sintaxe da linguagem visual*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MATISSE, Henri. *Carta a André Rouveyre sobre o desenho da árvore*. In: *Escritos e reflexões sobre a arte*. Lisboa: Ulisseia. 1972.

O'DOHERTY, Brian. *No interior do cubo branco: a ideologia do espaço da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FORMA, COR E COMPOSIÇÃO (80H)

EMENTA: Fundamentos do estudo da forma, cor e da composição em suas relações teóricas, operacionais e inter-relações no campo das artes visando o desenvolvimento de um projeto poético.

OBJETIVO: Compreender parâmetros e elementos da linguagem visual, sua organização compositiva, aspectos conceituais e suas qualidades plásticas e poéticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARNHEIN, Rudolf. *Arte e Percepção Visual*. 8. Edição. L. Pioneira São Paulo. 1994.

BACELAR, Jorge. *Linguagem da visão*. Universidade da Beira Interior, 1998.

Disponível: www.bocc.ubi.pt/pag/bacelar_linguagem.pdf. Acesso: 3/01/2013.

DONDIS, D.A.. *A sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KANDINSKY, Wassily. *O Espiritual da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, Ômega. 1981.

PEDROSA, Israel. *Da Cor à Cor Inexistente*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1980.

WONG, W. *Princípios de Forma e Desenho*. São Paulo: Martins Fontes. 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARCHER, Michael. *Arte contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRANDÃO, Joyce. *Cor e laboratório de tintas e materiais*. Vitória UFES, Núcleo de educação aberta e a distância, 2009.

HARRISON, Hazel. *Desenho e Pintura*. RS: Edelbra. 1994.

HISTÓRIA DA ARTE II (80H)

EMENTA: Análise do repertório artístico do Barroco ao século XIX, temas principais e enfoques metodológicos pertinentes aos limites cronológicos da disciplina. A tradição, sua contestação e transplante dos modelos artísticos europeus para a América, enfatizando sua relação com a arte brasileira.

OBJETIVO: Realizar um estudo crítico do amplo arco temporal e geográfico abordado, demonstrando a diversidade de abordagens e metodologias utilizadas pelas diversas vertentes da teoria, da história e da crítica de arte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte Italiana*. Vols. 2 e 3. São Paulo: Cosac e Naify, 2004.

BURY, John. *Arquitetura e arte no Brasil colonial*. São Paulo: Nobel, 1991

- GOMBRICH, Ernst Hans. *A história da arte*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Maurício de Nassau e o Brasil Holandês*. Editora Universitária UFPE, 1998.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro. *Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. Cosac Naify, 2003.
- ZANINI, Walter (Org.) *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Walter Moreira Salles, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ARAÚJO, Emanuel (curador). *O Universo Mágico do Barroco Brasileiro*. Catálogo de exposição. São Paulo: SESI, 1998.
- CLARK, T.J. *A pintura da vida moderna: Paris na arte de Manet de seus seguidores*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- COELHO, Beatriz. *Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas Gerais*. EDUSP, 2005.
- FRASCINA, Francis [et alii]. *Modernidade e modernismo: a pintura francesa no século XIX*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.
- HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HASKELL, Francis. *Mecenas e pintores: arte e sociedade na Itália Barroca*. São Paulo: Edusp, 1997.
- FRIEDLAENDER, W.. *De David a Delacroix*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec, 2005

3° SEMESTRE

DIDÁTICA (60H)

EMENTA: Conceituação, pressupostos teóricos e contextualização da didática a partir de uma visão multi-interdisciplinar de análise do processo de ensino-aprendizagem e da prática pedagógica no cotidiano escolar. Abordando ainda, planejamento de ensino, a prática escolar e suas etapas, sistemas de avaliação, relação educação e sociedade.

OBJETIVO: Refletir, analisar e compreender concepções referentes à educação e a formação do educador, o papel sócio-político da educação e

suas diversas relações bem como, os elementos que constituem a organização do processo de ensino e aprendizagem (planejamento, ensino, avaliação, significados e práticas).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HERNANDEZ, Fernando. *Cultura Visual, mudança educativa e projeto de trabalho*. Porto Alegre: ArtMed. 2000.

LIBANIO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1990

MARTINS, José de Prado. *Didática Geral: fundamentos, planejamento, metodologia e avaliação*. São Paulo: Atlas, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu. *O currículo como fetiche*. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

VASCONCELLOS, C. *Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. São Paulo: Liberdade, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANDAU, V.M. (org.) *A didática em questão*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

CANDAU, Vera. *A didática em questão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

ENRICONE, Délcio. (org.). *Planejamento de ensino e avaliação*. Porto Alegre: Sagra, 1982.

METODOLOGIA (60H)

EMENTA: Discussão dos aspectos teóricos e realização de trabalhos práticos sobre método científico, técnicas de pesquisa, pesquisa científica, normas da ABNT, a linguagem científica, monografias, dissertação e tese, artigos, relatórios, realização de projetos e método científico aplicado ao campo da pesquisa da arte.

OBJETIVO: Conhecer os princípios fundamentais da metodologia e da pesquisa científica com o objetivo de aprender a redigir trabalhos aplicando a metodologia científica, cujas especificações serão cobradas durante o curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. São Paulo: Civilização Brasileira, 1983.

REY, Sandra. Da prática à teoria: três instâncias metodológicas sobre a pesquisa em artes visuais. Porto Arte: Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais-UFRGS, n.13, v.7, 1996.

ZAMBINI, Sílvio. A Pesquisa em Arte: um paralelo entre Arte e Ciência. Campinas, Autores Associados, 1998.

SITE: www.abnt.org.br/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo, Cortez. 2002

MÁTTAR NETO, J. A. Metodologia científica na era da informática, São Paulo: Saraiva, 2003.

MIRANDA, José Luís Carneiro de e Heloísa Rios Gusmão. Os caminhos do trabalho científico: orientação para não perder o rumo. Rio de Janeiro: Briquet de Lemos/Livros, 2003.

TRIDIMENSIONALIDADE (80H)

EMENTA: Introdução aos aspectos históricos e contemporâneos da construção tridimensional, técnicas, processos e conceitos: apropriação, instalação e intervenção.

OBJETIVO: Ensinar e discutir sobre questões conceituais, materiais e técnicas associadas ao objeto tridimensional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSIS, Célia de (Coord.). *Monumentos urbanos: obras de arte na cidade de São Paulo*. Texto Tadeu Chiarelli. São Paulo: Prêmio, 1998.

CHIARELLI, Tadeu. *Amilcar de Castro: corte e dobra*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

KRAUSS, Rosalind. *Caminhos da escultura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1998

TRIDIMENSIONALIDADE: arte brasileira do século XX. Texto Annateresa Fabris, Fernando Cocchiarale, Celso Favaretto, Tadeu Chiarelli, Frederico Moraes; apresentação Ricardo Ribenboim; colaboração Annateresa Fabris, Tadeu Chiarelli. 2.ed. São Paulo: Itaú Cultural : Cosac &Naify, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHILVERS, Ian. *Dicionário Oxford de Arte*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DEMPSEY, Amy. *Estilos, escolas & movimentos: guia enciclopédico da arte moderna*. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac &Naify, 2003.

KANDINSKY, Wassily. *O Espiritual da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, Ômega. 1981.

WONG, W. *Princípios de Forma e Desenho*. São Paulo: Martins Fontes. 1996.

MILES, Malcom. *Urban Avant-Gardes: Art, Architecture and Change*. London: Routledge, 2004

MAIO, Fernanda. *A Encenação da Arte*. Leiria: Editora Textiverso, 2011.

KWON, Miwon. *One Place After Another: Site-Specificity Art and Locational Identity*. Cambridge: The MIT Press, 2004.

PINTURA (80H)

EMENTA: Reflexão e prática da pintura, análise do contexto histórico e contemporâneo e introdução aos fundamentos da linguagem pictórica: relação entre o desenho e a pintura, conhecimento de técnicas, materiais e suportes visando à produção de um projeto poético.

OBJETIVO: Desenvolver a capacidade de reflexão sobre prática pictórica, ensinado aspectos históricos, técnicos e conceituais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARCHER, Michael. *Arte contemporânea, uma História Concisa*. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2003.

BARROS, Lílian R. M. *A Cor no Processo Criativo: um Estudo sobre a Bauhaus e a Teoria de Goethe*. São Paulo: Ed. Senac, 2006.

CHIPP, H. B. (org.). *Teorias da Arte Moderna*. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1988.

GUIMARÃES, Luciano. *A cor como informação*. São Paulo: AnnaBlume, 2000

MAYER, Ralph. *Manual do Artista*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996.

WOLLHEIN, Richard. *A pintura como arte*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DONDIS, A. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUIMARÃES, Luciano. *As cores na mídia*. São Paulo: Annablume, 2003.

PEDROSA, Israel. *Da Cor à Cor Inexistente*. Ed. Leo Christiano Editorial, 1990.

HISTÓRIA DA ARTE III (80H)

EMENTA: Análise do repertório artístico do período moderno e contemporâneo, bem como dos principais temas e enfoques metodológicos pertinentes aos limites cronológicos da disciplina. Inclui-se, a produção artística europeia, bem como a latino-americana e a brasileira.

OBJETIVO: Refletir sobre práticas e problemáticas artísticas no período moderno e contemporâneo estimulando a capacidade de pesquisa a partir de uma perspectiva crítica que tece nexos entre sociedade, economia, cultura e arte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARCHER, Michael. *Arte contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos*.

São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CAUCQUELIN, A. *A arte contemporânea: uma introdução*. São Paulo: MartinsFontes, 2005.

CHIPP, HerschelBrowning. Teorias da arte moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KESTER, Grant H.. *The One and the Many: Contemporary Collaborative Art in a Global Context*. Durham, NC: Duke University Press, 2012.

JAMESON, Fredric. A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BISHOP, Claire (ed.). *Participation*. Cambridge: Massachusetts: MIT Press, 2006.

BISHOP, Claire. *Artificial Hells: Participatory Art and the Politics of Spectatorship*. London/ New York: Verso, 2012.

BOURRIAUD, Nicolas (1998). *Estética relacional*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Martins, 2009.

CONNOR, Steven. Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1993.

FER, Brionyet alii. Arte Moderna práticas e debates: Realismo, Racionalismo, Surrealismo. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1998.

FINKELPEARL, Tom. *What We Made: Conversations on Art and Social Cooperation*. Durham, N.C.: Duke University Press, 2013.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KWON, Miwon. *One Place After Another: Site-Specificity Art and Locational Identity*. Cambridge: The MIT Press, 2004.

MESQUITA, André Luís. *Insurgências poéticas: Arte ativista e ação coletiva (1990-2000)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 2008.

RUFINONI, Priscila; MARGOTTO, Samira. *Nos mecanismos da cidade: aporias políticas da intervenção urbana*. Rio de Janeiro: CBHA, 2010.

SHANNON, Jackson. *Social Works: Performing Art, Supporting Publics*. New York and London: Routledge, 2011.

THOMPSON, Nato (ed.) *Living as Form*. Cambridge: MIT PRESS, 2012.

HOLMES, Brian. *Escape the Overcode: Activist Art in the Control Society*. Van Abbemuseum, WHW, 2009.

HOLMES, Brian. Investigações extradisciplinares: para uma nova crítica das instituições *Concinitas*, ano. 9, volume 1, número 12, Julho de 2008.

O'DOHERTY, Brian. *No interior do cubo branco: a ideologia do espaço da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WU, Chin Tao. *Privatização da cultura: a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80*. São Paulo: Boitempo/Sesc, 2006.

SITES:

www.cap.eca.usp.br/ars.htm

www.dbd.puc-rio.br/isis/gavea

www.eba.ufrj.br/ppgartesvisuais/revista

4° SEMESTRE

HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRA (60H)

EMENTA: Reflexões sobre os aspectos caracterizadores da formação cultural brasileira: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. As diversidades culturais delineadas através das singularidades nas línguas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas.

OBJETIVO: Contribuir para uma formação reflexiva sobre os elementos que caracterizam a formação cultural brasileira, visando debater o reconhecimento das matrizes africanas e indígenas na cultura brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília, SEPP/IR/SECAD/INEP, junho de 2005.

GADOTTI, M. *Diversidade cultural e educação para todos*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu. da. (org.). *A produção social da identidade e da diferença*. In: _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. cap. 2, p. 73 -102.

FOTOGRAFIA (80H)

EMENTA: Introdução aos conceitos, aspectos históricos, processos e técnicas da fotografia na produção artística visando à produção de um projeto poético.

OBJETIVO: Propor reflexão e produção fotográfica, refletindo sobre seus conceitos, processos e técnicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Helouise, RODRIGUES, Renato. *A fotografia moderna no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

COTTON, Charlotte. *A fotografia como arte contemporânea*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010. (Coleção arte&fotografia)

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. Campinas, SP: Papiros, 1994.

FABRIS, Annateresa. *Fotografia, usos e funções no séc XIX*. São Paulo: Edusp, 1991.

FABRIS, Annateresa. *Identidades Virtuais: Uma Leitura do Retrato Fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

KOSSY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

KRAUSS, Rosalind. *O fotográfico*. Tradução de Anne Marie Davée. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

OMAR, Arthur, VENDRAMINI, Cláudia (coord.). *Antropologia da face gloriosa*. Tradução John Norman. São Paulo: Cosac & Naify, 1997.

SANTOS, M^a Ivone dos, SANTOS, Alexandre (org.). *A fotografia nos processos artísticos contemporâneos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

SONTAG, Susan. *Ensaaios sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Arbor, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AUMONT, J.A *Imagem*. Campinas: Papirus, 1999.

RENNÓ, Rosângela. *Rosângela Rennó*. Apresentação Felipe Chaimovich; texto Paulo Herkenhoff. São Paulo: Edusp, 1998. (Artistas da Usp, 9).

RIO BRANCO, Miguel. *Silent Book*. São Paulo: Cosac & Naify, 1997.

HISTÓRIA DO ENSINO DAS ARTES NO BRASIL (80H)

EMENTA: Percursos históricos das concepções e práticas de ensino de arte no Brasil até a contemporaneidade, abrangendo as organizações de ensino, academias de Belas Artes, conservatórios, escolas de teatro, a Escola Nova e o movimento “Escolinhas de Arte do Brasil”, o ensino superior da arte, as políticas educacionais para o ensino e formação de professores de arte.

OBJETIVO: Estabelecer e explicitar as principais concepções e práticas do ensino das artes no Brasil, suas influências, consequências e desdobramentos, bem como, a relação entre teoria e prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Fernando Antonio G. Movimento Escolinhas de Arte: Em cena D. Noemia Varela e Ana Mae Barbosa. São Paulo, tese de Mestrado ECA/USP, Defendida em 2000.

BARBOSA, Ana Mae, *Arte-educação: leitura no subsolo* – São Paulo: Cortez, 1997.

BARBOSA, Ana Mae, *Arte Educação no Brasil* – São Paulo: Perspectiva, 1978.

BARBOSA, Ana Mae, John Dewey e o ensino da Arte no Brasil – São Paulo: Cortez, 2001.

OSINSKI, Dulce R.. Arte, história e ensino: uma trajetória. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRAZ, Maria H. de T. e FUSARI, Maria F. de Rezende. Arte na Educação Escolar. São Paulo: Cortez, 1992.

RODRIGUES, Augusto (org.). Escolinha de Arte do Brasil. Brasília: Inep, 1980.

_____. Escolinha de Arte do Brasil – Análise de uma experiência no processo educacional brasileiro. Rio de Janeiro: EAB, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DUARTE JÚNIOR, João Francisco, Por que arte-educação? Campinas SP: Papirus, 1991.

GHIRALDELLI, Paulo. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez, 2009.

READ, Herbert. A educação pela arte. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I (120H)

EMENTA: Relação entre teoria e prática nas aulas de arte na educação infantil, as implicações pedagógicas do processo de estruturação da prática de ensino em arte. Observação do cotidiano escolar: características, funções, limites e procedimentos fundamentados nos referenciais contemporâneos da área.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2001.

BARBOSA, Ana Mae, John Dewey e o ensino da Arte no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001.

BARBOSA, Ana Mae, Arte Educação no Brasil – São Paulo: Perspectiva, 1978.

FERRAZ, Maria H. de T. e FUSARI, Maria F. de Rezende. Metodologia do Ensino de Arte. São Paulo: Cortez, 1999.

GUIMARAES, Leda B. Desenho, desígnio, desejo – sobre o ensino de desenho. Teresina: EDUFPI, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BIANCHETTI, Lucídio (org.). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. 4a ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 51-84.

BUORO, A. B. O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. São Paulo: Cortez, 2003.

FAZENDA, Ivani (org.). Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. São Paulo: Papirus, 2000.

GÓMEZ, A. I. Pérez. O pensamento prático do professor - a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, Antonio (coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1997, p. 95-114.

PORCHER, L. Educação artística: luxo ou necessidade? São Paulo: Summus, 1982.

TINOCO, Eliane (org.) Possibilidades e encantamentos: trajetória de professores do ensino de arte. Uberlândia: E. F. Tinoco, 2003.

OPTATIVA I (80H)– De livre escolha ou eletiva.

5° SEMESTRE

ANTROPOLOGIA (60H)

EMENTA: As relações entre arte, cultura e sociedade. As matrizes culturais brasileiras sob o enfoque das identidades. A produção antropológica e social no mundo contemporâneo.

OBJETIVO: Fornecer aos alunos uma introdução à antropologia, e em especial, ao conceito de cultura, bem como relacionar a disciplina à área de formação e ao cotidiano do aluno de artes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CANCLINI, Nestor. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1998.

CANEVACCI, Massimo. Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais. São Paulo: Nobel, 1996.

CASSIRER, Ernest. Ensaio sobre o homem. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro – “Critérios de indianidade ou lições de antropofagia” (pg 109 a 113) e “Parecer sobre os critérios de identidade étnica” (pg 113 a 123), in: Antropologia do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1986.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DENIS, R.C. – “Design, cultura material e Fetichismo dos objetos” (14-39), in: Arcos. Design, cultura material e visualidade, Rio de Janeiro. Vol. 1, outubro, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, RocqueLaraia. Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LIMA, Luiz Costa. (org). Teorias da Cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GOLDENBERG, Miriam. (Org.). *Nu & vestido: Dez antropólogos revelama cultura do corpo carioca*. Apresentação de David Le Breton. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FILOSOFIA (60H)

EMENTA: O campo de abrangência da disciplina deve ser o das concepções e das teorias filosóficas acerca da arte.

OBJETIVO:

Contribuir para a formação e o desenvolvimento da capacidade reflexiva do aluno introduzindo-o ao conhecimento dos modos especulativos peculiares da interrogação filosófica acerca das imagens artísticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAUI, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1998.

DIDI-HUBERMAN, G. *O que vemos, o que nos olha*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1998.

LACOSTE, J. *A filosofia da arte*. Trad, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986

NUNES, Benedito. Introdução à filosofia da arte. 5. ed. São Paulo: Ática, 2005.

SEVERINO, A. J. Filosofia. São Paulo: Cortez, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABBAGNANO, N. Dicionário de filosofia. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CHAUÍ, M. Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos à Aristóteles. São Paulo: Ática, 1998.

HARRÉ, R. As filosofias da ciência. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. As paixões da ciência: estudos de história das ciências. São Paulo: Letras e Letras, 1991.

MORENTE, M. G. Fundamentos de filosofia I: lições preliminares. 3ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1967.

JARGER, W. O pensamento filosófico e a descoberta do cosmos. In: Paidéia: a formação do homem grego. São Paulo Martins Fontes, 1986.

PASCAL, G. O pensamento de Kant. Petrópolis: Vozes, 1993.

PROCESSO GRÁFICO (80H)

EMENTA: Reflexão teórica e produção prática coerente entre linguagem e significação no processo de criação por meio das transformações da matéria a partir de possibilidades gráficas.

OBJETIVO: Estimular o aluno a analisar e desenvolver trabalhos gráficos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, Cristina. Poéticas do Processo. São Paulo: MAC/Iluminuras, 1999.

HOLLIS, Richard. Design Gráfico: história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MUNARI, Bruno. Design e Comunicação visual. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

NIEMEYER, Carla. Marketing no Design gráfico. Rio de Janeiro: Ed. 2ab, 2000.

PANEK, Bernadette. Livro de Artista: o desalojar da reprodução. Dissertação de Mestrado, São Paulo: ECA, USP, 2003.

SILVEIRA, Paulo. Palavra violada: da ternura a injúria na construção do livro de artista. Porto Alegre: Ed.Universitária UFRGR, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica em Obras escolhidas I – Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FEBVRE, Lucien. O aparecimento do Livro. São Paulo: UNESP, 2000.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (120H)

EMENTA: Acompanhamento e análise do cotidiano escolar, dos procedimentos de análise de práticas pedagógicas das artes em escolas de ensino fundamental visando à estruturação do trabalho docente por meio da construção de proposta pedagógica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte: ensino fundamental*. Brasília: MEC / SEF, 1997.

BUORO, Anamélia Bueno. O Olhar em Construção. São Paulo: Cortez, 2001.

BURIOLA, Marta. O estágio supervisionado. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRAZ, MARIA Heloísa; FUSARI, Maria F. de Rezende. Metodologia do ensino de Arte. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Madalena. A paixão de conhecer o mundo – Relato de uma professora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HÉRNANDEZ, Fernando, *A organização do currículo por projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

RICHTER, Ivone Mendes. *Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais*. Campinas (SP): Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2003.

ROSSI, Maria Helena Wagner. *Imagens que falam – leitura da arte na escola*. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SANTA ROSA, Nereide Schilaro. *Arte-educação para professores: teorias e práticas na visitação escolar*. RJ: Pinakothèque, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMPOS, Neide & Fabíola COSTA. *Artes Visuais e Escola: para aprender e ensinar com imagens*. Florianópolis, UFSC, 2003.

CAPISANI, Dulcimira (org.). *Educação e Arte no Mundo Digital*. Campo Grande: AEAD/UFMS, 2000.

GROSSI, Esther. *LDB: lei de diretrizes e bases da educação: lei nº 9.394/96*. 2. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LAROSSA, Jorge. *Linguagem e educação depois de babel*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

LOWENFELD, Viktor. BRITAIN, W.L. *Desenvolvimento da capacidade criadora*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

POLENZ, Tâmara; SILVA, LauraciD. (org.). *Educação e contemporaneidade – mudança de paradigma na ação formadora da universidade*. Canoas: Ed. ULBRA, 2002.

TINOCO, Eliane (org.) *Possibilidades e encantamentos: trajetória de professores do ensino de arte*. Uberlândia: E. F. Tinoco, 2003.

OPTATIVA II (80H) De livre escolha ou eletiva.

6° SEMESTRE

TÓPICOS ESPECIAIS I(80H)- Discussão a partir de tema específico da área, sob orientação de professor do Departamento, arte-educador ou artista convidado.

OBJETIVO: Refletir sobre conteúdos emergentes da área, sob orientação de professor do Departamento ou convidado, artista ou arte-educador da Universidade ou de fora da Universidade.

BIBLIOGRAFIA:

Considerando o caráter especial desta disciplina, a bibliografia será fornecida pelo professor proponente.

ESTAGIO SUPERVISIONADO III (120H) ART 30064

EMENTA: Avaliação e crítica de processos de ensino e aprendizagem com vistas às concepções e possibilidades interdisciplinares contemporâneas e suas implicações para a prática pedagógica nas escolas de ensino médio. Será abordada ainda, a pesquisa como princípio para a ação pedagógica, a avaliação de ensino e aprendizagem: objetivos e propostas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Ana Mae (org.), Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Madalena. A paixão de conhecer o mundo – Relato de uma professora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes e bases para o ensino médio: arte, Brasília, 1999.

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de; HÉRNANDEZ, Fernando. (org.) A formação do professor e o ensino das Artes visuais. Ed. UFSM, Santa Maria, 2005.

ROSSI, Maria Helena Wagner. Imagens que falam – leitura da arte na escola. Porto Alegre: mediação, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUORO, Anamélia Bueno. O Olhar em Construção. São Paulo: Cortez, 2001.

CAPISANI, Dulcimira (org.). Educação e Arte no Mundo Digital. Campo Grande: AEAD/UFMS, 2000.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (100H)

Orientação, acompanhamento, planejamento e elaboração de projeto de trabalho monográfico com aula expositiva sobre um tema das Artes Visuais a ser apresentado no final do curso.

BIBLIOGRAFIA - Será complementada conforme necessidade do projeto a ser desenvolvido juntamente com orientações metodológicas.

GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.
GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1999.
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2003.

OPTATIVA III (80H) De livre escolha ou eletiva.

7° SEMESTRE

TÓPICOS ESPECIAIS II(80H)—Discussão sobre tema específico da área, sob orientação de professor do Departamento, arte-educador ou artista convidado.

OBJETIVOS: Refletir a partir de conteúdos emergentes da área, sob orientação de professor do Departamento ou convidado, artista ou arte-educador da Universidade ou de fora da Universidade.

BIBLIOGRAFIA:

Considerando o caráter especial desta disciplina, a bibliografia será fornecida pelo professor proponente.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV (120H)

EMENTA: Desenvolvimento de proposta de ação educativa a ser realizada na educação não formal por meio de mediação pedagógica do ensino de Artes Visuais em instituições culturais (Museus, Galerias, Centros Culturais,

Fundações Culturais), eventos especiais (Festivais, Salões, Exposições), Escolas de Arte, Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades associativas, cooperativas, remanescentes quilombolas, comunidades ribeirinhas e indígenas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão; SALES, Heloisa Margarido. *Artes visuais: da exposição à sala de aula*. SP: Edusp, 2005.

BUORO, A. B. Olhos Que Pintam – A Leitura da Imagem e o Ensino da Arte. São Paulo: EDUC/Fapesp/Cortez, 2002.

FERREIRA, S. (Org.). O Ensino das Artes: Construindo Caminhos. São Paulo: Papirus, 2001.

HERNANDEZ, F. Cultura Visual, Mudança Educativa e Projeto de Trabalho. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

HERNANDEZ, F. Transgressão e Mudança na Educação – Os Projetos de Trabalho. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

LOPES, A. R. “Organização do conhecimento escolar: analisando a disciplinaridade e a integração. In: Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender. Vera Maria Candau (Org.). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001, p. 147-163.

OLIVEIRA, I. B. Aprendizagens culturais cotidianas, cidadania e educação. In: Redes Culturais, Diversidade E Educação. Inês B. de Oliveira e Paulo Sgarbi (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p.37-55.

OTT, Robert William. “Ensinando Crítica nos Museus”. In: BARBOSA, Ana Mae (org). *Arte-educação: leitura no subsolo*. São Paulo, Cortez, 2001.

THISTLEWOOD, David. “Estudos críticos: o museu de arte contemporânea e a relevância social.” In: BARBOSA, Ana Mae (org). *Arte-educação: leitura no subsolo*. São Paulo, Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRANTES, W. M. “A Pedagogia Do Gesto, Do Corpo, Da Simbologia Em Imagens”. In: Redes Culturais, Diversidade E Educação. Inês B. de Oliveira e Paulo Sgarbi (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p.71-80.

DEWEY, J: "A Arte Como Experiência". In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p.89-105.

KENSKI, V. M. "Múltiplas Linguagens na Escola". In: Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender. Vera Maria Candau (Org.). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001, p.123-140.

PIMENTEL, L. G. Limites Em expansão – Licenciatura em Artes Visuais. Belo Horizonte:C/Arte, 1999.

TRABALHO CONCLUSÃO DE CURSO II (100h)

EMENTA: Orientação, acompanhamento, planejamento e elaboração do trabalho monográfico com aula expositiva sobre um tema das Artes Visuais a ser apresentado no final do curso.

BIBLIOGRAFIA - Será oferecida ao aluno conforme necessidade do projeto a ser desenvolvido, sendo proporcionadas orientações metodológicas.

GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1999.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2003.

OPTATIVA IV (80H) De livre escolha ou eletiva.

DISCIPLINAS OPTATIVAS ELETIVAS

METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTE (80H)

EMENTA: O Método como parte do processo de planejamento do ensino e análise das abordagens metodológicas para o ensino de artes visuais, enfatizando as relações entre metodologia conteúdo e prática de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, A. M. "O Visual e o Verbal". In Tópicos Utópicos. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2000, P.137-150.

ROSSI, M. H. Imagens Que Falam – Leitura Da Arte Na Escola. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

DUARTE-JÚNIOR, J. F. O Sentido Dos Sentidos: A Educação (Do) Sensível. Curitiba: Criar Edições, 2001.

JOLY, M. Introdução À Análise Da Imagem. Campinas: Papyrus, 2000.

Forquin, J. C. “As Implicações Educativas Do Pluralismo Cultural”. In: Escola E Cultura – As Bases Sociais E Epistemológicas Do Conhecimento Escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, P.123-143.

RIZZI, M. C. “Caminhos Metodológicos”. In: Inquietações E Mudanças No Ensino Da Arte. Ana Mae Barbosa (Org.). São Paulo: Cortez, P.63-70.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2000.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo, Vozes, 1999.

GONÇALVES, m.a.g.; Villas Boas, g. (ed.). O Brasil na virada do Século: O Debate dos Cientistas Sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

FALEIROS, V. P. A política social do Estado Capitalista. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, N.S.C. (org.) A Gestão da educação na sociedade mundializada. Rio de Janeiro: DP&A 2003.

POLÍTICA E ARTE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (80H)

EMENTA: Abordagem de questões políticas, econômicas e sociais na educação e na arte no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAUDRILLARD, Jean. A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

BECK, Ulrich et. Alii. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: EdUNESP, 1997

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política – Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTANHO, M.E.L.M. *Arte-Educação e Intelectualidade da Arte*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação. Campinas: PUCCampinas,

1982. GARCÍA-CANCLINI, N. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996.

PIMENTEL, L.G. *Limites em expansão, licenciatura em artes visuais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1999.

SANTAELLA, L. *Arte e Cultura: equívocos do elitismo*. São Paulo: Cortez, 1995.

TORRES, C.A. (Org.). *Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação*. São Paulo: Cortez e Instituto Paulo Freire, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DERRIDA, Jacques. *La verdad en pintura*. Buenos Aires: Paidós, 2001.

DIDI-HUBERMAN, G. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: EDUSC, 2001.

ROCHLITZ, Rainer. *O desencantamento da arte. A filosofia de Walter Benjamin*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA (80H)

EMENTA: As relações entre processos de exclusão e inclusão e suas diferentes dimensões: sócio-econômica, política, cultural e educacional. A problemática das relações entre inclusão/exclusão e os processos educacionais e os educadores como agentes sócio-culturais de inclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CANDAU, V. M. (org) *Culturas e Educação: entre o crítico e o pós-crítico* Rio de Janeiro: DP&A, 2005

CASTEL, R. *As armadilhas da Exclusão*; In: BOGUS, L., YASBECK, M. C., BELFIORE-WANDERLEY, M. (org) *Desigualdade e a Questão Social* S. Paulo: EDUC, 2004. GIMENO SACRISTÁN, J. *Políticas de la Diversidad para una educación democrática reguladora*; In: SIPÁN, COMPAÑE, A. (coord) *Educación para la Diversidad en el siglo XXI*, Espanha: Mira Editores, 2001.

LISITA, V. M. e SOUSA, L. F. (org) *Políticas Educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MANTOAM, M. T. Inclusão Escolar: o que é? Por que? Como fazer? S. Paulo: Moderna, 2003.

LARROSA,, J. e SKLIAR, C. Habitantes de Babel. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VEIGA-NETO, A (org) Dossiê: Diferenças Educação e Sociedade, CEDES, n.79,agosto 2002.

PESQUISA EM ENSINO DE ARTE (80H)

EMENTA: As especificidades e abrangências da pesquisa em ensino de arte, relação entre temas, objetivos, metodologia e aspectos da elaboração de projetos de investigação. Leitura e análise de trabalhos de pesquisa no ensino de arte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRÉ. M. (Org.). O Papel da Pesquisa na formação e na Prática dos Professores. Campinas:Papirus, 2002.

BARBOSA, A. M. “Parâmetros Internacionais dos Pesquisadores em Arte Educação”. In: Arte:Educação Leitura no Subsolo. Ana Mae Barbosa (Org.). São Paulo: Cortez, p.7-25.

CANDAU, V. M. Ensinar e Aprender: Sujeitos Saberes e Pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

LEITE, M. I. “O Que Falam de escola e Saber às Crianças da Área Rural? Um Desafio da Pesquisa no Campo”. In: Infância: Fios e Desafios da Pesquisa. Sonia Kramer e Maria Isabel Leite(orgs.). Campinas: Papirus, 2001, p.73-96.

LUDKE, M. (Coord.). O Professor e a Pesquisa. Campinas: Papirus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEMO, P. Pesquisa e Informação Qualitativa. Campinas: Papirus, 2001.

STOKROCKI, M. “Um Dia Escolar na Vida de Uma Menina Navajo: Estudo de Caso em Forma de Conto Oral Etnográfico”. In: Arte-educação: Leitura no subsolo. Ana Mae Barbosa (Org.). São Paulo: Cortez, p.157-172

ARTE E EDUCAÇÃO ESPECIAL (80H)

EMENTA: Enfoques teóricos sobre as relações entre arte, educação e saúde. Conceitos e caracterização de educação especial, criatividade e processos de criação na educação especial. Educação especial e o desenvolvimento da expressão e representação plástica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Ana Mae. Educação e Desenvolvimento Cultural e Artístico. Educação & realidade, Porto alegre, v.2, n.2, p. 9-17, jul/dez, 1995.

GOLINELI, Rinalda e SANTOS, Wanderley. Arte terapia na Educação Especial. Goiânia, 2002

ATACK, Sally. Atividades Artísticas para Deficientes. Campinas, SP: 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, RositaEdler. A Nova LDB e a Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CICCONE, Marta. Comunicação Total: Introdução, estratégias e pessoa surda. 2º ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

FERREIRA, Jília Romero. A exclusão da diferença: educação do portador de deficiência. 2º ed. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

JANNUZZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Cortez, 1985.

MAZZOTTA, Marcos. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MOURA, Maria Cecília de. O surdo: Caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Editora Revinter LTDA, 2000.

PESSOTTI, Isaias. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: T.A Queiróz, 1964.

SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação de surdos no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 1999.

ARTE E AÇÃO EDUCATIVA (80H)

EMENTA: Análise, concepção e prática de projetos de ação educativa em espaços tradicionais (exposições permanentes e temporárias) e em projetos de intervenção urbana, considerando proposta curatorial, público (organizado e espontâneo), estratégias de mediação e materiais educativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão; SALES, Heloisa Margarido. *Artes visuais: da exposição à sala de aula*. SP: Edusp, 2005.

HÉRNANDEZ, Fernando, *A organização do currículo por projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. 3ª. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

SANTA ROSA, Nereide Schilaro. *Arte-educação para professores: teorias e práticas na visitação escolar*. RJ: Pinakotheke, 2006.

SPRICIGO, Vinicius Pontes. *Relato de outra modernidade: contribuições para uma reflexão crítica sobre a mediação da arte no contexto da globalização*. São Paulo: ECA/USP, 2009. (doutorado)

WOLFF, Theodore e GEAHIGAN, George. *Art Criticism and Education: disciplines in Art Education – contexts of undestanting*. Chicago: Universityof Illinois Press, 1997.

Bibliografia Complementar

MARTINS, Mirian Celeste (org). *Mediação: provocações estéticas*. SÃO Paulo: UNESP, 2005.

OTT, Robert William. “Ensinando Crítica nos Museus”. In: BARBOSA, Ana Mae (org). *Arte-educação: leitura no subsolo*. São Paulo, Cortez, 2001.

THISTLEWOOD, David. “Estudos críticos: o museu de arte contemporânea e a relevância social.” In: BARBOSA, Ana Mae (org). *Arte-educação: leitura no subsolo*. São Paulo, Cortez, 2001.

SITES:

<http://bienalmercosul.siteprofissional.com/escolas>

www.bienal.org.br/

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, Neide & Fabíola COSTA. *Artes Visuais e Escola: para aprender e ensinar com imagens*. Florianópolis, UFSC, 2003.

HOFFMANN, Jussara M. *Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. POA: Mediação, 2005.

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ARTE E CULTURA POPULAR BRASILEIRA (80H)

EMENTA: O Popular e o erudito nas teorias clássicas e em análise recentes. A questão do folclore, da alta cultura, cultura popular e cultura de massas. Estudos clássicos da etnografia. Arte e estilos étnicos. Teorias Contemporâneas da arte e da Cultura. Etnografias contemporâneas da cultura e da arte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, A. A Dialética da Colonização. São Paulo: 4ª Ed. Cia das Letras, 2001.

_____. Cultura Brasileira - Temas e situações. São Paulo: 2ª Ed. Ática, 1992.

BRANDÃO, C.R. O que é folclore. São Paulo: Ática, 1988.

CHAUÍ, M. Conformismo e Resistência. São Paulo: 6ª Ed. Brasiliense, 1994.

Da MATA, R. O Que Faz o Brasil. Rio de Janeiro: 12ª Ed. Rocco, 2001.

FERNANDES, F. O Folclore em Questão. São Paulo: Musitec, 1989.

CASCUDO, Luis C Martins, LOPES, R. (org.). Antologia do Folclore Brasileiro. São Paulo, S/D.

ABREU, M. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Orgs.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 83-102.

CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. Estudos Históricos, n.16, p. 179-192, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La GuardiãResende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. In: NEGRO, A. N.; SILVA, S. (Orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. RosauraEichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VOVELLE, M. O popular em questão. In: Ideologias e mentalidades. Trad. Maria Julia Cottvasser. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 151-224.

PESQUISA E PRÁTICAS EXPERIMENTAIS (80H)

EMENTA: Desenvolvimento de pesquisas e práticas experimentais para pensar a interface entre arte e mídia (exposições, performances, fotografias, filmes, documentários, teatro, música, etc.) nas atividades de intervenção artística e educativa, enfatizando a análise e discussão de modalidades de passagens entre diferentes meios, linguagens, tempos e culturas.

OBJETIVOS: Realizar projetos poéticos e/ou educacionais experimentais, visando o desenvolvimento da capacidade de criação e execução do aluno.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relógio D'água, 1991.

CANCLINI, N. G. "*Artistas, Intermediários e Público*". In: *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1997, p.99-157.

FISCHER, R. M. "*Mídia, Estratégias de Linguagem e Produção de Sujeitos*". In: *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender*. Vera Maria Candau (Org.). Rio de Janeiro: DP&A

FREIRE, C. *Poéticas do Processo*. São Paulo: Iluminuras/MAC-USP, 1999.

MACHADO, Arlindo. O Fim do Livro? In: *Pré-Cinemas & Pós-Cinemas*. Campinas: Papyrus, 1997.

PARENTE, André (org.)*Imagem Máquina. A Era das Tecnologias do Virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

PARENTE, André. Narrativa e modernidade. Os cinemas não-narrativos do pós-guerra. Campinas, SP: Papirus, 2000.

RHEINGOLD, H. *Smart Mobs: The Next Social Revolution*. New York: Basic Books, 2002.

JENKINS, H. *Convergence culture: Where Old and New Media Collide*. NY: New York University Press, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAUDRILLARD, Jean. A arte da desapareção. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

PRADO, Gilberto. Cronologia de Experiências Artísticas nas Redes de Telecomunicações. Trilhas. Revista do Instituto de Artes Unicamp. São Paulo: Campinas, 1997.

FREINET, Célestin. Pedagogia do Bom Senso. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SHANNON, Jackson. *Social Works: Performing Art, Supporting Publics*. New York and London: Routledge, 2011.

MAZETTI, Henrique. Ativismo de mídia: arte, política e tecnologias digitais. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, 2008.

TEORIAS E REFLEXÕES: LINGUAGENS CONTEMPORÂNEAS (80H)

Ementa: Enfocará o caráter híbrido da produção artística contemporânea partindo de questões teóricas e reflexões sobre as interseções entre artes visuais, fotografia, arquitetura, cinema, arte digital, poéticas performáticas, sonoras, dentre outras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOMINGUES, Diana (org.). Arte e vida no século XXI: tecnologia, ciência e criatividade. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

MACHADO, Arlindo. O Vídeo e Sua Linguagem. Revista da USP – pp. 06-17, nº 16 jan/fev 1993.

BOURRIAUD, Nicolas. Estética relacional. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2006.

BOURRIAUD, Nicolas. Postproducción. 2.ed. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2007.

BERNARDET, J C. *O que é o cinema*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

FREIRE, Cristina. Poéticas do Processo – Arte conceitual no museu. São Paulo: Iluminuras/MAC-USP, 1999.

FLUSSER, Vilem. Filosofia da caixa preta. São Paulo: Hucitec, 1985.

GOSCIOLA, Vicente. Roteiro para Novas Mídias. São Paulo: SENAC, 2003.

LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACHADO, Arlindo. Pré-cinemas & Pós-cinemas. Campinas: Papyrus, 2005.

MANOVICH, Lev. The language of new media. Cambridge: The MIT Press, 2001.

FRANCO, Edgar Silveira. Aurora pós-humana: universo ficcional multimídia em expansão. In: DOMINGUES, Diana; VENTURELLI, Suzete (orgs.). Criação e poéticas digitais. Caxias do Sul, RS: Educus, 2005. pp. 61-72.

METZ, C. *Linguagem e cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

BERNARDET, J C. *O que é o cinema*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

COMPARATO, D. Da criação ao roteiro. São Paulo: Ed. Rocco, 2000

METZ, C. *Linguagem e cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

DUBOIS, Phillipe. *Cinema, vídeo, Godard*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CARRIERE, J C. et al. *Prática do roteiro cinematográfico*. Editora: São Paulo: JSN, 1996, 2. ed.

XAVIER, I. *O discurso cinematográfico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PLAZA, Júlio. *Videografia em vídeo-texto*. São Paulo: Hucitec, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MCLUHAN, M. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 1971.

HILL, Gary. *O lugar do outro*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 1997.

PIPILOTTI, Rist. *Textos de Peggy Phelan, Elisabeth Bronfen, Hans Ulrich Obrist, Pipilotti Rist*. London: Phaidon, 2001.

MOVIMENTOS IMPROVÁVEIS – O EFEITO CINEMA NA ARTE CONTEMPORÂNEA. Rio de Janeiro, Centro Cultural Banco do Brasil, 2003.

OSBORNE, Peter. *Conceptual Art*. London: Phaidon, 2000.

PÁL PELBART, Peter. *A vertigem por um fio – políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: FAPESP/Iluminuras, 2000.

RUSH, Michael. *Video Art*. London: Thames and Hudson, 2003.

TOWNSEND, Chris (org). *The art of Bill Viola*. London: Thames and Hudson, 2004.

VIOLA, Bill. *Território do invisível*. Rio de Janeiro, Centro Cultural Banco do Brasil, 1994.

Movimentos improváveis – o efeito cinema na arte contemporânea. Rio de Janeiro, Centro Cultural Banco do Brasil, 2003.

ARTE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO (80H)

O patrimônio histórico-artístico e o imaginário urbano. Museologia e museografia da arte e cultura. Espaços culturais e museológicos. Mediação e conceitos. O duo curador(a) / educador(a). Patrimônio material e imaterial de Rondônia e da Região Norte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARGAN, Carlo Giulio. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação humana*. São Paulo: Nobel, 1993.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrum*. São Paulo: Editora da UNESP, 1988.

FERRARA, Lucrecia D'aléssio. *Ver a cidade*. São Paulo: Nobel, 1988.

ELIAS, Eduardo. *Escritura urbana*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas. Os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC/Annablume, 1997

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história, suas origens, suas transformações e perspectivas*. 3a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SENNET, Richard. *Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SILVA, Armando. Imaginários urbanos. Bogotá y São Paulo: Cultura y Comunicacion urbana em América Latina. Bogotá, Terceiro Mundo Editores, 1994.

PATRIMÔNIO E MUSEOLOGIA (80H)

EMENTA: Conhecimento sobre a História do colecionismo e dos museus. Técnicas de expografia e seus suportes teóricos. Noções sobre patrimônio e conservação. História da preservação dos bens culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOURDIEU, Pierre e DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp, Zouk, 2007.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Vers une redéfinition Du musée*. Paris: Harmattan, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 2005.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al Restauro*. Teoria, Storia, Monumenti. Napoli: Liguori, 1997.

GONÇALVES, Cristina Souza. *Restauração arquitetônica e a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo: Annablume, 2007.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos do restauro*. São Paulo, Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

PRÁTICAS CURATORIAIS (80H)

EMENTA: Conceitos, reflexões e considerações acerca das práticas curatoriais, processos de seleção, organização e disposição de objetos, criação de possibilidades discursivas, desenvolvimento de projetos partindo de acervos consagrados, obras não-convencionais, relacionando à função da expografia e da ação educativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COHEN, Ana Paula. *Espaço Operacional: estruturas flexíveis para práticas artísticas contemporâneas*. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, São Paulo, 2005.

CRIMP, Douglas. *Sobre as ruínas do museu*. Trad. Fernando Santos. SP: Martins Fontes, 2005.

HOFFMANN, Jens. *A Exposição como trabalho de arte/The Exhibition as a work of art*. Rio de Janeiro: escola de Artes Visuais do Parque Laje/Nuclear – Núcleo de Estudos de Arte e Cultura Contemporânea/Instituto de Artes/UERJ, 2003.

MESQUITA, Ivo. *Longe daqui, aqui mesmo: Museus, silêncio e contemplação*. In: Seminário Políticas Institucionais, Práticas Curatoriais, Belo Horizonte: Museu de Arte da Pampulha, 2004.

OBRIST, Hans Ulrich. *Uma breve história da curadoria*. São Paulo: Bei Editora, 2010.

O'DOHERTY, BRIAN. *No Interior Do Cubo Branco: A Ideologia Do Espaço Da Arte*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2002.

RAMOS, Alexandre (org.) *Sobre o ofício do curador*. Porto Alegre: Zouk, 2010.

SCHAER, Roland. *L'Invention des Musées*. Paris: Gallimard/Réunion des Musées Nationaux, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SCHLOSSER, J.von. *Las Cámaras artísticas y maravillosas del Renacimiento tardío*. 2ª ed. corregida y aumentada. Traducción José Luis Pascual Arranz. Madrid: Akal, c.1988. [*Die Kunst-und Wunderkammerns der Spätrenaissance*. Brunswick, 1978.]

CONTEXTO URBANO E ARTE (80H)

EMENTA: A partir dos projetos e ações de artistas e grupos que vivenciam a arte no espaço urbano, a disciplina estuda as políticas e poéticas da arte contemporânea frente às problemáticas do desenvolvimento das cidades na convivência com a diversidade humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRISSAC, Nelson. *Arte Cidade*. São Paulo. Senac.2002.
DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2003.
SOVIK, Liv (org.) Stuart Hall, *Da Diáspora (Identidades e Mediações Culturais)*. Humanitas, Minas Gerais, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRODY, Jeanne (org.) *La Rue*. Toulouse, Press Universitaire du Marail, 2005.
CANEVACCI, Massimo. *Sincretismo*. São Paulo. Nobel. 1996.
DEUTSCHE, Rosalyn. *Evictions (Art and Spatial Politics)* Massachusetts. MIT. 1998.
DOUGLAS, Crimp, Bárbara Kruger e KrzystofWodiczko. *Strategies of Public Address: FELSHIN, Nina. (org.)But is it Art? (the spirit of Art as Activism)*. Seattle. Bay Press. 1996.
KRAUSS, Rosalind. *Passages*. Paris. Macula. 1997.
RAMOS, Celia Maria Antonacci. *As nazi-tatuagens: inscrições ou injúrias no corpo humano?* São Paulo, Perspectica,2006.
_____*Teorias da Tatuagem (uma análise da loja StoppaTattoo da Pedra)*. Florianópolis. UDESC, 2001.
_____*Grafite, Pichação & Cia*. São Paulo. Annablume.1993.
SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal*. São Paulo.RECORD.
_____*O País Distorcido*. São Paulo, Publifolha, 2001.
_____*Por uma Geografia Nova*. São Paulo, Edusp, 2001.
SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade, uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio deJaneiro, Bertrand Brasil Editora, 2003.
SOUZA, Marcelo Lopes de e Glauco Bruce Rodrigues. *Planejamento Urbano e ativismo sociais*. São Paulo,editora UNESP. 2004.
ZALUAR, Alba. *Cidadão não vão ao paraíso*. São Paulo, Editora Escuta, 1994.

CULTURA VISUAL (80H)

Ementa: Introdução aos fundamentos da Semiótica da imagem. O texto visual: plano de expressão e plano de conteúdo. Elementos constitutivos e Procedimentos relacionais. Cultura visual. Semiótica discursiva e significação. Elementos constitutivos e Procedimentos relacionais. Leitura e interpretação de obras visuais: subjetividade e objetividade. As diversas abordagens acerca da leitura de imagens.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- NOTH, WINFRED; SANTAELLA, Lúcia. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- ARNHEIM, Rudolph. *Arte e Percepção visual*. São Paulo: Pioneira, 1996.
- AUMONT, Jacques. *A Imagem*. Campinas: Papirus, 2002.
- BERGER, John. *Modos de Ver*. São Paulo: Rocco, 2003.
- JOLY, Martine. *Introdução à análise da Imagem*. Campinas: Papirus, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- NOTH, WINFRED; SANTAELLA, Lúcia. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- HERNÁNDEZ, Fernando. “De que falamos quando falamos de Cultura Visual?” *Revista Educação & Realidade*. 30 n. 1 – UFRS/Porto Alegre, 2006.
- _____. *Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- _____. *Transgressão e Mudança na Educação– Os projetos de trabalho*. Porto Alegre. Artes Médicas, 1998.
- _____. “Ir além da visão e da satisfação: a interpretação crítica da cultura visual”. *In: FRANZ, Teresinha Sueli. Educação para uma compreensão crítica da arte*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

CERÂMICA (80h)

EMENTA: Estudo teórico e prático da cerâmica sob o enfoque da arte, design, do artesanato e contribuição para a indústria.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- LAUER, Mirko. *Crítica do artesanato*. São Paulo: Nobel, 1983.
- PAIM, Gilberto. *A beleza sob suspeita: o ornamento em Ruskin, Lloyd Wright, Loos, Le Corbusier, e outros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.
- PAZ, Octávio. *Ver e usar: arte e artesanato*. In: *Convergências: ensaios sobre arte e literatura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BASTIDE, Roger. *Arte e Sociedade*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- CANCLINI, Nestor G. *A socialização da arte*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- , *A produção simbólica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- COOPER, E. *História de La Cerâmica*. Barcelona: Ed. CEAC, 1987.
- GABBAI, Miriam B.B. *Cerâmica: arte da terra*. São Paulo: Callis, 1987.
- RIBEIRO, Berta G. *etalli. O artesanato tradicional e o seu papel na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro:
- FUNARTE: Instituto Nacional do Folclore, 1963.

Sites:

<http://webmail.faac.unesp.br/~paula/Paula/conceito.doc>

3.7.8- Quadro de equivalência entre a matriz curricular vigente e matriz curricular proposta

Quadro de Equivalência

Matriz curricular vigente		Matriz curricular proposta	
ART30017	METODOLOGIA	ART30017	METODOLOGIA
ART30006	DESENHO I (Observação)	ART30006	LAB. DESENHO I
ART30015	DESENHO II (Paisagem)	ART30015	LAB. DESENHO II
ART30026	DESENHO III (Figura humana)		RETIRADA
ART30045	DESENHO IV (Expressão)		RETIRADA
ART30008	TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL I	ART30008	TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL
ART30050	TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL II		RETIRADA
ART30001	HISTÓRIA DA ARTE I	ART30001	HISTÓRIA DA ARTE I
ART30012	HISTÓRIA DA ARTE II	ART30012	HISTÓRIA DA ARTE II
	ACRESCIDA		HISTÓRIA DA ARTE III
ART30027	MULTIMEIOS I (Fotografia)	ART30027	FOTOGRAFIA
ART30060	MULTIMEIOS II (Cinema e vídeo)		RETIRADA

ART30069	MULTIMEIOS III (Computação gráfica)	ART30069	PROCESSO GRÁFICO
ART30081	MULTIMEIOS IV (Animação gráfica)		RETIRADA
ART30021	MEIOS DE REPRESENTAÇÃO BIDIMENSIONAL		RETIRADA
ART30028	EXPRESSÃO TRIDIMENSIONAL I (Cerâmica)		TRIDIMENSIONALIDADE
ART30039	FUNDAMENTOS DA LINGUAGEM VISUAL	ART30039	FORMA, COR E COMPOSIÇÃO
ART30003	SEMIÓTICA		RETIRADA
ART30002	FILOSOFIA	ART30002	FILOSOFIA
ART30018	ESTÉTICA E EVOLUÇÃO DAS ARTES VISUAIS		RETIRADA
ART30033	PINTURA I	ART30033	PINTURA
ART30044	PINTURA II		RETIRADA
ART30058	PINTURA III		RETIRADA
ART30048	PRÁTICAS DE ENSINO EM ARTES I	ART30048	TEORIA E PRÁTICA DA ARTE NA EDUCAÇÃO
ART30057	PRÁTICAS DE ENSINO EM ARTES II		RETIRADA
ART30065	PRÁTICAS DE ENSINO EM ARTES III		RETIRADA
ART30076	PRÁTICAS DE ENSINO EM ARTES IV		RETIRADA
ART30070	METODOLOGIA DO ENSINO EM ARTES VISUAIS		RETIRADA
	ACRESCIDA		HISTÓRIA DO ENSINO DAS ARTES NO BRASIL
ART30059	TRABALHO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL I	ART30059	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I
ART30071	TRABALHO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL II	ART30071	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
ART30049	ESTAGIO SUPERVISIONADO I	ART30049	ESTAGIO SUPERVISIONADO I
ART30056	ESTAGIO SUPERVISIONADO II	ART30056	ESTAGIO SUPERVISIONADO II
ART30064	ESTAGIO SUPERVISIONADO III	ART30064	ESTAGIO SUPERVISIONADO III
ART30074	ESTAGIO SUPERVISIONADO IV	ART30074	ESTAGIO SUPERVISIONADO IV
ART30073	OPTATIVA I	ART30073	OPTATIVA I
	ACRESCIDA		OPTATIVA II
	ACRESCIDA		OPTATIVA III
	ACRESCIDA		OPTATIVA IV
ART30011	ANTROPOLOGIA	ART30011	ANTROPOLOGIA
ART30010	SOCIOLOGIA		RETIRADA
ART30037	LEGISLAÇÃO	ART30037	LEGISLAÇÃO
ART30036	DIDÁTICA	ART30036	DIDÁTICA
	ACRESCIDA		LIBRAS
	ACRESCIDA		HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA
ART30038	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	ART30038	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

3.7.9 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em atividade acadêmica obrigatória para a colação de grau no curso de Artes Visuais (Licenciatura) e corresponde a 10 (dez) créditos, referentes às disciplinas “Trabalho de Conclusão de Curso I e II”, com carga horária total de 200 (duzentas) horas, oferecidas nos 6º e 7º períodos.

Conforme determina a Resolução N°1, de 16 de janeiro de 2009, que aprovou as diretrizes curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais, o Trabalho de Conclusão de Curso deverá conter os seguintes componentes para o licenciado:

- a) uma monografia sobre um tema das Artes Visuais;
- b) um projeto de curso a ser ministrado sobre esse tema;
- c) apresentação a uma banca examinadora composta por professores e profissionais da área, nos termos de regulamento próprio.

Parágrafo único. As Instituições deverão expedir regulamentação própria para o Trabalho de Curso, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, em acordo com os termos deste Artigo.

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/ UNIR

Considerando as normas para apresentação da monografia que constam na Resolução n° 242/ CONSEPE, de 24 de setembro de 1997 e a legislação em vigor, abaixo encontra-se a regulamentação específica do Trabalho de conclusão de Curso de Artes Visuais (Licenciatura).

Finalidade e Objetivos

Pretende-se que o acadêmico familiarize-se com a metodologia científica, através da reflexão, dos conhecimentos teórico-práticos adquiridos e vivenciados no decorrer do curso, integrando-os e construindo um saber resultante da realidade experimentada. Assim, desde seu ingresso, no primeiro

semestre é ofertada a disciplina Metodologia. Nos semestres VI e VII, são ofertadas as disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I e II. Tais disciplinas serão compartilhadas entre o seutitular (50 horas teóricas) e o orientador do projeto de pesquisa (50 horas específicas), que deverá comprovar além da titulação mínima de especialista, também experiência no assunto abordado na intenção da pesquisa.

O mesmo será definido imediatamente após o final da parte teórica da referida disciplina, por meio do recebimento de uma carta-convite da parte do aluno interessado, sendo que, em se efetivando o aceite o mesmo deverá comunicar o fato por escrito ao titular da disciplina e apresentar o cronograma com dia, hora e local previstos para o desenvolvimento das orientações e pesquisa.

A relação orientador-orientando poderá ser quebrada mediante comunicado ao Departamento de Artes, podendo ser oriunda tanto do orientando quanto do orientador. Em ambos os casos, o documento deverá expor com clareza os motivos de tal, bem como, além da aquiescência da outra parte, também a deliberação do Departamento de Artes.

SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

Ao final do semestre será organizado um seminário para a apresentação individual do Projeto de Pesquisa, o qual será encaminhado com pelo menos quinze dias de antecedência a uma banca examinadora composta por três professores, sendo: a) o orientador do projeto que a presidirá; b) um avaliador indicado pelo orientador do projeto; e c) o docente titular da disciplina, os quais farão sugestões metodológicas e discutirão aspectos inerentes à melhoria do Projeto de Pesquisa.

A apresentação do Projeto de Pesquisa terá duração total de 45 minutos, sendo que, desse tempo o aluno terá 15 minutos para exposição oral e a Banca Examinadora terá até 30 minutos para argüição do mesmo, com o presidente da mesma equacionando este tempo entre cada um de seus componentes.

Serão analisados prioritariamente itens como: domínio e relevância do tema a ser pesquisado, fundamentação bibliográfica, metodologia a ser empregada, norma técnicas editoração, além de outros critérios, desde que justificados pelos examinadores.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Finalidade e Objetivos

O trabalho de conclusão de curso – TCC é elaborado sobre uma temática, nas diferentes áreas de investigação das Artes Visuais, que denota a apropriação de conhecimentos adquiridos ao longo do curso, assegurando, paralelamente, uma articulação teórico-metodológica que capacita para a produção de novos conhecimentos científicos.

Habilitação para a realização

Para realizar o TCC o aluno deverá definir o seu orientador a partir de uma reunião inicial com o titular da disciplina, na qual serão apresentados os professores orientadores e suas respectivas temáticas de investigação. O aluno deverá formalizar sua escolha definindo um professor orientador e respectivo suplente, bem como, indicar a temática escolhida para elaboração do TCC, o problema de pesquisa, a justificativa e os objetivos do mesmo.

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

Do Trabalho de Conclusão de Curso

Ao final do semestre, o CONDEP nomeará uma comissão própria com as seguintes funções: a) apreciar e deliberar sobre o enquadramento do TCC em relação as normas de editoração adotadas; b) encaminhar o mesmo com pelo menos 30 dias de antecedência a uma banca examinadora composta por três professores, sendo: 1) o orientador do projeto que a presidirá; e 2) dois avaliadores indicados pelo orientador do projeto; e c) organizar a apresentação individual da defesa pública do mesmo.

A apresentação do TCC terá duração total de 60 minutos, sendo que desse tempo o aluno terá vinte (20) minutos para exposição oral e a Banca Examinadora terá até quarenta (40) minutos para a argüição do mesmo, com o

presidente da mesma dividindo este tempo equitativamente entre cada um de seus componentes.

Serão analisados prioritariamente os itens: a) apreciação oral e recurso de áudio e vídeo; b) domínio do tema pesquisado; c) fundamentação bibliográfica; d) metodologia empregada; e) discussão dos resultados encontrados; e f) aspectos concludentes da pesquisa. Após o trabalho de argüição, a Banca reunir-se-á para elaborar o conceito final a ser atribuído ao aluno de TCC. Cada examinador deverá entregar ao presidente da banca seu relatório de avaliação, com as devidas observações e justificativas de seu posicionamento em cada item, dando nota de 0 a 100 pontos. O presidente da banca fará a média das notas e comunicará o resultado publicamente. O trabalho será considerado aprovado desde que obtenha nota igual ou superior a 60, sendo posteriormente preenchida a ata de defesa do TCC.

As revisões sugeridas pelos membros da banca, se acatadas, deverão ser entregues no prazo máximo de 30 dias, ficando o registro da nota final no diário de classe, vinculado a este aspecto.

3.7.10 ARTICULAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO

A matriz curricular do curso de Licenciatura em Artes Visuais ao ser reformuladaprocurou atender, entre outros dispositivos, a promoção de um maior aprofundamento no conhecimento específico, propiciando também, neste sentido, uma flexibilização quanto ao perfil a ser definido pelo próprio aluno. O conhecimento específico em artes agrega teoria e prática em proporções cuidadosamente definidas, articulando elementos do fazer artístico, do juízo crítico e da contextualização histórica e social.

O curso propiciará ao aluno possibilidades de aprofundamento das teorias e metodologias desenvolvidas por teóricosde arte estrangeiros e brasileiros, de

ontem e de hoje, e terá a responsabilidade de promover ações científicas e de extensão que permitam a observação e a imersão prática deste universo na realidade local.

O Curso de Graduação em Artes Visuais (Licenciatura) propõe a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, sendo que a pesquisa é um ponto de extrema importância para a formação docente. Desta forma, o aluno será incentivado a participar em projetos de pesquisa e ou extensão coordenados por docentes do curso. Considerando assim as demandas da sociedade contemporânea que exigem uma formação que articule a competência (científica e técnica) com a inserção política e uma postura ética, questões essenciais ao desenvolvimento da competência científica como componente na formação do futuro docente de Artes Visuais.

Assim, a Coordenação do Curso de Artes Visuais estimulará a extensão e a pesquisa por meio do incentivo à criação de projetos no PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e, do apoio para criação e consolidação de Grupos de Pesquisa registrados no CNPq, bem como por meio de projetos voltados à formação de professores. Eventos e projetos com abordagem interdisciplinar e transdisciplinar também são incentivados dentro desse contexto.

3.8. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE UM PERFIL DE FORMAÇÃO

SIGLA	Disciplina	SIGLA	Disciplina
HA	HISTÓRIA DA ARTE	LDE	LABORATORIO DE DESENHO
PSIED	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	TCV	TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL
METO	METODOLOGIA	TPA	TEORIA E PRÁTICA DA ARTE NA EDUCAÇÃO
PG	PROCESSO GRÁFICO	FIL	FILOSOFIA
LEG	LEGISLAÇÃO	TCC	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ANT	ANTROPOLOGIA	TPAE	TEORIA E PRÁTICA DA ARTE NA EDUCAÇÃO
ES	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	FCC	FORMA, COR E COMPOSIÇÃO
HICABI	HISTÓRIA DA CULTURA AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA	DID	DIDÁTICA
OP	OPTATIVA	LIB	LIBRAS
TRID	TRIDIMENSIONALIDADE	PINT	PINTURA
FOT	FOTOGRAFIA	HEARTB	HISTÓRIA DO ENSINO DAS

			ARTES NO BRASIL
TE	TÓPICOS ESPECIAIS		

FLUXOGRAMA ARTES VISUAIS (LICENCIATURA)

1	2	3	4	5	6	7
ART30017 METO	ART30038 PSIED	ART30036 DID	HICABI	ART30011 ANT	TE I	TE II
ART30006 LD I	ART30037 LEG	LIB	ART30027 FOT	ART30002 FIL	ART30059 TCCI	ART30071 TCC II
ART30008 TCV	ART30015 LD II	TRID	OP I	OP II	OP III	OP IV
ART30001 HA I	FCC	ART30033 PINT	ART30049 ES I	ART30056 ES II	ART30064 ES III	ART30074 ES IV
TPAE	ART30012 HA II	HA III	HEARTB	PG		

3.9. AVALIAÇÃO E METODOLOGIAS DE ENSINO

3.9.1. Avaliação institucional

A avaliação institucional será realizada pelo Núcleo Docente Estruturante, com base nos critérios estabelecidos pela Lei N. 10.861/2004:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Os membros do NDE deverão realizar a avaliação do projeto do curso anualmente, fazendo uso dos seguintes procedimentos: questionários, reuniões semestrais com representantes de turma, média de avaliação de cada turma, relatórios de estágio, resultados do ENADE, encontros e oficinas.

O acompanhamento dos egressos do curso deverá ser realizado através de questionários e pesquisa, e o NDE deve procurar promover a integração com os egressos, bem como com a comunidade em geral, na participação continuada em vistas da solidificação de um curso integrado à realidade em direção à uma sociedade igualitária.

3.9.2. Avaliação do processo de ensino aprendizagem

As metodologias de avaliação discente devem atender a dinâmica da disciplina, objetivando permitir ao aluno a análise de seu processo de ensino-aprendizagem, seu desenvolvimento intelectual técnico e artístico, e deve considerar o esforço e desempenho individual e coletivo.

A avaliação será realizada de acordo com a normativa interna da Instituição, estabelecida pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, por

meio da Resolução 251/CONSEPE, Parecer 199/CEN, utilizando-se de instrumentos conforme as novas tendências pedagógicas.

Dessa forma, considerar-se-á uma só nota, no período semestral, resultante da média aritmética das notas das avaliações aplicadas no período. A nota será expressa de 0 (zero) a 100 (cem) em números inteiros.

Será considerado aprovado o discente que obtiver aproveitamento igual ou superior a 60 (sessenta). O discente que obtiver média inferior a 60 (sessenta) terá direito a uma avaliação repositiva, de acordo com a Resolução 251/CONSEPE. A avaliação repositiva será expressa em números inteiros com valor de 0 (zero) a 100 (cem), substituindo a menor nota obtida durante o período letivo. Considerar-se-á aprovado, após a avaliação repositiva, o discente que obtiver média igual ou superior a 60 (sessenta). Será considerada a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina, para aprovação quanto à assiduidade, conforme previsto em Lei.

Os casos omissos neste documento e que não se encontrarem na Resolução 251/CONSEPE serão solucionados pelo Conselho Departamental.

4 | ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO

4.1. Gestão administrativa e acadêmica do curso

A estrutura administrativa está constituída por:

Conselho de Departamento formado por todos os membros lotados no Departamento de Artes; por 1 (um) representante estudantil e 1 (um) representante técnico-administrativo.

O Departamento de Artes é administrado pelo Chefe e Vice-Chefe, que deverão ser eleitos pelo Conselho de Departamento, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

Chefe do Departamento de Artes

CLÉBER MAURÍCIO DE LIMA

CPF: 64998657020

Mestre em Música – Università Degli Studi di Udine (UNIUD/Itália).

Especialista em Gerência de Sistemas e Serviços de Informação – Faculdade de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP/SP).

Bacharel em Música – Opção: Canto.– Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS).

Vice-chefe do Departamento de Artes

EDILSON SCHULTZ

CPF: 49930273204

Especialista em Artes e Educação Física - Univ. Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Bacharel em Música/Piano - Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES)

Pianista solista, acompanhador, pesquisa em música erudita

Composição do Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Artes Visuais(Licenciatura) da UNIR foi criado mediante Portaria nº 04/2013/NCH/UNIR, de 10 de fevereiro de 2013, sendo formado pelos seguintes membros:

Profª Drª Claudia Maria Villar Caldeira Simões

Profº Dr. Cristiano Sousa dos Santos

Profº M. Sc. Éder Rodrigues

Profª M. Sc. Samira Margotto

Profº Edilson Schultz

O Núcleo Estruturante do Curso foi um conceito criado pela Portaria nº 147 de 02 de fevereiro de 2007 reafirmado pelo Parecer CONAES 04/2010, RESOLUÇÃO CONAES Nº 01/2010 e Resolução 285/CONSEA, de 21 de setembro de 2012. De acordo com Art. 2º da Resolução 285/CONSEA o Núcleo Docente Estruturante constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica, co-responsável pela elaboração, implementação e consolidação do projeto pedagógico de curso.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Professores do Quadro Permanente e Previsão de Contratação -

ARTES VISUAIS (Licenciatura)

SIAPÉ/ REGIME DE TRABALHO/ FUNÇÃO DOCENTE/ VÍNCULO EMPREGATÍCIO	NOME e CPF	TITULAÇÃO MÁXIMA	DISCIPLINAS MINISTRADAS
1805462 DE/ Assistente II ESTATUTÁRIO	Samira Margotto Cpf 017206067-22 Lattes: http://lattes.cnpq.br/7522778714000994	Mestre	<ul style="list-style-type: none"> •TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL •HISTÓRIA DA ARTE III •TÓPICOS ESPECIAIS I •ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV
2037015 DE/ Auxiliar ESTATUTÁRIO	Felipe Martins Paros Cpf 268992748-92 Lattes: http://lattes.cnpq.br/8898807201255863	Mestre	<ul style="list-style-type: none"> •HISTÓRIA DA ARTE I •HISTÓRIA DA ARTE II •ESTÉTICA E EVOLUÇÃO DAS ARTES VISUAIS •ESTÁGIO SUPERVISIONADO I •ESTÁGIO SUPERVISIONADO II
2040875 DE/ Auxliar ESTATUTÁRIO	Oswaldo Augusto de Oliveira Cpf Lattes: http://lattes.cnpq.br/3909181963174045	Mestre	<ul style="list-style-type: none"> •TEORIA E PRÁTICA DA ARTE NA EDUCAÇÃO •ESTÁGIO SUPERVISIONADO III •TÓPICOS ESPECIAIS II •HISTÓRIA DO ENSINO DAS ARTES NO BRASIL
	2 professores em processo de concurso (2013)		<ul style="list-style-type: none"> •LABORATÓRIO DE DESENHO I •LABORATÓRIO DE DESENHO II •PINTURA •TRIDIMENSIONALIDADE •OPTATIVA I •OPTATIVA II
	2 professor para concurso previsto (2013)		<ul style="list-style-type: none"> •FORMA, COR E COMPOSIÇÃO •PROCESSO GRÁFICO •FOTOGRAFIA •OPTATIVA III •OPTATIVA IV

4.2. RECURSOS HUMANOS

Corpo docente

O corpo docente do Departamento de Artes é composto pelos seguintes professores:

Profº M.Sc. José Maria Lopes Júnior	<ul style="list-style-type: none"> •Graduação em Letras/Espanhol (UFMG). •Mestrado em Estudos Literários (UFMG) •Doutorando em Artes Cênicas (UFBA)
Profº M.Sc. Éder Rodrigues da Silva	<ul style="list-style-type: none"> •Graduação em Teatro (UFMG). •Mestrado em Estudos Literários (UFMG)
Profª Drª Claudia Maria Villar Caldeira Simões	<ul style="list-style-type: none"> •BACHAREL EM MÚSICA/COMPOSIÇÃO (UNIRIO) •MESTRE EM MÚSICA /COMPOSIÇÃO (UNIRIO) •DOUTORA EM MÚSICA (UNIRIO)
Profº Dr. Cristiano Sousa dos Santos	<ul style="list-style-type: none"> •BACHAREL EM MÚSICA (UEPA) •MESTRE EM MÚSICA/EXECUÇÃO INSTRUMENTAL (UFBA) •DOUTOR EM MÚSICA/EDUCAÇÃO MUSICAL (UFBA)
Profº Esp. Edílson Schultz	<ul style="list-style-type: none"> •BACHAREL EM MÚSICA/ PIANO (FAMES) •ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR (UNIR) •ESPECIALIZAÇÃO EM ARTES E EDUCAÇÃO FÍSICA (UFRGS)
Profª M.Sc. Samira Margotto	<ul style="list-style-type: none"> BACHARELADO EM ARTES PLÁSTICAS (UFES) MESTRADO EM ARTES (USP)
Profª M.Sc. Cléber Maurício de Lima	<ul style="list-style-type: none"> BACHARELADO EM MÚSICA (UFSM) MESTRADO EM MÚSICA (UNIUD/IT)
Profª Esp. Márcia Moreira Barroso (Temporária)	<ul style="list-style-type: none"> •BACHAREL EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA/ARTES PLÁSTICAS (UFU) •LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA/ARTES PLÁSTICAS (UFU) •ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL (FACULDADE PORTO VELHO)

Considera-se que até o final de 2013 já terá sido finalizado o processo de seleção e contratação do corpo docente necessário para o pleno funcionamento do curso em sua nova matriz curricular.

Desde a aprovação da criação do Curso de Graduação em Artes Visuais - Licenciatura da UNIR em 2009 e sua implantação em 2010, a UNIR já conseguiu junto ao MEC códigos de vagas suficientes para a contratação de Docentes Efetivos por meio do REUNI. Portanto, embora tenham ocorrido dificuldades iniciais, deve-se ressaltar que os obstáculos para a consolidação do curso estão sendo superados.

Por fim, destaca-se que o compartilhamento de disciplinas poderá ocorrer quando esta prática objetivar propiciar a diversidade de experiências enriquecedoras para o processo de ensino-aprendizagem, de forma inter ou intradepartamental.

Corpo discente

O Departamento de Artes deve procurar tanto quanto possível divulgar e incentivar ações, projetos e atividades institucionais e docentes que tenham compromisso com o apoio estudantil e a preocupação com a promoção da permanência dos alunos nos cursos. Dentre as ações atualmente oferecidas pela UNIR, destacam-se:

PIBEX

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) é uma ação da Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA) da UNIR que objetiva contribuir para a formação profissional e cidadã por meio da participação de docentes e discentes de graduação em programas e projetos de extensão. A extensão é entendida, nesse contexto, como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

PIBIC

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. A cota de bolsas de (IC) é concedida diretamente às instituições, estas são responsáveis pela seleção dos projetos dos pesquisadores orientadores interessados em participar do Programa. Os estudantes tornam-se bolsistas a partir da indicação dos orientadores.

São objetivos específicos do Programa:

- despertar vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação;
- contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores;
- contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional;
- estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação;
- contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação.
- estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural;
- proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa; e
- ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica.

PIBID

Programa institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. O Pibid é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

Objetivos do Programa

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- contribuir para a valorização do magistério;

- elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
- contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

MOBILIDADE ESTUDANTIL

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) instituiu, por meio de convênio celebrado entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), do qual a UNIR é signatária, o Programa de Mobilidade Acadêmica denominado Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil (PME).

A proposta do Programa é propiciar aos estudantes de qualquer curso das IFES a possibilidade do vínculo temporário com outra instituição federal, cursando uma ou mais disciplinas importantes para a complementação de sua formação.

Esta iniciativa da ANDIFES não diz respeito, portanto, a transferências, mas, sim, à mobilidade temporária de alunos, que, após o período máximo de um ano letivo, retornará à instituição de origem. Só excepcionalmente, e mediante a aprovação da instituição receptora, esse vínculo poderá ser superior a um ano.

Na UNIR o PME é coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), por meio da Diretoria de Apoio às Políticas Acadêmicas (DAPA).

MONITORIA ACADÊMICA

Instituído pela UNIR, o Programa de Monitoria Acadêmica (PMA) foi criado com o objetivo de possibilitar uma maior participação do aluno na realização de trabalhos práticos e experimentais, a partir de experiências auxiliando o professor na preparação de material didático e em participações de atividades de classe e/ou laboratório, colaborando ainda, na orientação de alunos, esclarecendo e tirando dúvidas em atividades de classe e/ou laboratório e participando de atividades que propiciem o seu aprofundamento na disciplina, como revisão de texto, resenhas bibliográficas e outras.

Na UNIR o PMA é coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), por meio da Diretoria de Apoio às Políticas Acadêmicas (DAPA).

A Pró-reitoria de Cultura e Assuntos Estudantis (PROCEA) da UNIR, Campus Porto Velho, conta ainda com os seguintes programas de incentivo aos discentes:

Auxílio Alimentação:

O auxílio alimentação é o auxílio financeiro pago, para os discentes matriculados em cursos de graduação presenciais da cidade de Porto Velho, para subsidiar as despesas com alimentação dos discentes em condições de vulnerabilidade social e econômica.

Auxílio Transporte:

O auxílio transporte é o auxílio financeiro pago para subsidiar despesas com transporte de discentes matriculados em cursos de graduação presenciais, em condições de vulnerabilidade social e econômica.

Auxílio Moradia:

O auxílio moradia é o auxílio financeiro pago para subsidiar despesas com moradia de discentes matriculados em cursos de graduação presenciais, em condições de vulnerabilidade social e econômica, que seja oriundo de outros municípios e/ou que seja natural do município onde se localiza o Campus, mas não possua vínculo familiar.

Auxílio Creche:

O auxílio creche é o auxílio financeiro pago para subsidiar despesas dos discentes matriculados em cursos de graduação presenciais, em condições de vulnerabilidade social e econômica, para auxiliar no pagamento de mensalidade escolar para filhos na idade até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses.

Bolsa Permanência:

A bolsa permanência é o auxílio financeiro pago a título de bolsa que visa à promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica.

O Curso de Artes Visuais (Licenciatura) está ciente da sua responsabilidade quanto a ser um importante promotor da inclusão social. Uma vez que as artes visuais desconhecem fronteiras, deve se colocar à frente do desencadeamento de processos que sejam sensíveis às instâncias da sociedade ainda com acesso dificultado. Desta maneira a infra-estrutura do curso, que ainda se encontra em preparação, deve estar conectada as demandas da sociedade como um todo, contemplando as necessidades de acesso para todos os cidadãos.

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Técnico administrativo: MARCOS DE SOUSA

Formação: Ensino médio

É de extrema importância que o Departamento de Artes, ao qual pertence o Curso de Artes Visuais (Licenciatura), se mobilize constantemente a fim de promover a qualificação do corpo técnico em relação ao empreendimento de

saberes administrativos voltados à arte, cultura, produção artística, captação de recursos, elaboração de projetos.

Os técnicos administrativos de Departamento de Artes atenderão aos cursos ligados ao Departamento, quais sejam, além do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, os Cursos de Licenciatura em Teatro e Música. O compartilhamento com outras unidades se faz salutar, muito embora requeira um quadro com suficiente número de pessoal. Segue, abaixo, quadro com solicitação de profissionais encaminhado, a pedido, ao Núcleo de Ciências Humanas da UNIR em junho de 2012.

Quadro técnico-administrativo 2012	
CARGO	ATIVIDADES
Auxiliar de administração	Realizar atividades inerentes ao cargo
Assistente de administração	Realizar atividades inerentes ao cargo
Técnico de arquivo	Criar, gerir e manter arquivos dos cursos
Técnico em audiovisual	Auxiliar professores e alunos na área

5 | INFRAESTRUTURA

Descrição da estrutura administrativa do Curso

O curso de Artes Visuais (Licenciatura) pertence ao Departamento de Artes, juntamente com mais dois cursos: Licenciatura em Música e Licenciatura em Teatro. Para o funcionamento da esfera administrativa do Departamento projetar a construção de espaço físico que abrigue a Chefia do Departamento, a secretaria do Departamento, uma sala para cada Coordenação de curso, sala para as reuniões do CONDEP e para as reuniões do NDE e sala de professores.

Descrição do suporte administrativo do Campus ou núcleo

O Núcleo de Ciências Humanas (NCH) da UNIR, localizado no campus de Porto Velho, está instalado em um prédio vertical, no andar térreo, e congrega

os departamentos Acadêmicos de Artes, Ciências da Educação, Ciências Sociais, Filosofia, História, Arqueologia, Línguas Estrangeiras e Línguas Vernáculas.

O NCH é responsável pela coordenação das funções de ensino, pesquisa e extensão, tanto em termos de planejamento como em termos de execução e avaliação do curso de Licenciatura em Artes Visuais da UNIR.

A Diretoria de Registro Acadêmico (DIRCA) atende de 2ª a 5ª feira, das 8h às 20h. O atendimento é realizado pessoalmente e pela internet pelo Sistema Integrado de Gestão Universitária – SINGU - implantado em 2005 no campus e compreendendo os módulos de Protocolo eletrônico, Controle Acadêmico e Biblioteca.

As salas de aula têm capacidade para 50 alunos, com ar condicionado, quadros brancos e projetor multimídia, quando solicitados pelos docentes. Existem 2 auditórios, um mini-auditório com capacidade em torno de 40 lugares e outro com capacidade em torno de 300 lugares; ambos possuem projetor multimídia, televisão, som amplificado, retroprojetor e são utilizados para reuniões, defesas de trabalhos de conclusão de curso e palestras.

Equipamentos e laboratórios

Com vistas ao atendimento da demanda necessária ao desenvolvimento das atividades de pesquisa docente, bem como das habilidades necessárias à formação discente, deve ser projetado a construção e o adequado equipamento dos seguintes laboratórios e salas específicas:

LABORATÓRIOS ARTES VISUAIS (LICENCIATURA)

Partes fundamentais na formação em Artes Visuais, os laboratórios têm como objetivo principal aproximar o aluno em formação das diversas manifestações artísticas e visuais com as quais deverá lidar como educador, pesquisador, historiador da arte ou artista.

Os laboratórios possibilitam a compreensão da especificidade do objeto de arte, tanto na produção quanto nos seus sistemas de exibição. Esses espaços permitirão o desenvolvimento dos projetos poéticos, previstos nas disciplinas, a pesquisa de fontes referência e também estimularão os processos de seleção, curadoria e exposição da matéria visual e artística.

A Resolução nº 11/2002 CNE/CES estabelece que as atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. Determina ainda que as atividades complementares devam constituir-se de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

São três os laboratórios necessários para o curso neste momento inicial, além da Galeria de Arte e Pesquisa. Ressalta-se que todos deverão ficar – preferencialmente - no andar térreo, facilitando assim, a entrada e saída de materiais de maior porte e o trânsito das pessoas, com rapidez e segurança, no caso da ocorrência de sinistro, ressalta-se que o curso trabalha com materiais inflamáveis, como solventes.

1 – Laboratório de Práticas Artísticas I

O espaço físico necessita ser amplo (14m x 6m - medida aproximada), ter área de depósito (3mX 2m), janelas que permitam a entrada de luz e o seu controle, por meio de cortinas que vedem sua passagem. Deverá ter tanque (2 cubas) com bancada revestida de material cerâmico (bancada 60cm X 140cm).

Considerando a nova matriz curricular do curso de Artes Visuais (Licenciatura) foi possível definir o conjunto de disciplinas e atividades que demandam a utilização direta do laboratório abaixo. Serão ao todo 3 (três) disciplinas que

somam 240 h/a (duzentas e quarenta horas) em 03 (três) semestre letivos, acrescidas das disciplinas obrigatórias denominadas de Tópicos Especiais e das Optativas que poderão requerer o uso do espaço em questão.

O laboratório poderá além de atender os discentes ser compartilhado com outros cursos e unidades e atividades do *Campus* Universitário de Porto Velho, maximizando, assim, a utilização multidisciplinar do laboratório.

Quadro: Relação de Disciplinas que Demandam o Laboratório de Práticas Artísticas I

Disciplina	Período	Carga Horária
LABORATÓRIO DE DESENHO I	Primeiro	80 h/a
LABORATÓRIO DE DESENHO II	Segundo	80 h/a
PINTURA	Terceiro	80 h/a
OPTATIVA	Quarto ao sétimo	
TÓPICOS ESPECIAIS	Sétimo e oitavo	
TOTAL MINIMO		320 h/a

Fonte: Matriz curricular proposta

2 – Laboratório de Práticas Artísticas II

O espaço da sala deverá ser amplo (12m x 8m - medida aproximada), ter área de depósito (4mX 2m com porta e chave), janelas amplas (ventilação) que permitam a entrada de luz e o seu controle, por meio de cortinas que vedem sua passagem, ventiladores de teto (8 aproximadamente). Deverá ter tanque (2 cubas) com bancada revestida de material cerâmico (bancada 80cm X 200cm).

Quadro: Relação de Disciplinas que Demandam o Laboratório de Práticas Artísticas II

Disciplina	Período	Carga Horária
TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL I	Primeiro	80 h/a
FORMA, COR E COMPOSIÇÃO	Segundo	80 h/a
TRIDIMENSIONALIDADE	Terceiro	80 h/a
OPTATIVA	Quarto ao sétimo	
TÓPICOS ESPECIAIS	Sétimo e oitavo	
TOTAL MINIMO		320 h/a

Fonte: Matriz curricular proposta

3 – Laboratório de Poéticas Digitais

O laboratório de Poéticas Digitais é de fundamental importância tanto para o desenvolvimento das disciplinas listadas no Quadro a seguir quanto para a realização de atividades de extensão e projetos de pesquisa, fundamentais para o desenvolvimento da formação artística.

O laboratório será destinado ao curso de Artes Visuais, no entanto, poderá também atender docentes e discentes dos demais cursos do Departamento de Artes, como Teatro e Música. Podendo ainda ser compartilhado com outros cursos e unidades e atividades do *Campus* Universitário de Porto Velho, maximizando, assim, a utilização multidisciplinar do laboratório.

Quadro 1: Relação de disciplinas que demandam o uso direto ou eventual do Laboratório de Poéticas Digitais

Disciplina	Período	Carga Horária
FOTOGRAFIA	Quarto	80 h/a
PROCESSO GRÁFICO	Quinto	80 h/a
PINTURA	Terceiro	80 h/a
TRIDIMENSIONALIDADE	Terceiro	
TÓPICOS ESPECIAIS	Sétimo e oitavo	
OPTATIVA	Quarto ao sétimo	
TOTAL MINIMO		320 h/a

Fonte: Matriz curricular proposta

4. GALERIA DE ARTE E PESQUISA

Com espaço amplo e obedecendo as normas museológicas, a Galeria de Arte e Pesquisa, é essencial para o curso de Artes Visuais. Ela deverá abrigar principalmente exposições de cunho experimental, ter corpo técnico capacitado e formado por profissionais da área de montagem, curador chefe, equipe de produção, coordenador de projetos e captação de recursos, apoio administrativo, setor educativo, documentação e conservação, etc..

O projeto da Galeria e o seu plano museológico deverão ser elaborados por equipe especializada e de comprovada experiência na área.

A Galeria é de extrema necessidade para o curso de Artes Visuais (Licenciatura), principalmente, porque não existe ainda na cidade de Porto Velho nenhum espaço expositivo que possua equipe de ação educativa, reserva técnica ou equipamentos expositivos adequados (luminotécnico, controle de temperatura, etc.). Sua criação possibilitará a realização de intercâmbio com a produção brasileira e mesmo internacional, ajudará a

ampliar os aparelhos culturais de Porto Velho [RO]. Sua implantação deverá ser acompanhada pelos docentes do curso que possuam experiência na área e será salutar para nortear outras instituições congêneres locais.

Material acessório e outras especificações: Elementos auxiliares ligados à organização de exposições, como suportes, vitrines, spots de luz, trilhos para iluminação, pintura de espaço expositivo seguirão as especificações de cada projeto, enquanto o serviço de produção de textos de parede e material educativo e outros detalhes decorrentes serão solicitados à UNIR à medida em que sejam necessários.

BIBLIOTECA

A Biblioteca Central "Prof. Roberto Duarte Pires" está situada em prédio com dois andares (térreo e primeiro andar), refrigerada e com controle de entrada e saída. Há banheiros com acesso ao cadeirante, gabinetes para estudos individuais, mesas para estudo em grupo.

A Biblioteca ampliou seu espaço físico em 2007, e atualmente conta com 3.270,12m², salas de estudo em grupo, sala de treinamento, cabines de estudo individual, área de leitura, acervos geral, de coleção especial e de periódicos, além de guarda-volumes e espaço para pesquisa on-line.

Seus dados em números atualizados até 2012 foram:

Serviços e equipamentos fornecidos – 2011

Assentos – 487

Mesas – 121

Cabine de estudo individual – 20

Salas de leitura – 07

Acervo geral – 106.404

Empréstimos de livro Biblioteca Central – 44.993

COMUT atendidos – 19

Acervo bibliográfico de volumes de livros (inseridos no acervo) – 3.235

Ressalta-se que os títulos disponíveis até o presente momento não atendem as demandas do curso. Já foi realizada solicitação dos títulos básicos que estão em trâmite de compra, segundo foi informado pela responsável pelo setor. O acesso à informação por meio do Portal de Periódicos da CAPES já ajudaria muito a minimizar a necessidade de atualização. O curso entrou em contato com a Coordenação do setor na CAPES foi informado que:

Neste ano, a CAPES passou a operar essas informações de acesso através de um sistema próprio, que interliga a instituição usuária, a CAPES e os editores do Portal. Cada instituição possui 2 administradores que ficam responsáveis pelo registro e acompanhamento das informações de acesso relativas a sua instituição. Até o presente momento, a UNIR não indicou seus administradores para o sistema, como foi solicitado por Ofício CAPES enviado no final do ano passado³⁰.

As informações recebidas foram encaminhadas ao Núcleo de Ciências Humanas da UNIR que por meio do Memo 79/NCH em 30 de outubro de 2012 solicitou providências da Reitoria. Portanto, possivelmente, em breve a questão será solucionada.

INFRAESTRUTURA BÁSICA UTILIZADA NO ENSINO

O curso deverá contar com quatro salas de aula para prover as disciplinas do núcleo comum e um laboratório de informática para pesquisas diversas. As salas deverão ser adequadamente equipadas de maneira a prover o seu funcionamento máximo.

ACESSIBILIDADE

É imprescindível que todas as instalações previstas para o Curso de Artes Visuais (Licenciatura) estejam em coadunação com a construção de espaços para o convívio de uma sociedade igualitária e justa em direitos, acessos e oportunidades. Portanto, junto à preocupação com a qualidade artística e

³⁰Trecho de e-mail da Coordenação Geral do Portal de Periódicos, recebido em 29/10/2013.

cultural é fundamental também facilitar a inclusão de pessoas que possuem algum tipo de restrição. Ressalta-se que a acessibilidade não se restringe apenas a fatores físico-espaciais, mas também a aspectos políticos, sociais e culturais. Portanto, a acessibilidade, entendida em sentido mais amplo, abarcaria a eliminação ou diminuição de barreiras técnico-sociais com o objetivo de acolher um maior número de pessoas. Enfim, não se deve confundir “deficiência” com “restrição” para pensar a acessibilidade. Se o primeiro termo refere-se à redução, limitação ou inexistência de possibilidades de mobilidade, percepção e/ou utilização, o segundo, é mais abrangente, porque além das limitações do indivíduo engloba também os atributos do meio. Dentro desta linha de pensamento a localização e possibilidade de acesso por meio, por exemplo, de transporte coletivo é fator determinante para pensar a acessibilidade no seu aspecto espacial.³¹

Acessibilidade no seu campo ampliado, portanto, é item fundamental dentro do que se defende neste projeto. Fundamental, porque a atividade artística, pelas suas peculiaridades, necessita de proximidade com a comunidade, portanto, a proposta é que o curso não esteja apartado, tanto nas suas atividades de ensino, quanto de extensão e pesquisa dos rondonienses. Para atingir esse objetivo é salutar ter como primeiro aspecto sua localização. O prédio da UNIR/Centro que, no momento, é utilizado por alguns setores administrativos da instituição, sendo que apenas uma sala e um anexo estão com o Departamento de Artes, parece a opção mais acertada. O local já funcionou como espaço cultural, fato lembrando com saudosismo por funcionários antigos da instituição, moradores e membros da comunidade cultural local. Com área edificada de aproximadamente 1.780m², o prédio foi projetado pelo arquiteto Leogin de Vasconcelos Chaves. Sua construção iniciou-se em 1948, sendo inaugurado em 1953. Funcionou como hotel até 1974 quando foi desativado, abrigando, posteriormente, Secretarias do Governo até a década de 1980,

³¹ Sobre o assunto consultar: OLIVERIA, AílaSeguin Dias Aguiar. Acessibilidade espacial em centro cultural: estudo de casos. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFSC, 2006 (mestrado). Disponível: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PARQ0023.pdf>, Acesso em 31/03/2013.

quando ocorreu a criação do Estado de Rondônia e o surgimento da Universidade Federal de Rondônia, em 1982.

Portanto, considerando tanto o caráter histórico da edificação quanto a amplitude da área construída, o local poderá ser utilizado tanto para as aulas quanto para abrigar um espaço cultural que seja referência para a comunidade. Poderá ainda agregar os três cursos de artes da Universidade (Teatro, Música e Artes Visuais), integrando as áreas, em projetos de pesquisa e extensão. Ampliando ainda a utilização dos Laboratórios solicitados pelo curso, promovendo encontros entre os professores da rede pública de ensino com docentes e discentes da UNIR, realizando com periodicidade regular atividades de cunho artístico para a sociedade local, etc..

É importante considerar ainda que estudos técnicos atuais, muitos dos quais se refletiram nos programas do Governo Brasileiro na área de cultura e patrimônio, apontam para a importância dos Museus e Centros Culturais na recuperação de centros urbanos, o que seria muito apropriado no caso de Porto Velho [RO]. Nesse sentido, os urbanistas defendem a necessidade de recuperação de áreas centrais focadas na restauração e renovação de utilização de edifícios históricos:

Hoje em dia torna-se cada vez mais evidente que a perspectiva de sucesso do movimento de revitalização dos centros denominados históricos ou tradicionais (...), visa principalmente o crescimento da economia das cidades por meio da ampliação das “ofertas” ou possibilidades de investimento. Desse modo, a “sustentabilidade” urbana, decorrente da criação e da manutenção de ótimas condições de uso de museus, teatros, salas de concerto e outros tipos de edifícios e lugares cuja finalidade enquadra o “espaço cultural”, deve ser assegurada pelos gestores públicos e privados. ³²(

³²GUIMARAENS, Cêça; IWATA, Nara. A importância dos museus e centros culturais na recuperação de centros urbanos. In: Seminário Visões Contemporâneas dos Sítios e Centros Históricos, 2001, Rio de Janeiro. Visões contemporâneas de Sítios Históricos. Rio de Janeiro: BookLink, 2001. v. 1. Disponível: <http://www.ilam.org/ILAMDOC/Aimportancia.pdf>. Acesso: 22/31/2013.

Portanto e para finalizar, da estrutura curricular proposta à solicitação de laboratórios, este projeto político pedagógico procurou dialogar com a realidade na qual a universidade está inserida. Sob os mais diversos aspectos, entre os quais, a importância da tríade ensino, pesquisa e extensão é que tem sido constantemente enfatizada a necessidade da escolha adequada para o local de funcionamento dos cursos de Artes e espaços destinados a divulgação das artes.



Fig. 1 - Vista aérea do Palácio Presidente Vargas e do antigo Porto Velho hotel (RO), atual sede da UNIR.
Série: Acervo dos Municípios Brasileiros. Ano: [195-?] Fonte: IBGE



Fig. 2- Construção Porto Velho Hotel (RO) Ano: [195-?] atual sede da UNIR
Série: Acervo dos Municípios Brasileiros, IBGE

A localização do imóvel, no centro histórico, próximo a outros espaços de caráter cultural, ajudaria a fortalecer o cinturão cultural, dialogando com a Galeria de Arte do SESC, Mercado Cultural, Casa de Cultura Ivan Marrocos,

Museu da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, etc.. Além das razões expostas, ressalta-se também que o prédio em construção destinado aos cursos de artes e ao Teatro Universitário, não possui espaço expositivo e sua localização no Campus Universitário José Ribeiro Filho, na BR 364, Km 9,5, sentido Rio Branco/Acre é muito distante da comunidade local. Além disso, a iluminação precária do Campus, apontada pela comunidade acadêmica, não seria convidativa para estabelecer no local espaço cultural³³. Se junta a isso, as recorrentes reclamações relativas ao transporte público para o Campus, bastante precário no período diurno, e mais problemático ainda à noite³⁴.

Considerando que existem poucos espaços destinados às atividades culturais em Porto Velho e ainda, que formação/ampliação de público tem sido uma das questões mais debatidas por representantes setoriais das diversas linguagens artísticas no Brasil propor a instalação de cursos de artes e seus aparelhos culturais (espaço expositivo, teatro e sala de concerto) em local distante e sem acesso é condenar à formação humana das pessoas. A transferência, em 2011, do Museu de Arte Contemporânea (MAC) da Universidade de São Paulo (USP) da Cidade Universitária para o Parque Ibirapuera é fato de não pode ser ignorado, já que uma das razões da mudança foi beneficiar um público mais amplo.³⁵



Fig. 3 - Vista aérea do Palácio do Governo e do Porto Velho Hotel.

³³ Ver: reportagem recente vinculada em TV local. Disponível: globo.com/para...tv-ro/v/...campus...unir.../2284276/. Acesso: 01/03/2013.

³⁴ Ver, por exemplo: <http://folhajovem.com.br/news.php?news=4269> ou www.rondoniavip.com.br/Noticias/Geral. Acesso: 01/03/2013.

³⁵ Ver: <http://www.usp.br/imprensa/?p=13718>. Acesso: 14/03/2013.

Enfim, é importante prever que o desenvolvimento dos saberes e fazeres artísticos só se completa quando alcança sua meta alvo, o público. Para isto deve-se objetivar proporcionar a integração entre a comunidade e o artista, mantendo-se espaços do fazer artístico em meio ao ambiente cultural.

6 | BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Ana Mae. *Teoria e prática da educação artística*. São Paulo, Cultrix, 1975.
- BARBOSA, Ana Mae; FERRARA, Lucrécia D'Alessio; VERNASCHI, Elvira (Orgs.) *O Ensino das Artes nas Universidades*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- BISHOP, Claire (ed.). *Participation*. Cambridge: Massachusetts: MIT Press, 2006.
- BOURRIAUD, Nicolas (1998). *Estética relacional*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Martins, 2009.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Indicadores sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2011
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes e Bases de 1º e 2º graus*. Lei 5.962, de 11 de agosto de 1971.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 5.962, de 11 de agosto de 1971.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LEI N. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - *Censo Educacional 2009*.
- BRASIL. Ministério da Educação. Câmara Superior de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design*. Parecer CES/CNE 0146/2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Artes Visuais. Resolução N°1, de 16 de janeiro de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena*. Parecer CNE/CP n° 9, de 08 de maio de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena*. Resolução CNE/CP n° 1, de 18 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena*. Resolução CNE/CP n° 2, de 18 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n° 27, de 02 de outubro de 2001, que altera a definição do estágio.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n° 28, de 02 de outubro de 2001, que dá nova redação ao Parecer 21 que institui carga horária e duração dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES n° 213, de 1º de outubro de 2003, que responde a consulta da UFPA sobre Resoluções CNE/CP n°1 e 2, sobre cargas horárias das Licenciaturas.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES n° 15, de 02 de fevereiro de 2005, que responde a consulta do Governo do Estado da Bahia e da Universidade do Sudoeste da Bahia, sobre prática como componente curricular e regras de transição das Licenciaturas.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação*. Parecer CNE/CES n° 67, de 11 de março de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação*. Parecer CNE/CES n° 583/2001

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Enem: Documento Básico*. Brasília: INEP, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte: ensino fundamental*. Brasília: MEC / SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC / SEMTEC, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Dispõe sobre o estágio de estudantes. LEI Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil/Sub-chefia para assuntos jurídicos. LEI 12.287/2010, de 13 de julho de 2010.

BUTI, Marco. *A Arte na Universidade, A Universidade na Arte*. São Paulo: ARS, vol.7 no.14, 2009.

CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro*. Napoli: Liguori, 1997.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

DE DUVE, Thierry. “Quando a forma se transformou em atitude – e além”. In: FERREIRA, Glória, VENÂNCIO, Paulo (org.). *Revista Arte & Ensaios*.n.10, Rio de Janeiro: PPGAV/EBA/UFRJ, 2003.

FAVARETTO, Celso. A Arte contemporânea e a educação. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 53, 2010.

FINKELPEARL, Tom. *What We Made: Conversations on Art and Social Cooperation*. Durham, N.C.:DukeUniversity Press, 2013.

GUIMARAENS, Cêça; IWATA, Nara. A importância dos museus e centros culturais na recuperação de centros urbanos.In: Seminário Visões Contemporâneas dos Sítios e Centros Históricos, 2001, Rio de Janeiro. Visões contemporâneas de Sítios Históricos. Rio de Janeiro: BookLink, 2001. v. 1.

HOLMES, Brian. Investigações extradisciplinares: para uma nova crítica das instituições *Concinnitas*, ano. 9, volume 1, número 12, Julho de 2008.

JOKILEHTO, Jukka. *A history of architectural conservation*. Oxford, Butterworth, 1999.

KESTER, Grant H.. *The One and the Many: Contemporary Collaborative Art in a Global Context*. Durham, NC: Duke University Press, 2012.

KWON, Miwon. *One place after another: site-specificity art and locational identity*. Cambridge: The MIT Press, 2004.

MADOFF, Steven Henry (Ed.). *Art School: Propositions for the 21st Century*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 2009,

MARGOTTO, Samira; COCCHIERI, Tiziana; PERRUFFO, Clotilde. *Laços e possibilidades: reflexões sobre a prática e a formação em artes em Rondônia*. Semana Educa: Porto Velho, 2012.

OLIVERIA, AílaSeguin Dias Aguiar. *Acessibilidade espacial em centro cultural: estudo de casos*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFSC, 2006 (mestrado).

PEVSNER, Nikolaus. *Academias de arte: passado e presente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RESENDE, Beatriz. "Rio de Janeiro, cidade de modernismos". In: PECHMAN, Robert Moses (org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

RESENDE, José. A formação do artista no Brasil. In: Revista *Ars*. São Paulo: ECA/USP, VI. 03, n. 05, 1º semestre de 2005

RESENDE, José. A formação do artista no Brasil. In: Revista *Ars*. São Paulo: ECA/USP, VI. 03, n 05, 1º semestre de 2005.

Rumos Artes Visuais Itaú Cultural 1999/2000. Relatório da área integrada pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. São Paulo: Itaú Cultural, 2000.

Rumos Artes Visuais Itaú Cultural 2001/2003. Relatório região Norte e São Paulo. São Paulo: Itaú Cultural, 2003.

Rumos Artes Visuais Itaú Cultural 2005/2006. Relatório Rondônia Porto Velho. São Paulo: Itaú Cultural, 2006.

SANTOS, Antonio Oliveira. *O SESC como difusor da Cultura Nacional*. In: *O Espectador em trânsito: Vídeoinstalações*. Rio de Janeiro: SESC, 2009. (Catálogo da exposição)

SANTOS, Maria do Carmo dos SANTOS; MIRANDA, Wandes Santos Leão. *Uma reflexão sobre o papel dos gestores e do perfil do docente de artes em Porto Velho*. Semana Educa: Porto Velho, 2012.

ZÍLIO, Carlos. "Artista, formação do artista, arte moderna". In: *Revista Arte & Ensaio nº2*. Rio de Janeiro: PPGAV/EBA/UFRJ, 1998.